

**PESQUISA SOCIAL PARTICIPATIVA POP RUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**Contrato nº. 003/SMDHC-2015**



Foto Caio Palazzo

**Produto Fase VI**

Quinto Relatório

Relatório Final – Sistematização dos Resultados da Pesquisa  
Social Participativa

**SUR**

**Março de 2016**

**PESQUISA SOCIAL PARTICIPATIVA POP RUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**  
**Contrato nº. 003/SMDHC-2015**

**PRODUTO FASE VI**

**Quinto Relatório**

**Relatório Final – Sistematização dos Resultados da Pesquisa Social Participativa**

Entrega do Relatório Final da Pesquisa Social Participativa à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo e ao Comitê Pop Rua. A pesquisa foi realizada ao longo de 2015-2016 pela equipe da SUR Clínica e Intervenção Social.

**Março de 2016**

## **APRESENTAÇÃO**

Este documento corresponde ao quinto produto do Contrato nº 003/SMDHC-2015, firmado entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – SMDHC e a empresa SUR Ltda., para o exercício de atividades de assessoria destinadas à realização de Pesquisa Social Participativa junto à população em situação de rua, com vistas a subsidiar o Comitê Intersetorial da Política Municipal para População de Rua – Comitê Pop Rua, no processo de elaboração do Plano Municipal da Política para a População em Situação de Rua da cidade de São Paulo. Trata-se do Relatório Final da Pesquisa que consiste na sistematização dos resultados da Pesquisa Social Participativa. O presente relatório foi dedicado à sistematização e compilação de todo o material produzido durante a pesquisa.

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Pesquisadores trabalham técnicas de reportagem com a equipe da Ponte. ....	12
Figura 2. Apresentação inicial da pesquisa e dos resultados ao Comitê Pop Rua.....	15
Figura 3. Cartaz para discussão dos critérios para contratação dos pesquisadores sociais. ....	16
Figura 4 . Cartaz divulgando a pesquisa .....	16
Figura 5. Tom, com cartaz “O que é viver na cidade de São Paulo. Queremos ouvir quem vive!” .....	17
Figura 6. Reunião do Comitê Pop Rua na apresentação e debate do último relatório .....	17
Figura 7. No CRP, encontro para discussão dos resultados da pesquisa.....	18
Figura 8. Matéria no site Pesquisa Pop Rua.....	19
Figura 9. Entrevista com Eduardo Suplicy.....	19
Figuras 10 e 11. Entrevista com Eduardo Suplicy .....	20
Figuras 12 e 13. O pesquisador Paulo (de pé), enquanto Darcy ouve seu João (sentado) .....	21
Figura 14. Marivaldo da Silva fala com Eduardo Suplicy perto da Favela do Cimento. ....	22
Figura 15. Categorias retiradas das rodas de conversa com entidades.....	32
Figura 16: Desafios e sugestões da categoria Estado .....	41
Figura 17: Perfil da Subprefeitura da Sé .....	43
Figura 18. Perfil da Subprefeitura Lapa/Vila Leopoldina.....	46
Figura 19. Perfil da Subprefeitura Pinheiros .....	48
Figura 20. Perfil da Subprefeitura Mooca.....	50
Figura 21. Perfil da Subprefeitura Santana/Tucuruvi.....	52
Figura 22. Perfil da Subprefeitura Santo Amaro.....	54
Figura 23. Categorias do trabalho assistencial surgidas na fala dos profissionais .....	60
Figura 24. Categorias emergentes para o conceito Transição .....	63
Figura 25. Categorias emergentes para o conceito Habitação.....	64
Figura 26. Categorias emergentes para os conceitos Trabalho e Emprego .....	65
Figura 27. Categorias emergentes para o conceito Saúde .....	68
Figura 28. Categorias emergentes para o conceito Estado.....	74
Figura 29. Categorias emergentes para o conceito Assistência Social.....	79
Figura 30. Denúncias emergentes para o conceito Saúde .....	79
Figura 31. Categorias emergentes em relação ao conceito Habitação .....	80
Figura 32. Categorias emergentes em relação ao conceito Queda .....	83
Figura 33. Categorias emergentes em relação ao conceito Sobrevivência.....	86
Figura 34. Categorias emergentes em relação ao conceito Trabalho .....	88
Figura 35. Categorias emergentes em relação ao conceito Vida na Rua.....	92
Figura 36. Categorias emergentes em relação ao conceito Ancoragem.....	93
Figura 37. Categorias emergentes em relação aos conceitos Ancoragem e Desancoragem .....	94
Figura 38. Categorias emergentes em relação ao conceito Desancoragem.....	95

## SUMÁRIO

Produto Fase VI.....	1
SUR .....	1
PRODUTO FASE VI.....	2
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DAS ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>4</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>5</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>9</b>
2.1 Explicitando os diferentes dispositivos criados para a realização da pesquisa.....	11
2.1.1 <i>O grupo terapêutico</i> .....	11
2.1.2 <i>O grupo da pesquisa de campo</i> .....	11
2.1.3 <i>O grupo dos pesquisadores com os jornalistas do Grupo Ponte</i> .....	11
2.1.4 <i>Pré- e Pós-grupos</i> .....	12
2.2 Explicitando os diferentes dispositivos criados para a análise processual do material obtido durante o desenvolvimento da pesquisa .....	13
2.2.1 <i>As crônicas</i> .....	13
2.2.2 <i>Reuniões da equipe técnica</i> .....	14
2.2.3 <i>Reuniões periódicas com o secretário e sua equipe</i> .....	14
2.2.4 <i>Apresentação inicial da pesquisa e dos resultados parciais ao Comitê Pop Rua</i> .....	15
2.2.5 <i>Reuniões com parceiros</i> .....	17
2.2.6 <i>Pesquisa ao respeito do “estado da arte” da produção acadêmica sobre o tema e dos meios de comunicação social</i> .....	18
2.2.7 <i>Entrevistas nas ruas da cidade de São Paulo</i> .....	19
2.2.8 <i>Visitas realizadas em diferentes equipamentos de atendimento.</i> .....	21
2.2.9 <i>Entrevistas realizadas pela equipe técnica nas ruas.</i> .....	21
2.3 Forma de análise dos dados e a criação das categorias .....	23
<b>3 RESUMO DAS FASES DA PESQUISA.....</b>	<b>24</b>
3.1 Fase I: Repactuação do Plano de Trabalho e da Pesquisa Social Participativa .....	24
3.2 Fase II: Processo de formação das equipes de pesquisadores e mapeamento dos territórios prioritários.....	25
3.2.1 <i>Descrição do dispositivo de pesquisa e formação do grupo de pesquisadores sociais</i> .....	25
3.2.2 <i>Mapeamento territorial</i> .....	28
3.3 Fase III: Pesquisa Documental Crítica .....	28
3.4 Fase IV: Pesquisa Institucional .....	29
3.4.1 <i>Diagnóstico geral e sugestões de aperfeiçoamento</i> .....	29
3.4.2 <i>O percurso realizado até o momento pela pesquisa</i> .....	29
3.5 Fase V: Pesquisa Territorial: encontro com entidades .....	31
<b>4 RELATÓRIO FINAL: SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA SOCIAL PARTICIPATIVA.....</b>	<b>34</b>

4.1. Categorização do discurso dos técnicos e gerentes dos equipamentos, extraída das rodas de conversa nos territórios e entrevistas dos pesquisadores sociais e equipe SUR nos territórios prioritários .....	38
4.1.1. Estado .....	39
4.1.2 Território .....	41
4.1.3 Assistência Social .....	54
4.1.4 Transição .....	60
4.1.5 Habitação .....	63
4.1.6 Trabalho e Emprego .....	64
4.1.7 Saúde .....	65
4.2. Categorização do discurso da população em situação de rua e sociedade civil retirado das entrevistas dos pesquisadores sociais e equipe SUR nos territórios prioritários .....	68
4.2.1. Perfil da população em situação de rua .....	68
4.2.2. Estado .....	70
4.2.3. Assistência Social .....	74
4.2.4 Saúde .....	79
4.2.5. Habitação .....	79
4.2.6. Queda.....	80
4.2.7. Sobrevivência.....	84
4.2.8 Trabalho .....	86
4.2.9 Vida na rua .....	88
4.2.10 Ancoragem e desancoragem .....	92
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>96</b>
<b>6 CONCLUSÕES .....</b>	<b>102</b>
<b>7. PESQUISA DOCUMENTAL CRÍTICA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E JORNALÍSTICOS</b>	<b>113</b>
7.1 Compilação – reportagens sobre população de rua .....	124
7.2 Bibliografia .....	147

## 1 INTRODUÇÃO

A “Pesquisa Social Participativa: a construção de políticas públicas a partir de um novo olhar sobre a vida nas ruas da cidade de São Paulo”, realizada pela SUR Clínica e Intervenção Social, entrega, através do presente documento, o Relatório Final correspondente à Fase VI da Etapa III, que prevê a compilação do material produzido e sistematização dos dados da pesquisa com descrição pormenorizada das sugestões dos sujeitos por território prioritário, considerando as recomendações da etapa anterior. Mantêm-se no presente relatório aspectos essenciais relativos às fases I, II, III e IV, nas quais estão descritas ações desencadeadas no desenvolvimento da pesquisa<sup>1</sup>.

A presente Pesquisa Social Participativa teve por objetivo servir de subsídio ao Comitê Pop Rua para a Construção do Plano Municipal para a População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo. Para tanto, a SUR desenvolveu uma metodologia de pesquisa qualitativa que permitiu uma escuta aprofundada dos diferentes sujeitos nessa condição de vida e grupos e instituições que trabalham com esses coletivos na cidade.

A metodologia aqui desenvolvida teve como origem a consultoria realizada na FASC – Fundação da Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre em 2011, cujos objetivos foram: capacitar as equipes técnicas da Fundação e realizar a construção do Plano Municipal para a População em Situação de Rua da cidade<sup>2</sup>.

Essa experiência anterior realizada em Porto Alegre possibilitou que nesta pesquisa, ora apresentada, se instituisse a equipe de Pesquisadores Sociais como atores principais para sua realização. Foi constituído um grupo de pessoas em situação de rua com formação e sustentação técnica, teórica e psíquica sistemática, em um trabalho profissionalizado para a entrada mais profunda na “pulsção da rua” e das pessoas que nela ou dela vivem.

O desenvolvimento da pesquisa buscou criar dispositivos que possibilitassem dar conta da tarefa, que era a de conhecer em profundidade – nos aspectos conscientes e

---

<sup>1</sup> A apresentação das etapas e fases da pesquisa pode ser visualizada em detalhes no item 3 deste texto.

<sup>2</sup> Naquela ocasião, ao realizar a consultoria, além de capacitar as equipes técnicas, também foi desenvolvido um trabalho com um grupo de 12 pessoas em situação de rua nomeados Pesquisadores Sociais. Eles eram representantes dos movimentos de população de rua existentes na cidade e dos abrigos e albergues. Também foram realizados debates intersetoriais com a inclusão de outras secretarias municipais e entidades da sociedade civil para construção do Plano Municipal. O trabalho grupal com os pesquisadores sociais foi muito produtivo, tendo sido possível compreender, a partir dele, que em diversas situações somente os próprios moradores em situação de rua conseguem adentrar determinados territórios e abordar pessoas e grupos em situação de rua.

inconscientes – a vida nas ruas de São Paulo, abordando as diferentes especificidades dos sujeitos, grupos, instituições e comunidades envolvidas no território da cidade de forma a trazer contribuições substanciais ao Comitê Pop Rua para a construção do Plano Municipal para a População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo.

Partindo do pressuposto de que a cidade e a vida nas ruas “pulsam”, a nossa questão metodológica era como penetrar, entender e propor políticas públicas a partir e através dessa “pulsção” que engloba diferentes facetas da vida das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

Para construir os dispositivos, seguimos a experiência desenvolvida em outras pesquisas e intervenções no campo das situações sociais críticas e em diferentes autores. Partimos de autores como Foucault, Deleuze, Agamben, Freud, Pichon Rivière, Lacan, entre outros, sempre pautados por uma visão histórica do conflito social. Não é o caso, evidentemente, de aprofundar neste texto os conceitos utilizados, mas sim de apontar ao leitor interessado os referenciais que serviram de norteadores do presente trabalho.

Valem aqui apenas algumas rápidas considerações. Foucault (2000) diz que um dispositivo deve responder a uma urgência social; para isso é necessário usar todo o saber do momento histórico da sociedade em questão. Por sua vez, Deleuze nos coloca que os dispositivos são “máquinas de fazer ver e fazer falar” (1990). Ainda Agamben (2009) nos mostra como só somos sujeitos nos dispositivos, ou seja, na linguagem, na tecnologia, naquilo que foi construído pela cultura. Para os três autores os dispositivos podem ser de aprisionamento ou de libertação. No caso da pesquisa, os dispositivos criados visaram dar voz e vez àqueles que raramente são escutados.

Com a entrega do produto final da Pesquisa Social Participativa à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e ao Comitê Pop Rua, desejamos que a construção de um Plano Municipal para a População de Rua na Cidade de São Paulo entre em nova fase e que a pesquisa possa contribuir efetivamente para a formulação de uma política pública para a população mais excluída da cidade de São Paulo.

## 2 METODOLOGIA

Sabíamos que seria impossível o trabalho com os pesquisadores sociais sem garantir um intenso suporte psíquico a eles, assim como uma profunda preparação técnica para sua realização. Esse suporte psíquico foi importante para que o grupo se mantivesse unido e pudesse elaborar as inúmeras situações pessoais, as dificuldades do trabalho e, principalmente, a mobilização de suas próprias histórias, visto que a equipe de pesquisadores sociais foi o eixo central da pesquisa. A partir do trabalho grupal com o grupo foram-se desenvolvendo os demais dispositivos que estruturaram a nossa metodologia.

Cada fase da pesquisa era apresentada ao comitê Pop Rua, de forma que os dados parciais foram debatidos durante o caminho percorrido. Ao longo da pesquisa promoveram-se também encontros dos mais variados tipos: com as instituições que trabalham na área, com a comunidade científica e com a imprensa, tendo sido criada uma página no Facebook (Pesquisa Pop Rua SP).

Uma pesquisa como esta que realizamos convoca a uma série de questões metodológicas. Nós, coordenadores da SUR, somos psicanalistas com uma longa experiência no campo das situações sociais críticas, entre elas o trabalho com a população em situação de rua. Sabíamos que a investigação deveria estar centrada no atendimento clínico, mas que a clínica da qual aqui falamos está aberta à escuta fora do *setting* tradicional de um psicanalista. O dispositivo clínico, no caso da psicanálise, foi aquele que permitiu o surgimento do sujeito de desejo através do inconsciente, na relação com o analista, naquilo que Freud (1912/1985) denomina de transferência no consultório ou fora dele. Nesse sentido, a sustentação psíquica e técnica dos pesquisadores sociais visou fornecer uma qualificação da escuta para que eles pudessem sair do lugar de ser aquele que fala sobre a rua para o lugar daquele que escuta o outro, as vozes da rua. Ao falarem nos grupos de suas vidas e dos passos da pesquisa podiam melhor escutar, diferenciando a pesquisa da denúncia e abrindo um espaço que chamamos de “espaço vazio” para que o entrevistado pudesse advir no papel de sujeito da sua fala.

Além do dispositivo clínico, outros vários dispositivos “máquinas de fazer ver e fazer falar” foram utilizados para a abordagem da situação gravíssima da população em situação de rua, de forma que pudéssemos fazer emergir o sujeito com seu desejo, sua intimidade, sua história de vida mais profunda, tanto consciente como inconsciente.

*Assim, nosso trabalho é direcionado para que o Plano Municipal possa incluir na política pública o sujeito de direito e o sujeito de desejo.*

Com isso queremos dizer que a política pública deve pôr em relevo e consideração os direitos humanos fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DECLARAÇÃO, 2009), adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, que delinea os direitos humanos básicos. Contudo, não basta garantir direitos, na execução das políticas públicas. Principalmente em relação à população em situação de rua. É fundamental que no desenvolvimento dessas políticas se propicie um ambiente de acolhimento às singularidades e às subjetividades daqueles que vivem na rua. Referimo-nos principalmente a essas pessoas, uma vez que o morador em situação de rua viveu e vive perdas muito significativas na sua vida, viveu e vive com seus laços sociais esgarçados. Geralmente rompeu com a família, com o trabalho, com pessoas e lugares significativos e caros a ele. Portanto, o vínculo transferencial estabelecido com aquele que o atende na assistência, na saúde, nas mais diversas esferas é elemento fundamental para se promover uma verdadeira escuta às demandas feitas. O morador em situação de rua não é somente um ser de necessidades. É um ser de desejo. Aquilo que reivindica e pede pode ou não coincidir com aquilo que deseja. Nesse ponto é que situamos a importância que devemos dar à capacitação para o acolhimento às demandas e ao vínculo necessário a fim de que aquele que reivindica não grite em vão e aquele que acolhe possa entender do que se trata.

Essa escuta contempla ainda, devido à complexidade do fenômeno, uma visão interdisciplinar tanto na formação da própria equipe de trabalho (que contou com jornalistas e psicanalistas, psicólogos, estudantes e os próprios pesquisadores sociais) como no desenvolvimento dos conceitos que nos permitissem uma abordagem ampla e profunda do campo. Foi necessário, ainda, ter uma clara visão da produção acadêmica da área em questão.

A questão conceitual, tomada como elemento importante, permitiu que partíssemos não somente dos dados empíricos, na análise da situação da população de rua, mas que tivéssemos um terreno de conhecimento consolidado cientificamente. Assim, no início dos trabalhos, realizamos uma pesquisa sobre o “estado da arte” acerca da população em situação de rua.

## **2.1 Explicitando os diferentes dispositivos criados para a realização da pesquisa**

### *2.1.1 O grupo terapêutico*

Foi coordenado por Emilia Estivalet Broide e Jorge Broide, com a participação de dois cronistas<sup>3</sup>. A tarefa do grupo era possibilitar aos pesquisadores sociais falar livremente do que quisessem e do que estava sendo mobilizado pelo trabalho de pesquisa. Os dois psicanalistas que coordenavam o grupo interpretavam livremente o material que surgia expresso no relato de situações vividas na pesquisa, nos conflitos no grupo, nas histórias de vida que surgiam a partir do trabalho, da experiência que tiveram e ainda tinham nas ruas, nos sonhos, enfim, um trabalho clínico centrado na tarefa da equipe: serem pesquisadores sociais e o que isso mobilizava e significava na vida da equipe e de cada um.

### *2.1.2 O grupo da pesquisa de campo*

Coordenado por dois psicólogos psicanalistas, Aline Souza Martins e Tiago Lizot Lavrini, contou também com dois cronistas que compunham a equipe. A tarefa grupal era a de organizar as idas a campo; formular as perguntas, que eram sempre abertas; debater as situações encontradas; fazer dramatizações das cenas temidas; analisar os textos e questionários que os pesquisadores produziam; organizar as idas a campo; e muitas vezes acompanhá-los quando o grupo achava necessário. Ali ia sendo feito também, entre todos, um processamento do material de campo e uma elaboração do trabalho que geralmente era realizado em duplas.

### *2.1.3 O grupo dos pesquisadores com os jornalistas do Grupo Ponte*

Tendo sido coordenado por Caio Palazzo, Fausto Salvadori Filho, Luís Adorno e André Caramante, funcionava na forma de oficina, onde eram realizadas leituras de literatura de clássicos, de cordel, etc. A leitura e a escrita de textos visavam ampliação do repertório dos pesquisadores e a melhoria da escrita dos relatos, tanto no que se refere ao que era escutado nas entrevistas quanto ao desenvolvimento do estilo pessoal de cada um em seus relatos. O diálogo a partir do olhar do jornalista foi propiciado em diversos momentos: eles foram entrevistados por uma TV francesa, que produziu um pequeno

---

<sup>3</sup> A pesquisa contou com a participação de quatro cronistas que eram estagiários e estudantes de psicologia do Curso de Psicologia da PUC/SP: Camila Freitas, Barbara Carro, Beatriz Dotta e Amarildo Félix. Eles não falavam ao longo de todo o grupo e escreviam de forma livre o que viam, sentiam e pensavam a partir do processo grupal. Depois de cada grupo realizado, falavam para os coordenadores sobre suas impressões. Com isso, os coordenadores tinham um *feedback* dos movimentos grupais e podiam elaborar de forma mais ampla o material produzido no grupo.

documentário sobre a atividade do pesquisador social (ZINGARO & BONNASSIEUX, 2015); fizeram rodas de conversa com repórteres da *Folha de S. Paulo*, preparatórias às entrevistas ao Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Eduardo Suplicy, e à coluna da jornalista da *Folha de S. Paulo* Mônica Bergamo. Entrevistaram um dos coordenadores do “SP invisível”<sup>4</sup>. Enfim, dessa forma buscou-se criar novos dispositivos para trabalhar o olhar, a descrição e o relato.



**Figura 1.** Pesquisadores trabalham técnicas de reportagem com a equipe da Ponte.  
**Fonte:**Caio Palazzo

#### *2.1.4 Pré- e Pós-grupos*

Eram feitos com a participação dos coordenadores e cronistas. Eles aconteciam antes e após cada encontro grupal com os pesquisadores sociais. As reuniões que aconteciam antes dos grupos tinham como objetivo retomar os pontos de urgência verificados no grupo anterior e que foram debatidos com toda a equipe na reunião semanal. Como exemplo de pontos de urgência trabalhados podemos citar as recaídas com as drogas e o álcool e a questão da instabilidade de alguns pesquisadores com relação a sua moradia (alguns ainda estavam residindo nas ruas ou em ocupações). Nas reuniões que aconteciam após o grupo com os pesquisadores os cronistas falavam o que tinham percebido, escutado, visto nos grupos. Suas impressões e o registro posterior eram fundamentais, pois possibilitavam a elaboração do material grupal, além do percebido e visto pelo coordenador. Muitas vezes, o cronista, por estar em uma posição silenciosa, podia perceber as relações transferenciais que se estabeleciam entre os coordenadores e

---

<sup>4</sup> Em 20 de novembro de 2015 foi postado na página do Facebook “Pesquisa Pop Rua SP” matéria do SP invisível <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=ts>. Essa forma de trabalho jornalístico foi objeto de debate entre os pesquisadores sociais com um integrante do SP invisível no grupo realizado com os Jornalistas do Grupo Ponte.

o grupo ou entre os coordenadores e um integrante especificamente. Também foram indicando aos coordenadores acerca da diminuição da curiosidade dos pesquisadores sobre a anotação que eles (cronistas) faziam durante os grupos. Isso foi interessante, pois a anotação dos cronistas deixou de ter um caráter de persecutoriedade para o de ajuda. Inicialmente frases como “não anota isso aí”, que eram frequentes, foram sendo substituídas por “isso é importante que vocês registrem”. Esse movimento que foi acontecendo no grupo era bastante bem captado pelo cronista e permitia a reflexão sobre o movimento grupal.

## **2.2 Explicitando os diferentes dispositivos criados para a análise processual do material obtido durante o desenvolvimento da pesquisa**

### *2.2.1 As crônicas*

A crônica é o primeiro material bruto advindo dos grupos. O cronista não fala no grupo e faz um relato escrito, onde registra suas impressões, reflexões, sensações acerca dos acontecimentos ocorridos nos grupos. Dizemos que a crônica expressa a transferência do cronista com o acontecer grupal, ela capta o material mais profundo do grupo, que escapa muitas vezes do olhar do coordenador. A crônica é como se fosse um diamante bruto que vai sendo lapidado em sucessivas fases: na reunião pós-grupo, na reunião semanal de equipe, nos pré-grupos, sendo também utilizada nos relatórios parciais e relatório final.

#### *Crônica do dia 19/02/2015*

A reunião se inicia com uma apresentação de cada um dos participantes. Nesse primeiro momento, Jorge Broide já explica o papel das cronistas nos encontros e a importância de suas crônicas, ressaltando-as como material sigiloso. Ele atenta para o fato de que as cronistas não falam. Nesse momento, me vem à cabeça o trecho de uma música da banda 5 a Seco, da qual gosto bastante: “*Mesmo quando a boca cala o corpo quer falar*”.

Penso que ela me veio à mente, pois fiquei refletindo no quão difícil – e ao mesmo tempo interessante – é não poder falar, mas apenas registrar e escrever o que sinto e penso de tudo o que vejo e escuto, mas também daquilo que não consigo enxergar, tampouco ouvir. E mais, na árdua tarefa da escuta da escuta, em espiral, de um escutar os outros e escutar-se por meio das próprias palavras e, então, ao reler o que escreveu, re-escutar os outros e a si mesma, e assim sucessivamente. Ora, calar a boca é mais fácil, mas como calar o corpo que responde à boca calada e quer falar? Fiquei atenta para que meu corpo

pudesse ter falas tímidas, baixas, roucas... No começo da reunião, atentou-se para as duas tarefas principais dos GTs: como montar o grupo de pesquisadores sociais e qual será o mapeamento”. Messias coloca: “*A dinâmica do desconhecido é imprevisível*”.

Durante a reunião, os moradores de rua vão revelando que se sentem capacitados para trabalhar em qualquer região de São Paulo. Vou tendo a sensação de que há algo que os une de modo visceral.

A frase de Messias ecoou ao longo de toda a pesquisa e foi sendo abordada em cada um dos espaços grupais. Foi uma frase guia que nos permitia elaborar como equipe situações e vivências surpreendentes e desconhecidas que foram surgindo durante a pesquisa. Esse exemplo ilustra como algo presente na crônica foi se fazendo presente ao longo de todo o trabalho.

### *2.2.2 Reuniões da equipe técnica*

Ocorriam semanalmente. Foi o espaço de estruturação e organização da pesquisa, do trabalho da semana, da definição dos caminhos a serem trilhados pela pesquisa diante do que o campo apresentava de novo e de surpreendente. Assim, ali iam sendo levantadas hipóteses que problematizavam e adensavam as soluções encontradas, os achados de pesquisa e os resultados parciais.

### *2.2.3 Reuniões periódicas com o secretário e sua equipe*

Nessas reuniões eram apresentados o desenvolvimento da pesquisa e os resultados parciais, de forma que pudessem servir de subsídios à gestão na construção da política pública com a população em situação de rua. A título de exemplo podemos citar a referência que fizemos em um desses encontros sobre a necessidade de articular as políticas públicas de direitos humanos às doações feitas na rua por diferentes grupos religiosos e grupos espontâneos que, em nome da caridade, interferem na dinâmica de sobrevivência nas ruas, constituindo as bases de um assistencialismo que só serve para manter a população nessa situação. Na ocasião foi sugerido que se criasse um fórum de debate permanente entre esses diversos grupos e as políticas assistenciais e de direitos humanos que se destinam à população em situação de rua<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Essa sugestão faz parte das nossas propostas presentes neste relatório para a construção do Plano Municipal para Pop Rua.

#### *2.2.4 Apresentação inicial da pesquisa e dos resultados parciais ao Comitê Pop Rua*

Inicialmente foi feita uma reunião da equipe da SUR com o Comitê Pop Rua para apresentação da pesquisa. Nessa primeira reunião foi feita a Repactuação do Plano de Trabalho e houve a incorporação das mudanças metodológicas requisitadas pelos membros do comitê.



**Figura 2.** Apresentação inicial da pesquisa e dos resultados ao Comitê Pop Rua  
Fonte: <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>

Aqui vale destacar que a proposta da pesquisa feita pela SUR previa que a eleição dos pesquisadores sociais fosse por representação, de forma que cada entidade e/ou movimento com assento e voz no Comitê Pop Rua indicaria um representante. Contudo, diversos integrantes do Comitê Pop Rua questionaram tal critério. Então, em atenção ao questionamento, criou-se uma “inovação metodológica”. Foi proposto pela SUR que para a definição dos pesquisadores faríamos dez encontros abertos (um por semana) de forma que quem quisesse participar poderia fazê-lo; ao longo dos dez encontros, seriam trabalhados: o mapeamento dos locais onde a pesquisa deveria ser realizada, os critérios para ser pesquisador social e as dúvidas em relação à pesquisa. Quem quisesse poderia participar e ao final desses encontros seriam eleitos pelos participantes os dez pesquisadores.

Essa nova metodologia de eleição foi bastante interessante e impactou de forma decisiva na segunda fase da pesquisa. Além de uma prática democrática, foi-se criando uma afinidade com o trabalho, uma vez que aqueles que se identificaram com o projeto

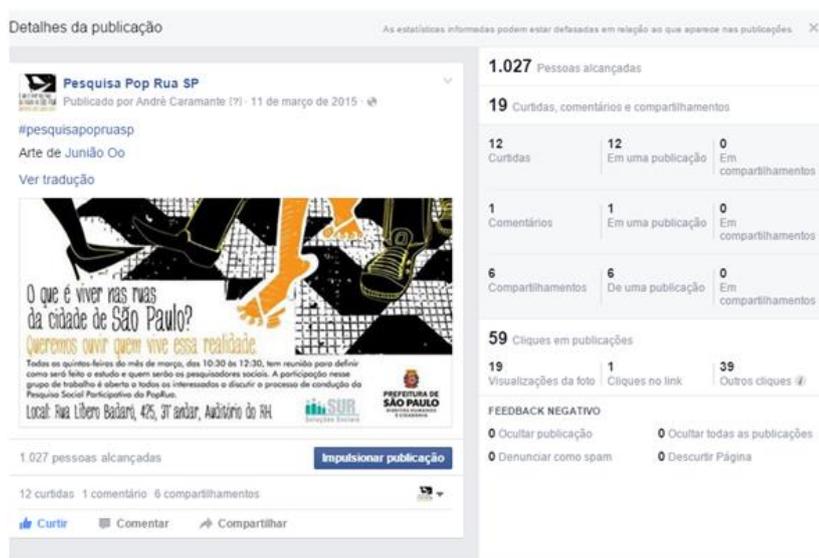
de pesquisa tinham participação constante nos encontros. Esse processo legitimou as escolhas dos pesquisadores feitas pelos próprios participantes interessados na pesquisa.



**Figura 3.** Cartaz para discussão dos critérios para contratação dos pesquisadores sociais.  
**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=ts>

No momento em que foi criado esse GT da foto acima, postada no Facebook, também foi possível já trabalhar sobre o mapeamento dos territórios prioritários e a formação dos futuros pesquisadores.

Ampliou-se dessa forma a divulgação da pesquisa, uma vez que foram criados cartazes que foram distribuídos em vários locais frequentados pela população em situação de rua.



**Figura 4.** Cartaz divulgando a pesquisa  
**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>



**Figura 5.** Tom, com cartaz “O que é viver na cidade de São Paulo. Queremos ouvir quem vive!”  
**Fonte:** Caio Palazzo

Posteriormente foram realizadas apresentações dos relatórios parciais da pesquisa ao comitê com os produtos previstos no contrato entre a SMDHC e a SUR. Aquele era um momento estratégico do processo, pois ali estavam presentes: a coordenação da população em situação de rua, representantes de outras secretarias e de entidades da sociedade civil, além das pessoas em situação de rua interessadas em participar desse fórum de debate.



**Figura 6.** Reunião do Comitê Pop Rua na apresentação e debate do último relatório, 02/03/2016  
**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>

### 2.2.5 Reuniões com parceiros

(i) Na sede do Conselho Regional de Psicologia (CRP), em 25 de maio de 2015, com parceiros de diferentes campos do saber (filósofos, antropólogos, arquitetos, psicanalistas, entre outros) para a apresentação e debate dos resultados parciais da pesquisa.



**Figura 7.** No CRP, encontro para discussão dos resultados da pesquisa

**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>

(ii) Apresentação dos resultados parciais da pesquisa em evento sobre a Arquitetura na Cidade de São Paulo, promovido pela revista *Arquitetura e Construção*, em 7 de julho de 2015.

(iii) Evento Psicanálise, Política e Saúde Mental, com a apresentação dos resultados preliminares da pesquisa feita por Jorge Broide, coordenador da pesquisa participativa POP RUA, onde estava presente também o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania Eduardo Suplicy, o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho Prof. Paul Singer, o psicanalista e professor do curso de Especialização em Psicopatologia da Faculdade de Saúde Pública da USP David Calderoni, o prefeito de Maricá/RJ Washington Quaquá, e Rosangela Zeidan, que é deputada estadual do Estado do RJ. No evento estavam presentes profissionais da área da saúde, da saúde mental e da economia solidária. Em 7 de novembro de 2015

(iv) Apresentação parcial dos resultados da pesquisa em mesa redonda no Congresso Internacional da Associação Psicanalítica, Porto Alegre, de 13 a 15 de novembro de 2015.

#### *2.2.6 Pesquisa ao respeito do “estado da arte” da produção acadêmica sobre o tema e dos meios de comunicação social*

Esse material encontra-se nos anexos no final da presente pesquisa em virtude da sua extensão. A bibliografia consultada está disponível junto com as demais referências bibliográficas. Também durante a pesquisa foi possível postar, na página no Facebook da

Pesquisa Pop Rua SP, matérias significativas para o debate acerca da população em situação de rua, conforme se constata na imagem a seguir.



**Figura 8.** Matéria no site Pesquisa Pop Rua

**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>

### 2.2.7 Entrevistas nas ruas da cidade de São Paulo

Foram realizadas, pelos pesquisadores sociais, 252 entrevistas nas ruas da cidade de São Paulo. O primeiro entrevistado foi o secretário de Direitos Humanos e Cidadania Eduardo Suplicy.



**Figura 9.** Entrevista com Eduardo Suplicy

**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=n>



**Figuras 10 e 11.** Entrevista com Eduardo Suplicy

**Fonte:** <https://www.facebook.com/Pesquisa-Pop-Rua-SP-1065909676759442/?fref=nf>

Apresentamos a seguir alguns trechos da reportagem “Ex-moradores de rua participam de pesquisa e reencontram o passado”, publicada na coluna da Mônica Bergamo na Folha de S. Paulo, em 20 de dezembro de 2015.

“Será que as pessoas sabem o que é viver assim?”, reflete Luiz Carlos Ceccopiere, 59, ao puxar memórias dos 30 anos que passou ao relento em São Paulo, “magro, sujo, de barba, sempre de ‘fogo’, tomando três corotes [pequenas garrafas de cachaça] por dia. Ele está de volta à rua. Mas agora vem de banho tomado, alimentado, após dormir sob o teto de uma casa no bairro da Aclimação para dependentes químicos em tratamento. Luiz integra uma equipe de ex-moradores de rua contratados pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos para conhecer as 16 mil pessoas da cidade que vivem ao relento, como ocorria com ele no passado. Pelo trabalho, ganha R\$ 500 por mês, mais vale-alimentação e transporte.

[...] Em uma das escadas da estação da Luz, Darcy da Silva Costa, 48, também pesquisador, encontra um homem sentado ao lado de um cobertor. “Seu João, há quanto tempo o senhor tá na rua?”, pergunta, de prancheta em punho, a João Feitosa da Silva, 74. Ele diz nem se lembrar mais. O motivo de estar ali: abandono. “A ‘muié’ morreu e os filhos [faz gesto indicando que foram embora]. O problema foi esse, não teve outro. (BERGAMO, 2015).



**Figuras 12 e 13.** O pesquisador Paulo (de pé), enquanto Darcy ouve seu João (sentado na escada)  
**Fonte:** Foto: Karime Xavier / Folhapress

#### *2.2.8 Visitas realizadas em diferentes equipamentos de atendimento.*

Os pesquisadores sociais realizaram 38 visitas em locais de atendimento a população em situação de rua. Entrevistaram técnicos, gestores e usuários desses serviços.

#### *2.2.9 Entrevistas realizadas pela equipe técnica nas ruas.*

O número de entrevistas realizadas pela equipe técnica não foi contabilizado, pois as entrevistas que subsidiaram a pesquisa foram àquelas realizadas pelos pesquisadores sociais e não pelos técnicos. Elas tinham como objetivo contribuir e qualificar o material produzido pelos pesquisadores.

#### *2.2.10 Saídas noturnas a campo*

No total, foram efetuadas duas saídas noturnas com o secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania Eduardo Suplicy.



**Figura 14.** Marivaldo da Silva fala com Eduardo Suplicy na calçada perto da favela do Cimento.  
**Fonte:** Karime Xavier / Folhapress.

Marivaldo, baiano de Jequié, está com passagem de ônibus comprada para o dia seguinte: ‘Vou voltar pra lá. Com essa crise, não tô conseguindo nada. Tá mais difícil’, reclama o operário da construção civil. E, na chegada, o ex-senador encontra o pesquisador Manoel Lucimar, 49, agachado na calçada conversando em francês com um haitiano que perambula por ali e não tem moradia. O acriano, que conta ser formado em administração e domina o idioma, viveu na rua até o ano passado, quando conseguiu hospedagem na casa de um parente em Taboão da Serra.

#### *2.2.11 Entrevistas realizadas pela equipe técnica nos equipamentos da Prefeitura e conveniados*

O número de entrevistas realizadas pela equipe técnica não foi contabilizado, pois as entrevistas que subsidiaram a pesquisa foram aquelas realizadas pelos pesquisadores sociais e não pelos técnicos. Elas tinham como objetivo contribuir e qualificar o material produzido pelos pesquisadores

#### *2.2.12 Reuniões e conversas com membros de outras instituições que trabalham no mesmo campo em diferentes regiões da cidade.*

Estas ocorreram sob forma de rodas de conversas nos territórios prioritários.

## **2.3 Forma de análise dos dados e a criação das categorias**

Todos os dispositivos de escuta criados para o desenvolvimento da pesquisa apresentados e o material bibliográfico compõem o trabalho de análise dos dados, realizado através da metodologia qualitativa de pesquisa. À medida que elementos significativos iam surgindo e se repetindo de diferentes formas, mas de modo consistente nas entrevistas e nas crônicas, eles passavam a constituir as categorias de análise.

### *2.3.1 Análise dos dados*

No segundo momento os dados foram trabalhados a partir dos textos escritos pelos pesquisadores sociais em suas entrevistas às pessoas em situação de rua e nos equipamentos de atendimento, bem como a partir das crônicas escritas pelos cronistas em todos os dispositivos grupais.

### **3 RESUMO DAS FASES DA PESQUISA**

A fase II consistiu no processo de formação das equipes de pesquisadores e mapeamento dos territórios prioritários. A fase III correspondeu à Pesquisa Documental, elaborada a partir da sistematização dos dados e documentos sobre a população em situação de rua nos territórios prioritários tanto em meios acadêmicos (base de dados SciElo) quanto com um compilado de notícias de jornais e revistas acerca do tema. A fase IV – Pesquisa Institucional – elabora um diagnóstico institucional territorializado, contendo uma síntese dos programas e projetos para a população em situação de rua com recomendações de aperfeiçoamento”, correspondeu à intensificação da coleta de dados no território, priorizando a visita a equipamentos e a realização de entrevistas em profundidade com seus usuários e técnicos. Também foi realizada nessa etapa uma série de reuniões com o secretário de Direitos Humanos Eduardo Suplicy, para a entrega dos resultados parciais da pesquisa, discussão e pactuação a respeito do diagnóstico institucional territorializado e recomendações de aperfeiçoamento. Finalmente, a fase V – *Pesquisa Territorial: encontro com entidades* – corresponde à primeira parte da Pesquisa Territorial, na qual realizamos o levantamento e sistematização das informações compiladas por ocasião dos encontros com os técnicos nos territórios de Santana/Tucuruvi, Lapa, Mooca, Pinheiros, Santo Amaro e Sé.

#### **3.1 Fase I: Repactuação do Plano de Trabalho e da Pesquisa Social Participativa**

A fase I da pesquisa consistiu na Repactuação do Plano de Trabalho aprovado, contendo a metodologia de execução da Pesquisa Social Participativa junto ao Comitê Pop Rua, incorporando eventuais ajustes por parte dos membros do comitê. Nessa fase foi realizada uma série de reuniões de equipe com o objetivo de atribuir responsabilidades e estabelecer um cronograma de trabalho, além de uma reunião entre a equipe SUR da Pesquisa Pop Rua e o Comitê Pop Rua, com o objetivo de informar ao comitê a metodologia da pesquisa e convidar os integrantes a participar da pesquisa.

A equipe técnica é composta por cinco integrantes: um coordenador, um pesquisador sênior e três técnicos (um jornalista, um psicólogo e um psicólogo/assistente social ou sociólogo). Além disso, fazem parte da equipe quatro estagiários (para registro fotográfico e descrição pormenorizada dessa fase, ver Relatório 2 correspondente à fase III).

### **3.2 Fase II: Processo de formação das equipes de pesquisadores e mapeamento dos territórios prioritários**

A fase II consistiu no processo de formação das equipes de pesquisadores e mapeamento dos territórios prioritários. Nessa etapa do trabalho foi estabelecido um Grupo de Trabalho (GT) do Comitê Pop Rua para a seleção dos pesquisadores sociais e mapeamento do território. Esse processo permitiu a capacitação dos candidatos e a criação de um grupo de trabalho vinculado à pesquisa. O GT também foi responsável pela ampla divulgação da pesquisa e levantamento minucioso de dados quanto ao mapeamento dos locais de maior concentração da população em situação de rua em São Paulo.

A metodologia empregada exige que o pesquisador seja alguém que vive a situação de rua e que, a partir da pesquisa, exerce um papel investigativo, crítico e de elaboração sobre a realidade vivida por ele e pelos milhares de outros que fazem da rua seu lugar de vida, moradia e/ou trabalho. Portanto, foi necessário constituir uma equipe com dez pesquisadores sociais e suplentes, todos com perfil adequado ao trabalho de realização de pesquisa social participativa.

Para a seleção desses pesquisadores foram necessários três eixos de atuação, cada um responsável por diferentes etapas do processo: (a) realização de reuniões semanais com a equipe SUR; (b) realização de reuniões com interessados pela política para a população em situação de rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo; (c) reuniões do GT do Comitê da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo para mapeamento da população em situação de rua em São Paulo e seleção de pesquisadores sociais

#### *3.2.1 Descrição do dispositivo de pesquisa e formação do grupo de pesquisadores sociais*

Foram efetuadas reuniões semanais com a equipe SUR, que tiveram início dia 12 de janeiro (segunda-feira) de 2015, com o objetivo de: (a) discutir a metodologia de formação do grupo; (b) selecionar os critérios de escolha dos pesquisadores sociais; e (c) levantar as avaliações individuais feitas durante as reuniões do Grupo de Trabalho do Comitê Pop Rua.

Foram realizadas, até o momento de conclusão deste relatório, 36 reuniões com duas horas de duração. As reuniões foram compostas por: dois coordenadores, Jorge Broide e Emilia Broide; dois técnicos da psicologia, Aline Martins e Tiago Lizot; quatro

cronistas, Amarildo Felix, Camila Freitas, Barbara Carro e Beatriz Dotta; grupo de jornalistas Ponte.

As reuniões com interessados da política para a população em situação de rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo foram realizadas com o ex-secretário Rogério Sotilli para apresentação da pesquisa e discussão; com o Comitê Pop Rua, na presença do secretário Suplicy, em 12 de fevereiro de 2015, para: apresentação da pesquisa; convite aos integrantes para participação como pesquisadores; constituição do GT Pesquisa Participativa para realização do mapeamento.

Houve ainda reunião com Comitê Pop Rua para apresentação do mapeamento; reuniões de articulação com os Coordenadores política para a população em situação de rua da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo; reunião com o Comitê Pop Rua para divulgação dos resultados parciais da pesquisa; reuniões com o secretário Eduardo Suplicy para apresentação dos resultados parciais e discussão.

Contamos também com reuniões do GT do Comitê da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo para mapeamento da população em situação de rua de São Paulo e seleção de pesquisadores sociais. Essas reuniões tiveram como objetivo: a divulgação da pesquisa entre os participantes; a construção de uma estratégia para a divulgação da pesquisa para a sociedade em conjunto com a população. Esta última se constituiu de divulgação do convite aos candidatos a pesquisadores sociais via e-mail, cartazes e panfletos distribuídos pelos próprios participantes em serviços de acolhida e nos locais de pernoite.

Na ocasião foram também discutidos (a) a construção de uma página da pesquisa no Facebook; (b) o mapeamento dos locais de pernoite e fluxo da população em situação de rua em São Paulo por região (Centro, Norte, Oeste, Leste e Sul), bem como a escuta de histórias relacionadas ao modo de vida dessa população, buscando ouvir as especificidades de cada segmento populacional, como travestis, idosos, adolescentes, mulheres, crianças, homens jovens e usuários de serviços de saúde mental; (c) a avaliação continuada dos candidatos a pesquisadores sociais, respeitando os seguintes critérios: participação ativa e comprometida nas reuniões do GT; boa relação com os colegas de equipe; interesse em ações políticas relacionadas a população em situação de rua; ter disposição para se locomover na cidade e realizar a pesquisa nos diversos territórios; compor um grupo que no total contemple diferentes segmentos populacionais e seja

representativo; (d) seleção de dez pesquisadores sociais e suplentes para realizar a pesquisa.

As reuniões do GT ocorreram semanalmente, às quintas-feiras, das 10h30 às 12h30, nas seguintes datas: 19 e 26 de fevereiro; 5, 12 e 26 de março; 2, 9, 16, 23 e 30 de abril, totalizando dez reuniões. Compuseram essas reuniões: toda a equipe da SUR, integrantes da Coordenação de Políticas para a população em situação de rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, membros do Comitê Pop Rua, trabalhadores de entidades interessadas, participantes de movimentos sociais, cerca de 10 a 20 pessoas em situação de rua interessadas em serem pesquisadores sociais. O local onde nos reunimos foi o Auditório do RH, à Rua Líbero Badaró, 425 – 31º ou 6º andar. A seguir abordaremos a equipe, o dispositivo e o mapeamento.

*(i) Equipe de pesquisadores sociais formada*

Os selecionados para serem titulares foram: Luiz Carlos Ceccopiere, Paulo Cesar de Paula, Davi Gabriel da Silva Amarilla, Maurício Carlos Tavares, Diego Martin Rocha, Talmus da Silva, Manoel, Darcy da Silva Costa, Castor José Guerra, Jose Carlos dos Santos. Os suplentes foram: Manoel Messias N. Santos, Simone Kelly Silva, Átila e Milton O trabalho da assessoria técnica para o mapeamento territorial ocorreu nas mesmas datas das reuniões do GT do Comitê da População em Situação de Rua da cidade de São Paulo, (com exceção dos dias 16 e 30 de abril, quando foi realizada a seleção dos pesquisadores e discussão a respeito do contrato de trabalho com os pesquisadores, respectivamente). O mapeamento foi dividido em macrorregiões do município de São Paulo: Centro, Norte, Oeste, Leste e Sul.

*(ii) Dispositivo de conversas públicas para interlocução com a sociedade*

Foi realizado um encontro entre a equipe do projeto e interlocutores de referência no trabalho social para a apresentação do desenvolvimento da pesquisa. Nessas interlocuções buscou-se debater e problematizar diferentes visões sobre a rua a partir da discussão aprofundada do projeto. O encontro ocorreu dia 27 de janeiro de 2015 no Conselho Regional de Psicologia SP e teve a participação de: Núcleo Psicanálise e Política (PUC) e Núcleo de Psicanálise e Sociedade (USP) – Miriam Debieux Rosa; Margens Clínicas – Rafael Lima; Minha casa minha rua – Bia Bitelman; antropóloga Daniela De Luca; Núcleo Entretempos – Carina Ferreira Guedes e Fernanda Sato; Programa Braços Abertos – psicanalista Antonio Lancetti; Secretaria Municipal da

Cultura – arquiteto Marcos Cartum; CAPS Sé – psicanalista Antonio Sérgio Gonçalves, entre outros.

### *3.2.2 Mapeamento territorial*

O mapeamento territorial feito pelos pesquisadores sociais se mostrou mais preciso para as regiões mais conhecidas por eles, como Centro e Leste. Julgamos que isso ocorre tanto devido à dificuldade da entrada dos pesquisadores em territórios desconhecidos quanto à alta mobilidade da estrutura de residência da rua. Muitos locais onde existiam concentrações de malocas sofreram processo de remoção recente, como Vila Leopoldina e Lapa. No momento de finalização deste trabalho, concluímos a pesquisa em todas as regiões (Centro, Leste e Oeste, Sul e Norte – para registro fotográfico e descrição pormenorizada, ver Relatório 2 correspondente à fase III).

### **3.3 Fase III: Pesquisa Documental Crítica**

A fase III abarcou: o piloto da fase de entrevistas no campo, a pesquisa documental crítica e parte das visitas aos aparelhos dos territórios prioritários.

A pesquisa documental crítica consistiu no levantamento e sistematização de referências com foco na população em situação de rua nos territórios prioritários. Foram pesquisados artigos e outros textos acadêmicos, notadamente na base de dados SciElo, assim como notícias de jornais e revistas acerca do tema. Os resultados desse levantamento estão detalhados no correspondente produto anteriormente encaminhado, conforme cronograma de entrega dos produtos.

Também foi realizada nessa fase uma pesquisa de campo piloto no Centro da cidade de São Paulo, acompanhada da capacitação dos pesquisadores sociais nas oficinas previstas na metodologia.

E, finalmente, foram realizadas visitas aos aparelhos que atendem a população em situação de rua, prioritariamente no Centro de São Paulo, acompanhando a fase piloto da pesquisa. Na ocasião foram realizadas entrevistas com alguns técnicos que se disponibilizaram a conversar com nossa equipe (para registro fotográfico e descrição pormenorizada do piloto da fase de entrevistas no campo, pesquisa documental crítica e parte das visitas aos aparelhos dos territórios prioritários, ver Relatório 2 correspondente à fase III).

### **3.4 Fase IV: Pesquisa Institucional**

Essa fase englobou o desenvolvimento do diagnóstico geral, sugestões de aperfeiçoamento e o percurso da pesquisa.

#### *3.4.1 Diagnóstico geral e sugestões de aperfeiçoamento*

Foi realizada uma pesquisa sobre a metodologia adotada, Pesquisa Qualitativa, a fim de capacitar os pesquisadores sociais e técnicos na realização das entrevistas e sistematização dos dados (para aprofundamento, ver item 2.4.1. Diagnóstico geral e sugestões de aperfeiçoamento no Relatório 3 correspondente à fase IV).

Para a elaboração desse diagnóstico, foi necessária a criação de sete eixos de ação:

1. Capacitação dos pesquisadores sociais para a escuta do outro, a fim de subsidiá-los para a realização de entrevistas em profundidade;
2. Capacitação dos pesquisadores sociais para o registro escrito das entrevistas;
3. Seleção de público alvo: a) população em situação de rua não atendidas pelos centros de acolhida. b) população em situação de rua que frequenta projetos e programas governamentais; c) técnicos de projetos e programas que atendem a população em situação de rua, tanto vinculados aos programas governamentais como não vinculados a eles;
4. Seleção dos locais prioritários em cada região;
5. Realização das entrevistas em campo;
6. Análise dos dados obtidos no campo, tanto pelo próprio grupo de pesquisadores nas oficinas semanais quanto pela equipe responsável pela pesquisa;
7. Realização de encontros nos territórios com técnicos que trabalham diretamente com a população em situação de rua.

#### *3.4.2 O percurso realizado até o momento pela pesquisa*

O trabalho da pesquisa Pop Rua na cidade de São Paulo se desenvolveu em diferentes territórios e situações institucionais. Os eixos A e B foram trabalhados constantemente através dos grupos semanais: todas as segundas, terças e quintas-feiras. Às segundas-feiras ocorria a preparação para a escuta. Esse foi um espaço de importante interlocução sobre a vida dos pesquisadores sociais e elaboração das situações de vida. Objetivou-se dessa forma construir um espaço onde eles, podendo falar de si, estivessem

abertos nas entrevistas para a escuta do outro. Às terças-feiras foram criados os roteiros para as entrevistas, as estratégias de abordagem, as definições dos locais abrangidos pela pesquisa e as situações do campo. Às quintas-feiras os jornalistas do grupo Ponte preparavam as técnicas de entrevista e abordavam os elementos textuais e vivenciais do processo.

No eixo C, buscamos priorizar a localização de grupos de difícil acesso e o segmento da população em situação de rua não assistida por projetos e programas governamentais que, portanto, fazem da rua seu local único de convivência, além de usuários dos serviços que abrangem os diferentes segmentos sociais (mulheres, idosos, travestis, transexuais, gays, moradores de bueiros, moradores de ocupações).

O eixo D contempla a análise e execução do mapeamento territorial prévio, constante no edital realizado para o desenvolvimento da pesquisa, e posteriormente trabalhado nas primeiras reuniões ampliadas da Pesquisa Pop Rua, antes mesmo da escolha dos dez pesquisadores.

O eixo E já contemplou a realização da pesquisa nas regiões: Centro, Leste e Oeste, Sul e Norte.

O eixo F está em constante elaboração, proporcionando resultados parciais, definição e reafirmação de estratégias. Contudo, o resultado final será concluído com o término do trabalho de campo e posterior análise, na entrega do relatório final, onde deverão estar presentes os subsídios para construção da política municipal para população em situação de rua da cidade de São Paulo.

O eixo G consistiu na realização de encontros prioritariamente com técnicos que trabalham com a população em situação de rua das diferentes secretarias: Saúde, Habitação, Trabalho, Assistência Social e Direitos Humanos, nos territórios principais Santana/Tucuruvi, Lapa, Mooca, Pinheiros, Santo Amaro e Sé. Participaram efetivamente dos encontros principalmente os técnicos das Secretarias Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; da Saúde; e da Assistência Social.

Até o momento de finalização deste trabalho foram realizadas no mínimo 150 entrevistas em profundidade com as pessoas em situação de rua dentro dos três grupos de população alvo elencados no eixo C: 1. moradores de calçada que não são assistidos por projetos e programas governamentais; 2. população em situação de rua que frequenta projetos e programas governamentais; 3. técnicos de projetos e programas que atendem à população em situação de rua, que totalizaram a visita e entrevista em 16 equipamentos e a realização de sete encontros nos territórios prioritários.

### **3.5 Fase V: Pesquisa Territorial: encontro com entidades**

A pesquisa territorial com as entidades consistiu em sete grupos de conversa com as entidades que trabalham diretamente com a população em situação de rua, Secretaria de Direitos Humanos e equipe SUR nos territórios prioritários Santana/Tucuruvi, Lapa, Mooca, Pinheiros, Santo Amaro e Sé.

Os encontros tinham um formato aberto. Os coordenadores do grupo lançavam o tema, “atendimento à população em situação de rua”, a partir do qual os participantes falavam livremente sobre as questões que os inquietavam. Em algumas situações os coordenadores faziam breves questionamentos sobre temas específicos.

Essas discussões tinham como objetivo captar qual a opinião dos técnicos quanto ao que estava ocorrendo na região. Em Santo Amaro, por exemplo, que é uma região muito extensa, há muitos imigrantes; logo, há de ser pensado um trabalho dirigido a esse público na região. Congolese, haitianos e latino-americanos aparecem em vários territórios pesquisados.

Como os técnicos se relacionavam com o trabalho com a população em situação de rua e com os usuários dos equipamentos, além da representação que faziam desta população, foram incluídos seus preconceitos, dificuldades, denúncias e relação entre equipamentos e secretarias.

Para chegar a essas informações os coordenadores e representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania não direcionaram os encontros e evitaram ao máximo se posicionar em relação ao que estava sendo dito, evitando com o mesmo rigor que as pessoas se sentissem inibidas quanto ao seu próprio posicionamento ou construíssem falas para atender a demanda da secretaria ou dos coordenadores.

Através desses encontros foi possível perceber uma série de dificuldades enfrentadas pelos aparelhos destinados para o atendimento da população em situação de rua e perceber os pontos de saturação da pesquisa, ou seja, pontos que se repetem nos relatos de diferentes regiões e atores.

Uma grande parcela dos pontos citados pelos técnicos nesses encontros já havia sido levantada pelos pesquisadores sociais e estará descrita no Relatório VI, bem como a análise e discussão de todas as categorias.

Na figura a seguir é possível ver uma sistematização que condensa, através de redes hierárquicas, as principais categorias levantadas no discurso dos técnicos.

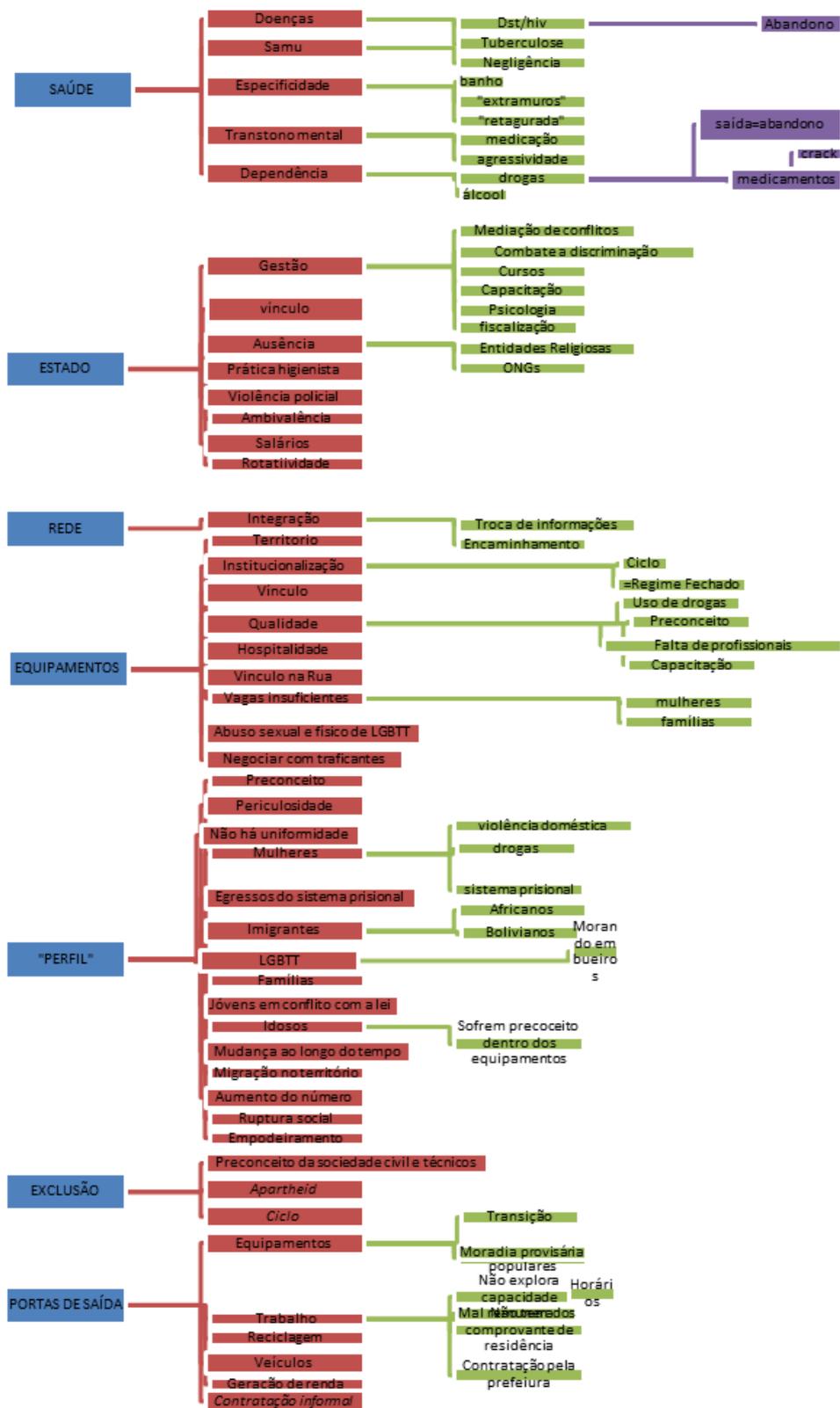


Figura 15. Categorias retiradas das rodas de conversa com entidades



## **4 RELATÓRIO FINAL: SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA SOCIAL PARTICIPATIVA**

### *(i) TERRITORIALIZAÇÃO*

A Pesquisa Social Participativa Pop Rua contou prioritariamente com duas formas de coleta dos dados nas entrevistas de campo: a) o registro escrito feito pelos próprios pesquisadores sociais, com isso mantendo o seu lugar de fala e de escrita e respeitando o protagonismo dos pesquisadores sociais nessa investigação. Esse material, foi posteriormente transcrito para a realização da análise (Para ver maior detalhamento consultar ANEXO 2); e b) os relatos orais feitos pelos pesquisadores sociais nos grupos onde se pôde trabalhar melhor as entrevistas que eles fizeram, bem como explorar a riqueza dessas entrevistas da maneira mais detalhada possível. Esse material teve seu registro feito através das crônicas. É importante destacar que a opção de usar o registro feito pelos próprios pesquisadores sociais implicou um maior esforço de toda a equipe para promover a capacitação dos pesquisadores para tal tarefa, tanto com relação à realização das entrevistas quanto ao registro das mesmas, uma vez que essa atividade era completamente nova para os mesmos.

Partimos para a análise de um total de 252 registros escritos das entrevistas feitos pelos pesquisadores, 200 registros das descrições orais e cinco registros escritos realizados pela equipe técnica da SUR durante a Fase II–Processo de formação das equipes de pesquisadores e mapeamento dos territórios prioritários–, referente às visitas a quatro equipamentos da região central e um equipamento da região norte. Em relação aos registros escritos realizados pelos pesquisadores sociais, foram feitas: 44 observações, 39 entrevistas com técnicos, 8 entrevistas com população civil e 162 entrevistas com população em situação de rua.

A dinâmica de pesquisa de campo funcionou de acordo com o esquema apresentado na metodologia de pesquisa: 10 pesquisadores sociais foram contratados para realizarem a pesquisa com a carga horária de 20 horas semanais distribuídas ao longo da semana. Participavam de três grupos com a equipe técnica e iam duas vezes a campo para a realização da pesquisa.

Os locais prioritários para a realização do campo de pesquisa foram levantados durante a Fase II–Mapeamento Territorial–, respeitando os territórios prioritários. A escolha dos locais a serem visitados dentro do mapeamento foi feita em parceria com os

pesquisadores sociais e aqueles que compareceram durante os dez encontros do GT do Comitê Pop Rua, respeitando e acolhendo as suas indicações sobre a rua e os locais a serem visitados. Até o final da pesquisa foram visitados 38 equipamentos. Os locais e as instituições abordadas pelos pesquisadores sociais incluíram visitas em diferentes turnos aos territórios e locais a seguir.

Territórios prioritários (Subprefeituras)	LOCAIS VISITADOS
<b>Sé</b>	Praça da Sé, Pátio do Colégio, Vale do Anhangabaú, Terminal de ônibus Bandeira, Baixada do Glicério, Feira do Rolo, Direitos Humanos no Viaduto (antiga Associação Minha Rua Minha Casa), região da Bela Vista, Espaço de Convivência Bela Vista, Restaurante comunitário Querupita, Restaurante comunitário Penaforte, Restaurante Comunitário Restaura-me, Avenida 9 de Julho, Ocupação MMSTC, MMLJ e FLM, Cracolândia, Região da Estação da Luz, Ministério Público, Terminal de ônibus Princesa Isabel, Praça Princesa Isabel, Programa Autonomia em foco (Glicério), Liberdade, Programa POT (região da cracolândia – porém sem possibilidade de continuar entrevistas por ausência de gerente no dia/pagamentos no dia da visita), Consultório na Rua (região da cracolândia – onde foram entrevistados: enfermeira e psicólogo), tenda do Programa de Braços Abertos (região da cracolândia – porém não conseguimos entrevistas com profissionais pois orientador estava na hora do almoço), Casa de apoio São Vicente de Paula, alameda Dino Bueno, Praça do Correio, Reciclázaro, Cooperativa Pão de Moça (Reciclázaro), Programa Reviravolta, Praça Pérola Byington, Hotel Solar Franciscano Francisca Miquelina (Não autorizou entrada, pediu agendamento para outro dia), C.A. Cambuci, Largo do Cambuci.
<b>Mooca</b>	Espaço de Convivência Alcântara Machado, Espaço de Convivência Mooca, Parque da Mooca, Espaço de Convivência Bresser, Largo da Concórdia, Parque alto Tietê, Parque Belém, Bairro Brás, Bairro Bresser e Cimento, Distrital da Mooca, Espaço de Convivência São Martinho, Centro de Acolhida Arsenal da Esperança, Centro de Acolhida Portal do Futuro, Centro de Acolhida Especial Maria Maria (Mulheres), Centro de Acolhida Especial Lar de Nazaré (Famílias), Casa Brenda Lee, Centro de Reciclagem Belenzinho.
<b>Lapa/Pinheiros</b>	Largo da Lapa, Largo da Concórdia, Mercado da Lapa e terminal de ônibus Lapa, Vila Leopoldina, Ceagesp (dentro não havia morador, mas do lado de fora havia 6 pessoas no canteiro central deitadas, prox. à Av. Gastão Vidigal), Largo da Batata, Pinheiros, Centro de Acolhida Cor Esperança, Rua Clélia, Rua Aurélia, Jaguaré, Centro de Acolhida Boracea, CREAS Boracea (técnicos), Viaduto Boracea, Complexo (Núcleo) Boracea (não obtivemos permissão para entrevistar), Centro de Acolhida Zancone.

<b>Santana/Tucuruvi</b>	Buracos das travestis em Suzano, Centro de Acolhida Jaçanã, Bairro Armênia, Núcleo de Convivência Porto Seguro, Bairro Santana, Igreja de Santana, estação de metrô Santana e imediações (malocas), Praça da Juventude, Terminal Cachoeirinha, Tucuruvi (boca de rango “Panelinha”), Centro de Acolhida Zaki Narchi, entre as estações de metrô Tietê e Carandiru, Vila Maria, Parque Novo Mundo, favela funerária, C.A. Santana (antigo “Quarentinha”), República Santana (tentativa de entrada, porém orientador socioeducativo comentou que gerente não estava e não poderia permitir pesquisa na ausência do mesmo), Centro POP Santana.
<b>Santo Amaro</b>	Próximo à estação de metrô Santo Amaro, Largo Treze, Praça Floriano Peixoto / Santo Amaro, C.A emergencial em Santo Amaro (Conhecido como Inferninho pelos moradores), C.A Pousada da Esperança, Vila Mariana (próximo ao metro), C.A. Solidariedade (Abecal), Casa Acolhe a Rua.

Juntamente a isso, esclarecemos que diversos equipamentos apresentaram ressalvas e até negativas para o recebimento da pesquisa social participativa. Em geral, justificava-se pela necessidade de agendamento prévio, de forma que recorremos à SMDHC, solicitando o encaminhamento de uma circular por correio eletrônico aos equipamentos da Assistência Social voltados à população em situação de rua, informando sobre o procedimento das visitas para entrevistas dos pesquisadores sociais dirigida aos profissionais e usuários dos Serviços.

Tal informe destacava a impossibilidade de previsão pela pesquisa social participativa dos dias das visitas, dada a diversidade de atividades e rearranjos necessários ao andamento do trabalho da pesquisa, inviabilizando, dessa forma, o agendamento para todas as situações-alvo. Contudo, ressaltamos que em muitas ocasiões as visitas realizadas foram programadas através de comunicações com antecedência aos equipamentos assistenciais. Ainda assim, algumas visitas não alcançaram o objetivo de realizar as entrevistas, por imprevistos quanto à disponibilidade (presença) dos responsáveis pelo Serviço, com quem havia sido feito o contato para recebimento dos pesquisadores sociais no dia agendado.

Aqui cabe o alerta quanto à postura “fechada” de alguns serviços que tiveram dificuldades em receber a pesquisa. A invocação à burocracia pareceu bem mais estar referida ao receio de conversar sobre o funcionamento dos mesmos do que à dificuldade concreta em receber os pesquisadores.

## (ii) *ROTEIRO DE ENTREVISTA*

Como exposto no Relatório III, Fase IV, a Pesquisa Participativa se caracteriza por ser Qualitativa, e, dessa forma, as entrevistas realizadas mesmo tendo um roteiro prévio foram semiabertas e abertas (DUARTE, 2015), nas quais os pesquisadores formulavam as perguntas de acordo com o andamento da entrevista. O roteiro apresentado a seguir serviu para nortear as entrevistas; foi um disparador da conversa com o entrevistado, até que os pesquisadores pudessem formular as questões da pesquisa a partir de seu estilo e da escuta do entrevistado.

<i>Roteiro de perguntas norteadoras para entrevistas dos pesquisadores sociais</i>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Dados gerais: nome, idade, origem, tempo de rua, escolaridade</li><li>2. O quê acha da rua?</li><li>3. Qual motivo o trouxe à situação de rua?</li><li>4. Você vive de quê na rua? Como sobrevive?</li><li>5. Já utilizou algum serviço/equipamento para a população de rua? Quais sugestões e críticas você faria?</li><li>6. Quais são os seus lugares de referência?</li><li>7. Em quê você acredita?</li><li>8. Como você faz para se divertir?</li><li>9. O que te atrai na vida na rua?</li><li>10. Quais as regras da rua? Como você lida com elas?</li><li>11. Qual o seu relacionamento com sua família?</li><li>12. Como você tem acesso à informação e como se comunica?</li><li>13. Como era sua vida antes da rua?</li><li>14. Quais são seus sonhos daqui para frente?</li><li>15. Você gostaria de falar mais alguma coisa?</li></ol>

Retomando o Relatório IV, é importante dizer que a metodologia de pesquisa qualitativa prioriza a profundidade das entrevistas realizadas, não apenas o número de entrevistados. Dessa forma, optou-se pela técnica de coleta de dados em forma de entrevistas em profundidade, em detrimento de questionários e outras técnicas de coleta de dados com perguntas fechadas e pré-estabelecidas pela equipe. As **entrevistas em profundidade** priorizaram o saber dos próprios pesquisadores sociais, que, além de precisarem da sensibilidade de saber abordar cada entrevistado em sua particularidade, tinham a liberdade de criarem perguntas que julgavam relevantes para além do roteiro previsto. Todo esse esforço de criação tem como intuito entender profundamente a realidade do entrevistado e descobrir dados relevantes de como realmente funciona a vida nas ruas.

Essas entrevistas duravam cerca de 30 minutos cada. Em diversos casos os pesquisadores sociais levaram os entrevistados a relatarem toda a sua história de vida, contando segredos pessoais e da vida nas ruas, como: o papel do tráfico, as regras da rua, a vida dentro dos equipamentos quando as luzes se apagam, o roubo, a corrupção, a violência da vida nas ruas, agressões, estupros, uso de drogas, assassinatos, vida na prisão, o descaso das famílias de origem, o descaso do Estado, etc. Em muitas situações, os pesquisadores precisaram lidar com o choro dos entrevistados, a embriaguês, a agressividade e as demandas por ajuda.

Todas estas situações vividas se transformaram em dados de pesquisa, e compunham os registros orais que eram constantemente analisados pelos técnicos. Semanalmente, três entrevistas eram analisadas (durante 3 horas) pelos técnicos em conjunto com os pesquisadores de forma que, ao relatarem a pesquisa, traziam no relato as situações vividas na entrevista, com as tensões e emoções estabelecidas na relação com o entrevistado na abordagem realizada.

Cada encontro com o entrevistado demandava do entrevistador situar-se em relação a sua tarefa: **pesquisa não é denúncia**; o dever de escutar o outro, sem que suas próprias opiniões prevalecessem; como manejar a situação do entrevistado recusar a pesquisa, etc. Tais elementos compõem, juntamente com a transcrição das entrevistas, um rico material que, posteriormente, foi submetido à análise, gerando categorias que concentram em alguns temas centrais o discurso dos entrevistados. Esse método utiliza a psicanálise como forma prioritária de interpretação do discurso, que posteriormente irá se associar à análise de conteúdo e análise do discurso, para a criação dessas categorias, apresentadas nos subcapítulos a seguir.

A seguir apresentaremos os resultados da pesquisa. Primeiramente, no item 4.1 faremos a análise do material coletado através das entrevistas realizadas com técnicos, tanto as rodas de conversa nos territórios prioritários (apresentadas no Relatório V), quanto às entrevistas feitas pela equipe SUR e pelos Pesquisadores Sociais. E no item 4.2 apresentaremos a análise dos dados das entrevistas realizadas nas ruas e equipamentos pela equipe SUR e pelos pesquisadores sociais.

#### **4.1. Categorização do discurso dos técnicos e gerentes dos equipamentos, extraída das rodas de conversa nos territórios e entrevistas dos pesquisadores sociais e equipe SUR nos territórios prioritários**

Este item subdivide-se em: Estado, Território, Assistência Social, Transição, Habitação, Trabalho e Emprego, e Saúde.

#### *4.1.1. Estado*

Sabe-se que um dos objetivos inseridos no Programa de Metas 2013-2016 da prefeitura propõe a superação da extrema pobreza na cidade de São Paulo, apresentando como meta 12: “promover ações para a inclusão social e econômica da população em situação de rua”. Contudo, na medida em que se visa construir um cenário favorável à implementação de projetos que garantam os direitos humanos, a cidadania e a dignidade das pessoas que vivem na rua, a presente pesquisa levantou alguns desafios concernentes ao **modo ausente e/ou contraditório da relação do Estado** em suas diferentes formas de executar as políticas sociais para esta população.

Operadores sociais de diferentes equipamentos voltados ao atendimento à população em situação de rua fazem considerações sobre o funcionamento ambivalente do Estado, que ora oferece a elas a acolhida e/ou o auxílio com a documentação, e ora as exclui, retirando seus barracos e expulsando-as de onde estão. Destacam-se, sobretudo, queixas referentes às ações da Guarda Civil Metropolitana (GCM), da Polícia Militar (PM), do rapa e das repetidas lavagens às ruas. Muitas vezes, essas ações são dirigidas com preconceito, utilizando-se de agressões verbais e físicas contra essa população, retirando seus pertences:

*Um dos integrantes da roda de conversa conta de uma mulher apelidada de Bomba na calçada, explicando que o que era mais valioso para ela era um caderno onde escrevia bastante sobre diversas situações. A GCM retirou-lhe o caderno, que foi levado junto com todo o resto de suas coisas, como lixo. Ele também diz do artista Badarós, que pinta quadros, cujos quadros também foram jogados no lixo pelo RAPA. (crônica - Roda de conversa Vila Maria (Santana Tucuruvi) em 22.10.2015).*

Encontra-se presente ainda nessa zona de tensão o **discurso de periculosidade**, o qual seria utilizado para justificar as violências cometidas contra essa população, gerando então mais preconceitos. Além disso, é amplamente discutido e apontado na pesquisa outro desafio para as formas de organização do atendimento, que atravessa as diferentes políticas públicas: a **dificuldade da interlocução entre as diferentes secretarias municipais**. Tal questão configura-se como um fator limitador para o atendimento prestado pelos diversos serviços e para o acesso dessa população aos mesmos, dado que os serviços são organizados de modo pouco compartilhado, fragmentando tanto a

execução da política e sua capacidade transformadora, como também a própria população-alvo na possibilidade de compreensão da complexidade e diversidade de manifestações desta.

*O que falta mesmo é uma rede que de fato aconteça. Não existe uma conexão entre as equipes. A equipe de saúde trabalha sozinha, não existe um trabalho conjunto com a equipe do social. Assim fica difícil trabalhar. Desde Junho eu tô com um morador no meu hospital e eu não consigo vaga pra ele em nenhum equipamento. Até agora eu espero uma resposta do CREAS. Assim fica difícil trabalhar. (crônica-Roda de conversa Mooca, 12.11.2015)*

Discute-se, sobretudo, quanto à necessidade de maior integração entre a política de Saúde e a de Assistência Social, apontando-se, por exemplo, algumas alternativas, como: a maior **divulgação do fluxo de atendimento** para melhor informar os profissionais das diferentes políticas; a **criação de mais Serviços híbridos**. Sugere-se a previsão de **contratação de outras categorias profissionais** aos centros de acolhida, incluindo-se os da área da enfermagem, que possam subsidiar ações como: ministrar medicamentos, manejar crises de usuários com transtorno psíquico e lidar com outras situações específicas da área da saúde, como veremos adiante.

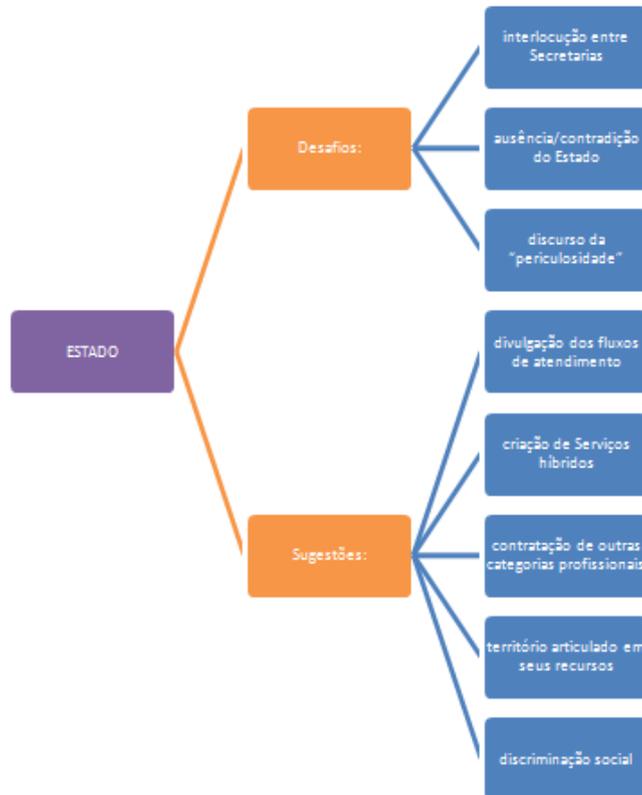
Quanto a isso, refletiu-se ainda sobre a importância de se construir e **articular territórios levando em conta seus recursos próprios**, incluídos aí os serviços à população que vive nas ruas, ao modo como são apresentados na diretriz VIII do decreto 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua: “respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas”.

Dessa forma, a proposta levantada foi a de envolver a complexidade de políticas públicas territorializadas para potencialização do acesso e do atendimento prestado, seja em diálogo com o corpo de bombeiros, com a vigilância sanitária, com a rede de atenção básica de saúde, com o programa operação trabalho, com o ensino para jovens e adultos, com o centro de acolhida, etc.

Por fim, diante da **discriminação social** generalizada contra as pessoas que vivem em situação de rua, foi sugerido que se fizessem **campanhas**, visando à mudança de concepções, práticas e atitudes que estigmatizam essa população, de modo a

sensibilizar, conscientizar e mobilizar a sociedade civil, o poder público e a mídia para esse enfrentamento.

No gráfico a seguir pode-se ter uma ideia síntese das questões levantadas com relação à categoria Estado, subdividida em desafios e sugestões.



**Figura 16: Desafios e sugestões da categoria Estado**

#### *4.1.2 Território*

Algumas características regionais puderam ser identificadas a partir do discurso dos profissionais entrevistados, de modo a oferecer um panorama territorializado dos diferentes modos de organização das políticas sociais, de alguns perfis das pessoas que vivem nas ruas das diferentes regiões da cidade, e da forma como a sociedade civil se relaciona com essa população.

#### *Subprefeitura da SE*

Começando pelo centro da cidade, na região da Sé, a pesquisa levantou nos encontros com os técnicos, gestores e trabalhadores dessa região um **perfil amplo e heterogêneo** de pessoas que vivem nas ruas e que acessam os diferentes equipamentos assistenciais, dentre as quais: dependentes químicos, egressos do sistema penitenciário, pessoas advindas de ocupações, imigrantes, pessoas com transtorno mental e idosos abandonados pelas respectivas famílias (principalmente homens).

Dentro dessa diversidade de pessoas foram destacados alguns locais de permanência, aglomeração e circulação, a exemplo da Rua Anchieta, onde se encontrou um grupo que ali busca por um local de dormida. Também, nas proximidades do Centro de Acolhida na região da Bela Vista, encontrou-se um grupo de dependentes químicos e egressos do sistema prisional; na baixada do Glicério, encontraram-se algumas pessoas envolvidas no tráfico de drogas e na feira do rolo. Na Praça da Sé encontrou-se um numeroso grupo de idosos que não aceitam acessar os serviços socio assistenciais, ocupando-se da mendicância e de doações. Ainda nessa praça, identificou-se um grupo fixo que se encontra no entorno da agência da Caixa Econômica, no Marco Zero e no espelho d'água, e outro grupo migrante, que circula pelo território, e que ocupa a área mais próxima à escadaria.

Os imigrantes, presentes na região da Sé apresentam problemas relativos ao alcoolismo e não querem voltar para seu local de origem por vergonha de regressar com menos condições do que quando partiram.

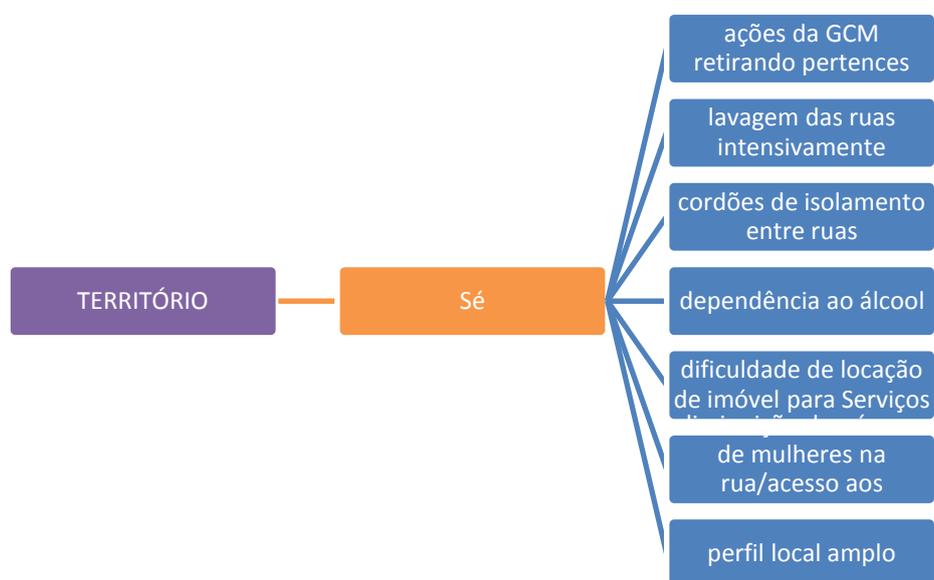
Sobre a população com maior dificuldade de acesso aos equipamentos, aponta-se para os que estão em dependência e **uso abusivo ao álcool**, devido à facilidade de acesso pelo baixo custo. Sobre o grupo de mulheres com filhos e companheiros, há uma menor quantidade delas presentes nas ruas atualmente. Apontou-se que têm chegado menos pessoas com esse perfil às ruas, indicando que as mesmas possivelmente estejam acolhidas nos equipamentos. O pequeno grupo de mulheres que ainda permanece nas ruas estaria mais localizado atualmente no bairro da Bela Vista.

Uma profissional de um dos equipamentos assistenciais da região relata que o final do ano de 2013 e o início de 2014 foram marcados por um forte período de crise, tendo ocorrido um adensamento de pessoas nos equipamentos, especialmente como ocorrido nos equipamentos da Bela Vista, com presença de egressos que trouxeram brigas, agressões, overdoses e até fizeram profissionais dos serviços de reféns. Vale lembrar que foi nesse período que foram organizadas ações de combate ao tráfico de drogas e ajuda aos usuários de crack pela prefeitura na assim chamada Cracolândia (denominação

informal para uma região no centro da cidade de São Paulo, nas imediações das avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a Rua Mauá e da Estação Júlio Prestes), o fechamento do Parque Dom Pedro e também a ocorrência das saídas temporárias ou saídas do sistema penal, como no Dia das Mães.

Ainda na região central, discutiu-se acerca das **ações violentas da GCM**, retirando pertences, realizando **cordões de isolamento entre ruas**, além da presença das **lavagens intensivas às ruas** onde se encontram as pessoas que ali vivem, sobretudo na região da Cracolândia.

Sobre a relação da sociedade civil com a população em situação de rua, os profissionais que trabalham na região destacaram a questão da discriminação, expressa pela **dificuldade de locação de imóveis** pelo poder público para execução de serviços socioassistenciais para a população de rua, dada a resistência da população local.



**Figura 17: Perfil da Subprefeitura da Sé**

### *Subprefeitura da Lapa*

De modo abrangente, os profissionais alertaram para o fato de que mais pessoas estão chegando à situação de rua na região devido ao **desemprego** vivido no país. Na subprefeitura da Lapa, a pesquisa então levantou informações a respeito de um **perfil populacional** em que muitos sofrem de transtorno mental; outro grupo destacado é originário do meio rural, e outro de usuários de drogas, além de um público feminino vivendo nas ruas.

Destacaram-se dois locais do território: um que concentra uma população de rua migrante e consumidora de álcool, na Rua Gastão Vidigal, e outra parcela da população de rua que se mantém fixa com uso de crack próximo ao portão 9 do Ceagesp da rua Manoel Bandeira.

Existem localmente alguns fatores importantes que atraem as pessoas em situação de rua para a região, um dos quais sendo a alta qualidade da droga vendida no local: uma pedra de crack, a custo de 10,00, rende o uso para até quatro dias, e a Vila Leopoldina é chamada popularmente de “o ouro das ‘cracolândias’”.

Além disso, outro fator de atração para a população de rua nessa região é o emprego informal, especialmente no carregamento de caminhões que prestam serviço para o Ceagesp, de modo desregulamentado e precarizado, mantendo as pessoas em situação vulnerável. Outro motivo da aglomeração da população de rua junto ao Ceagesp decorre da possibilidade de garantir a higiene (banhos), mesmo que de modo informal e arbitrariamente concedido.

Houve relatos de que o Ceagesp descarta em média 200 toneladas de madeira (além de papel) por mês, razão pela qual estão sendo desenvolvidos alguns **projetos de educação para geração de renda e emprego, como por exemplo o projeto “Nossa Turma”** que faz o aproveitamento do material dispensado na construção de vassouras e outros produtos, além da organização de feiras comerciais e de oficinas culinárias que utilizam alimentos descartados. Uma das iniciativas busca articulação com um equipamento de acolhida local para **inclusão produtiva do segmento da população em situação de rua.**

Por outro lado, fala-se que há inúmeros casos **de exploração sexual e trabalho infantil no interior do Ceagesp**, mas não há dados, pois estes são de responsabilidade do governo federal.

Diante desse panorama, o Ceagesp é um grande aglutinador. Os entrevistados afirmaram que quem vive na região desenvolve um **vínculo com o território**, apresentando resistência em deixá-la em detrimento da mudança para outro lugar em caso de algum encaminhamento assistencial para outra região.

Denúncias são levantadas contra a **GCM** quanto à conduta de **retirada dos pertences** (incluindo medicamentos) e **abordagem violenta** à população em situação de rua local, gerando dispersão da mesma. Tal prática é também apontada como comprometedora na contagem realizada pelo censo.

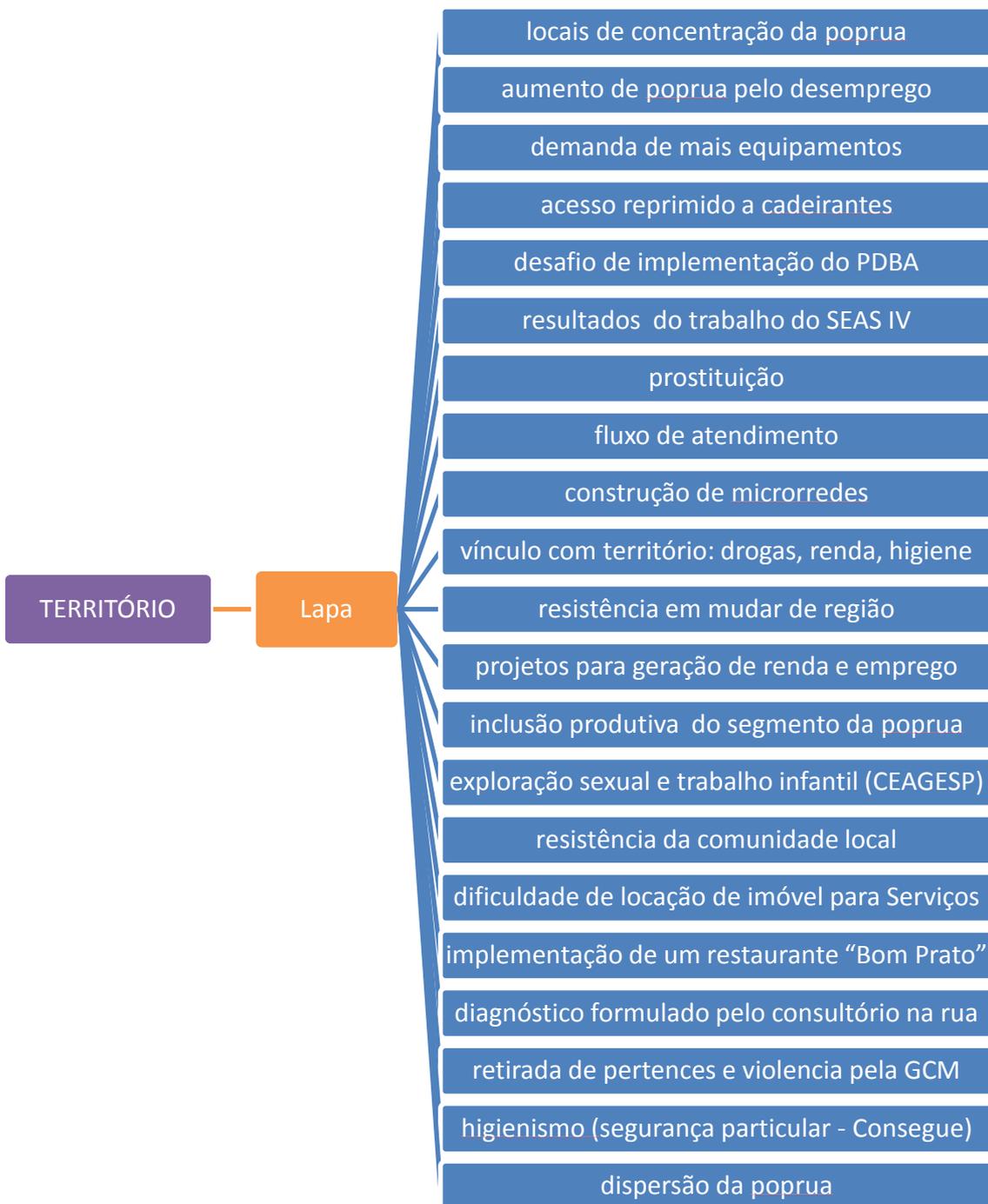
Além disso, refere-se que a região continha galpões em desuso que estão sendo substituídos por imóveis de alto padrão, os quais contam atualmente com a regulação por segurança privada, de tal modo que a população está sendo **dispersa** pela **higienização** tanto por parte da GCM quanto da **segurança privada**, que, por sua vez, é contratada pelo **Conseg** em parceria com os condomínios locais. Referem ainda à dificuldade na forma de abordagem pela GCM quando o Centro de Acolhida local a convoca, utilizando-se de violência (agressões), de tal modo que o equipamento de acolhida passou a disponibilizar um profissional para mediar a intervenção.

Identificou-se uma série de **demandas relativas à abertura de equipamentos** na região, como: (i) a necessidade de abrir um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Álcool e Drogas, (ii) uma unidade de atenção à saúde (centro-dia), (iii) ao menos um centro de acolhida feminino, (iv) falta de Serviços híbridos entre Assistência Social, Saúde e Habitação, (vi) falta de hotel social na região, impactando na **implementação do Programa de Braços Abertos** no local, uma vez que a renda informal na região é maior do que a ofertada pelo programa. Profissionais discutem ainda sobre a **importância da implementação de um “Restaurante Bom Prato” na região**.

Sobre o trabalho recém-iniciado do **SEAS IV** na região, este consiste em um Serviço voltado ao atendimento ao usuário de drogas, contando com doze dias de funcionamento (desde a abertura até o dia da reunião em que foi realizada uma roda de conversa com profissionais e sociedade civil local), 79 pessoas cadastradas e uma equipe de profissionais composta basicamente por jovens que se utilizam de recursos como artes, poesia e plantação. Novamente, uma das dificuldades apontadas na região para o funcionamento do SEAS IV é a **falta de retaguarda de Serviços** para todas as faixas etárias da rua.

Identificou-se que alguns serviços socioassistenciais não recebiam a demanda da população em situação de rua, e que a partir da **construção de micro redes de profissionais** da área da Saúde, Assistência Social e Educação, o fluxo de atendimento qualificou-se. Alertou-se sobre o **acesso a equipamentos ainda reprimido aos cadeirantes**.

Vale destacar a existência de um **diagnóstico realizado pelo Consultório na Rua** local sobre população em situação de rua, que pode ser uma ferramenta importante para a o Comitê Pop Rua na construção das políticas públicas para essa população na região.



**Figura 18. Perfil da Subprefeitura Lapa/Vila Leopoldina**

### *Subprefeitura de Pinheiros*

A região abrangida pela subprefeitura de Pinheiros é caracterizada pelos gestores, trabalhadores e técnicos como um território rico em circulação de moeda; com poucos serviços de acolhida; marcado mais pela passagem do que pela permanência da população em situação de rua, de modo que esta se encontra dispersa na região (o que dificulta o acesso do trabalho dos agentes de saúde, sobretudo do consultório na rua). O bairro dos Jardins apresenta a maior concentração de população em situação de rua. Os transtornos psíquicos, o envolvimento com o álcool e as drogas e o rompimento familiar foram elementos destacados quando a pesquisa esteve nesse território falando com as equipes e esteve nos equipamentos. Foram apontados como problemas: a deficiência de vagas na rede de acolhimento, especialmente de vagas fixas; o problema do alto custo dos imóveis na região, na tentativa de reabertura de um equipamento de acolhida, a ausência de serviço de acolhida feminino na região, tendo como decorrência a permanência da população feminina nas ruas, que é caracterizada por uma trajetória de longo prazo na rua. Além disso, diante da baixa oferta das alternativas de espaços assistenciais em substituição à convivência vulnerável nas ruas, fica inviável o atendimento às necessidades específicas do morador de rua. Um exemplo: quando é realizada a alta de casos de internação, constata-se a falta de mais serviços na região para que fortaleçam a possibilidade de continuidade ao tratamento, dentre eles residências assistidas e repúblicas que, segundo profissionais, contam com poucas vagas, além de mais equipamentos de acolhida.

Os viadutos são identificados como as principais cenas de uso de drogas na região. A necessidade de higiene e desgaste de estar na rua são identificados como alguns dos fatores que levam a população de rua a procurar por vaga em equipamentos de acolhida. De outro lado, existe uma parcela da população de rua local que se nega a acessar os equipamentos de acolhida e que o faz por diferentes razões, incluindo-se: suposta perda da “liberdade individual” encontrada nas ruas, em detrimento das regras de convívio do serviço; também por estigma do trabalho dos CAPSs (Centro de Atenção Psicossocial) e consequente medo de institucionalização; estabelecimento de forte vínculo com o território e/ou com o serviço assistencial regional, o que inviabiliza a transferência de casos para acolhida ou tratamento de saúde em outras regiões.

São presentes também em Pinheiros algumas expressões da contradição das ações da prefeitura, que ora acolhe a população de rua, ora a exclui (citando as ações do rapa), gerando tanto a descontinuidade ao andamento do atendimento quanto a frustração do

profissional que atua junto à população em situação de rua (além da própria frustração vivida na experiência de lidar com a vulnerabilidade da situação de rua).

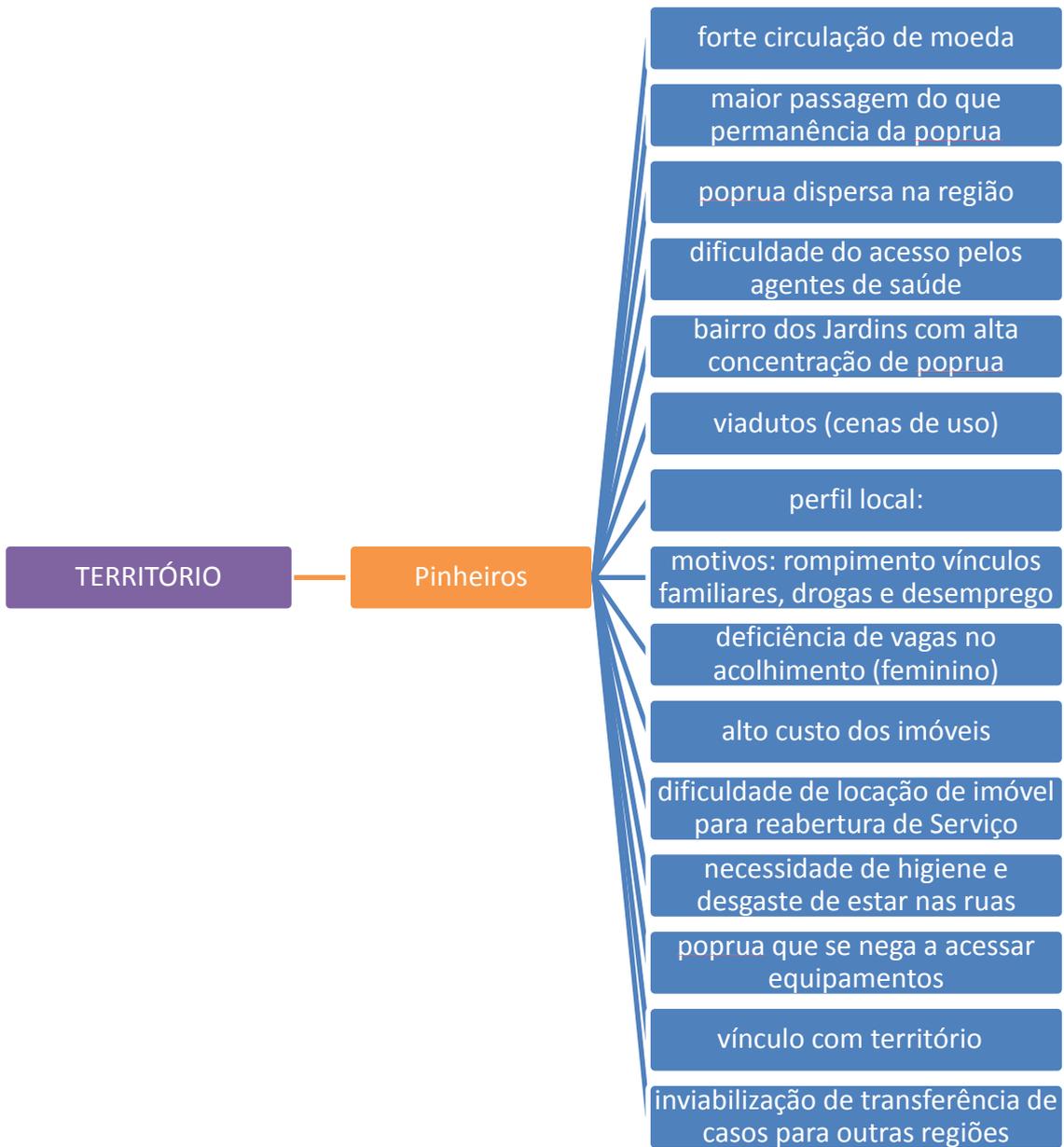


Figura 19. Perfil da Subprefeitura Pinheiros

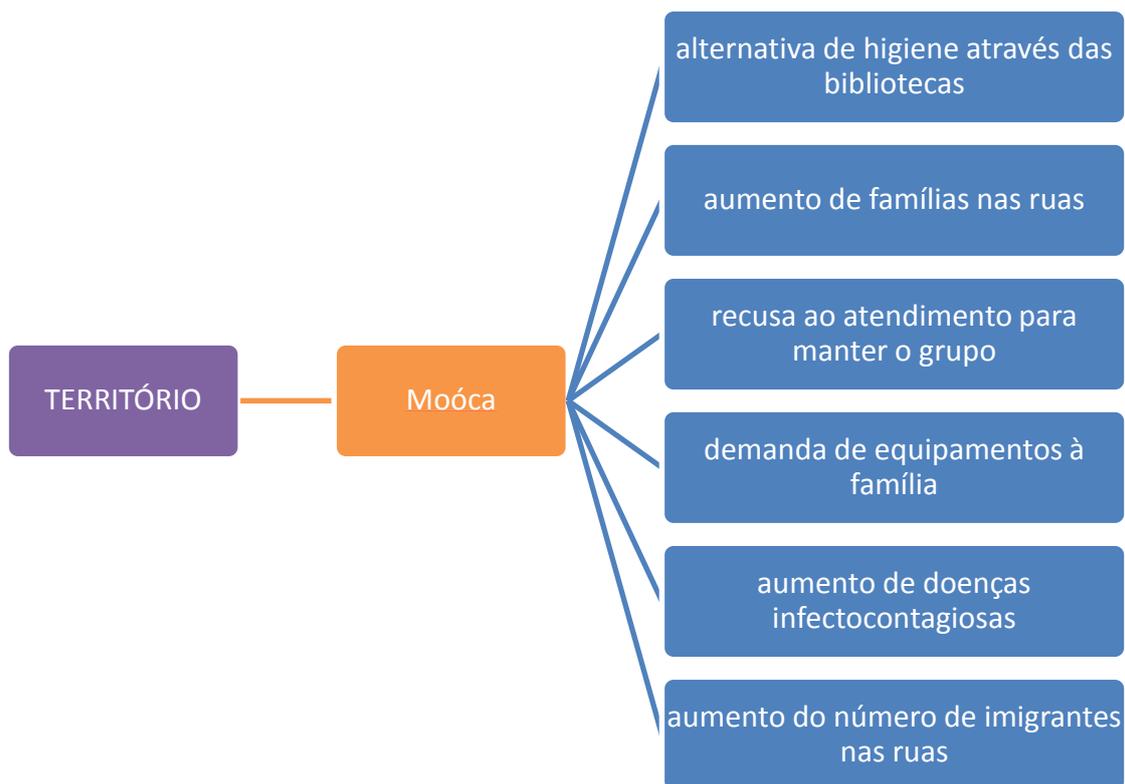
No contato com os profissionais dessa região foi levantado o perfil amplo e heterogêneo da população que vive nas ruas, dentre elas: idosos, deficientes, usuários de drogas, moradores da região do Cimento, pessoas advindas de ocupações, imigrantes, famílias na rua.

Na região há alternativas para sua higiene nas bibliotecas locais, as quais se tornaram lugares primordiais de uso pela população em situação de rua, tanto para tomar banho, lavar as roupas quanto fazer suas necessidades. Foi levantada a questão de que, como resultado da intensificação desse uso, uma das bibliotecas da região precisa higienizar os banheiros diversas vezes ao dia e tem apresentado um gasto três vezes maior do que a média dos demais espaços.

Outro dado levantado pela pesquisa a partir de conversa com os técnicos é o de que há um aumento considerável de grupos familiares em situação de rua. Inclusive, segundo os relatos, muitas vezes é possível encontrar até três gerações de uma mesma família que vive em situação de rua, e que essas famílias recusam com frequência o atendimento nos equipamentos, uma vez que teriam de ser separadas. Mulheres, crianças e homens seriam atendidos em equipamentos diferentes em distintos pontos da cidade. Foi levantado na discussão que é preciso que as políticas públicas se voltem para o atendimento que proporcione o acolhimento de famílias.

Identifica-se na região o aumento de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose, e o desafio de manter um usuário com essa doença acolhido no equipamento, diante da convivência e do risco de contágio. Profissionais dos equipamentos expressam que realmente não sabem o que fazer diante disso.

Destacaram-se ainda o aumento do número de imigrantes vivendo nas ruas da região, dentre eles bolivianos, haitianos e africanos.



**Figura 20. Perfil da Subprefeitura Mooca**

### ***Subprefeitura Santana/Tucuruvi***

Os técnicos e gestores referiram que o perfil populacional de pessoas que vivem nas ruas da região é composto por uma maioria de homens, pessoas com algum transtorno mental e de um grande número de usuários de álcool e outras drogas. Dentro desse universo, destaca-se o aumento do número de mulheres nas ruas, sobretudo jovens, considerando-se alguns motivos para a vida nas ruas, dentre eles: violência doméstica, drogas e a saída do sistema penitenciário. A falta de equipamentos de acolhida para mulheres na região é identificada pelos profissionais como um desafio, uma vez que sem esse serviço eles têm que encaminhar os casos para serviços de outras regiões.

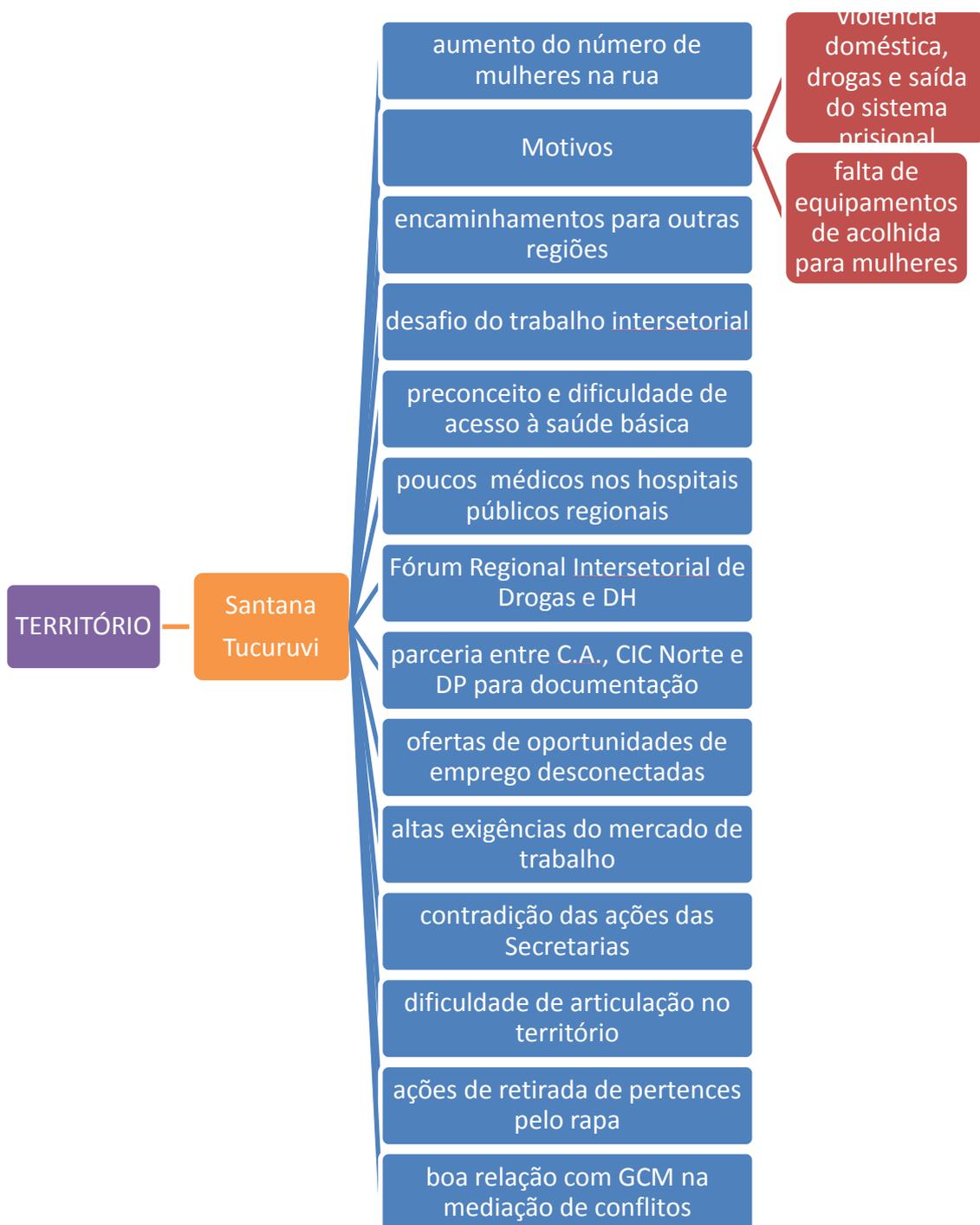
O desafio do trabalho intersetorial também foi levantado como importante de ser enfrentado. Principalmente entre centro de acolhida e atenção da saúde. Impera o preconceito e conseqüente dificuldade de acesso da população de rua na rede básica de atenção à saúde. Outro fator citado que dificulta o trabalho conjunto é o baixo ou nulo número de médicos na rede hospitalar pública regional.

O Fórum Regional Intersetorial de Drogas e Direitos Humanos da região Norte aparece como uma estratégia de interlocução entre equipamentos de diferentes

secretarias. Quanto aos usuários que apresentam algum transtorno mental, um dos equipamentos assistenciais locais utiliza-se de parceria com CIC Norte (Centro Integrado de Cidadania) e com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, principalmente para resolução de casos de indivíduos que, além do transtorno, não dispõem de documentação pessoal e apresentam pouca organização psíquica para relato de sua história de vida.

Em relação às oportunidades de emprego, aponta-se que o trabalho que é oferecido à população de rua, muitas vezes, é desconectado de um projeto pessoal e do próprio potencial de cada sujeito, sendo mais comum o encaminhamento genérico para jardinagem, varreção de ruas, etc. Ainda sobre isso, argumenta-se que a dificuldade não é a de encontrar oportunidades para a população, mas sim as altas exigências do mercado de trabalho, inviabilizando seu ingresso.

Apointa-se novamente para a dificuldade existente na contradição das ações da prefeitura, de modo que vai às ruas para cuidar, fornecer documentos, também retira os barracos e expulsa as pessoas de onde estão. Por vezes essas duas ações antagônicas acontecem ao mesmo tempo, o que dificulta a articulação no território, citando as ações truculentas do rapa: “tiram tudo da população de rua” (*sic*- trabalhador). De outro lado, quando um dos equipamentos locais precisa de intervenção externa, ele costuma ter boa relação com a GCM na mediação de conflitos.



**Figura 21. Perfil da Subprefeitura Santana/Tucuruvi**

### *Subprefeitura de Santo Amaro*

A região de Santo Amaro apresenta um perfil populacional de pessoas que vivem nas ruas composto de imigrantes (angolanas e ganenses), mulheres, LGBT e uma prevalência de homens entre 40 e 60 anos com longa trajetória de rua, incluindo cadeirantes, pessoas com transtorno mental crônico, usuários de álcool e outras drogas; e um grupo menor de jovens migrantes entre 18 e 21 anos (rompimento familiar).

De modo geral, os técnicos e trabalhadores disseram que Santo Amaro concentra uma parcela significativa das pessoas que vivem nas ruas da região Sul, as quais preferem ficar nas ruas a serem encaminhadas para repúblicas da região central.

Referiram que o atendimento da saúde é limitado ao trabalho feito pelo consultório na rua, ainda que com intervalos de até três meses de atendimento no local; destacam o adoecimento por tuberculose, de forma que os casos não tratados precisam ser retirados do convívio do equipamento para não contaminação dos demais usuários dos equipamentos de acolhida. Há dificuldades para o encaminhamento a outros equipamentos porta de saída, como o projeto autonomia em foco pela distância territorial. O acesso ao tratamento em Centros de Atenção Psicossocial é realizado com preferência ao equipamento da região da Capela do Socorro em detrimento do que fica localizado na própria região de Santo Amaro devido à baixa qualificação do atendimento prestado.

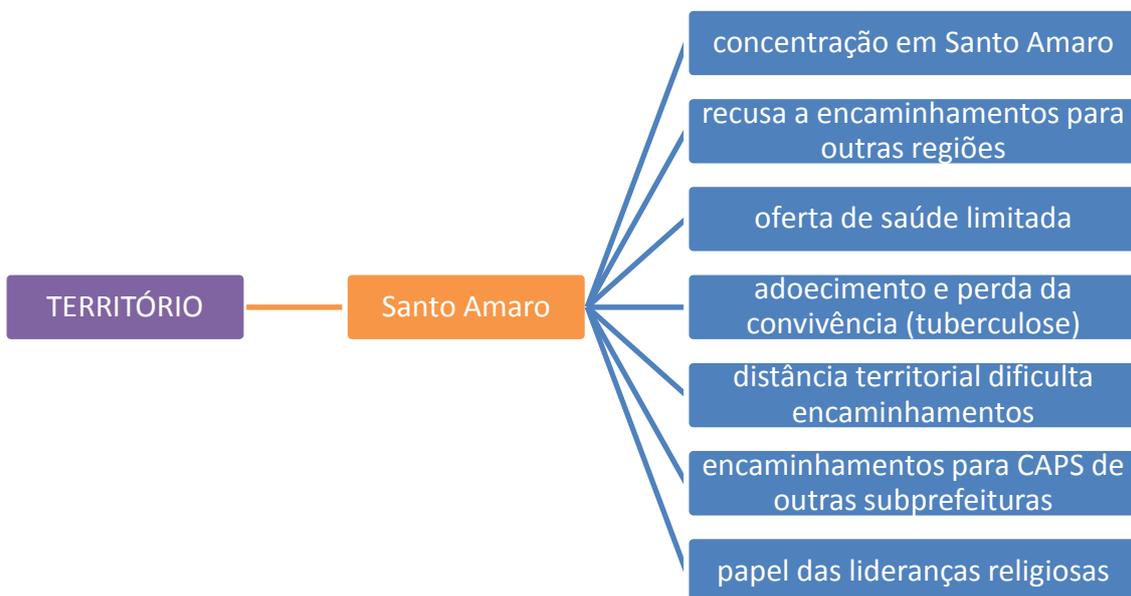
Sobre os imigrantes, apontaram para a vinda de mulheres africanas (Angola e Gana) que vêm acompanhadas de seus filhos na expectativa de se estabelecerem no país. Essas mulheres frequentam os equipamentos de acolhida para mulheres e também os CCM (Centros de Cidadania da Mulher). Trabalham na confecção de roupas como mão de obra explorada e/ou como mulas (traficantes de drogas). Em geral, têm ensino superior. Os maridos permanecem na África, porém as mulheres têm a expectativa de que eles venham igualmente ao Brasil. Em comparação aos homens nessa condição, comenta-se que as mulheres são menos visíveis, enquanto os homens geralmente são encontrados nos comércios informais.

Dizem que a maioria das mulheres brasileiras encontra-se em equipamento de acolhida e uma parte nas ruas, pela drogadição, sem um projeto pessoal de futuro claro.

Discute-se que as travestis se concentram, na sua grande maioria, em uma praça próxima da ponte do Socorro, à margem dos equipamentos de acolhida, por um lado decorrente das restrições em seguir regras de convivência, de outro pelas violências vividas nos equipamentos.

Sobre os homens da região, apresenta-se que alguns chegam às ruas por uso de drogas e que vêm de outras cidades. Existe uma maioria que está entre 40 e 60 anos de idade, com longa trajetória de rua, inclusive cadeirantes. Existe uma parcela menor composta de jovens entre 18 e 21 anos, também migrantes que vêm em busca de emprego ou por rompimento familiar. Os jovens têm a característica de não permanecer muito tempo no centro de acolhida por conseguirem emprego com mais facilidade. Os usuários que frequentam um dos equipamentos da região são identificados como os de maior grau de vulnerabilidade, por transtorno mental cronicado e por uso de álcool e outras drogas. Diante disso, apontou-se a importância da ampliação de políticas assistenciais às drogas.

Reconhece-se o importante papel das lideranças religiosas em Santo Amaro que oferecem apoio às pessoas que vivem nas ruas, sobretudo as que estão em situação de drogadição, através da religião.



**Figura 22. Perfil da Subprefeitura Santo Amaro**

#### *4.1.3 Assistência Social*

O tema da Assistência Social na sua forma de organização e execução como política social para o acesso das pessoas em situação de rua foi amplamente abordado pela pesquisa, reunindo diversas informações a partir do discurso dos profissionais atuantes, tanto através de entrevistas realizadas nos equipamentos assistenciais quanto pelas rodas de conversa nos territórios prioritários, além de algumas considerações retiradas da audiência pública onde os pesquisadores sociais entrevistaram alguns participantes (realizada na Defensoria Pública do Estado de São Paulo em 5 de agosto de 2015).

Uma primeira categoria que surgiu na fala dos profissionais dos equipamentos de assistência diz respeito aos desafios do trabalho assistencial.

A dificuldade com a questão do cumprimento de regras de convivência para o bom funcionamento do equipamento é o desafio de manter uma rotina de atenção aos usuários devido ao atendimento às urgências dos sujeitos, que algumas vezes precisam ser acolhidas, outras vezes é necessário colocar limites, exigindo do profissional um rápido diagnóstico sobre o que se trata.

Quanto às regras do tempo de permanência: ao mesmo tempo em que muitos profissionais apontam para a importância da existência da regra de tempo de permanência nos equipamentos, em torno de seis meses, período no qual deve haver a construção de um projeto pessoal do sujeito, apontam para que essa regra é constantemente inválida, ou que está atrelada ao vínculo do usuário com o técnico que atende esse usuário. Questionam por um lado a prática burocrática e arbitrária que não leva em consideração o projeto singular do sujeito, por outro questionam a dependência institucional do usuário ao equipamento. Outra regra é relativa às assembleias com participação dos usuários que são utilizadas para revisão e construção de novas formas de estabelecer a convivência no equipamento. Quando esse espaço de assembleia é bem aproveitado pelos profissionais, sensibilizando e compartilhando com os usuários sobre a sua importância de participação, muitos acordos importantes são estabelecidos entre todos, a exemplo de algumas soluções que serão apresentadas mais adiante.

É referido que em algumas ocasiões essas normas e práticas institucionais podem despertar o abuso de poder por parte de seus agentes, seja no momento de selecionar quem poderá ou não ocupar uma vaga de acolhida, seja no modo autoritário como lidam com os usuários do serviço, na vinculação de obediência às regras de forma passiva ao tempo de permanência, seja no desvio das doações.

Relataram também a emergência de conflitos internos entre os usuários, que podem tanto agir com desrespeito entre si, despertar de rivalidades entre “novatos e veteranos de casa”, quanto com agressões verbais e físicas uns aos outros, incluindo-se, por vezes, os próprios profissionais nos ataques, os quais podem ser agredidos fisicamente ou até mesmo ser tomados como reféns e/ou ter que sair escoltados ao final de um expediente para evitar confrontos. Alguns desses conflitos são identificados como sendo motivados pelo descontrole causado pelo abuso de drogas, outros pelo próprio contato com a diferença. Desse modo, a preocupação com a segurança nos equipamentos foi um tema amplamente levantado pelos profissionais como um dos maiores desafios no cotidiano institucional. Seguindo esse tema, os roubos que ocorrem nos equipamentos também foram referidos, seja o roubo dos pertences entre os usuários, seja de objetos dos equipamentos. Foi relatado roubo de metais de chuveiros e torneiras. Essas situações limite geram desligamentos. Contudo, aponta-se também para o problema dos desligamentos arbitrários e das transferências entre equipamentos sem antes estabelecer um diálogo com o usuário, o que requer uma regulação, conforme discutiremos a seguir.

Entre os profissionais a terceirização dos serviços gera questões em relação à qualidade deles devido à monetarização da atenção por entidades e ONGs que assumiram essa relação com a prefeitura. Somado a isso, destacaram a questão da pouca contrapartida do poder público, identificado: pela insuficiência do projeto de educação permanente na oferta de um plano de formação continuada ao profissional; infraestrutura precária de alguns equipamentos; quadro de recursos humanos deficitário, especialmente em épocas da operação a baixas temperaturas, em que o número de profissionais não acompanha o aumento da demanda de usuários nos centros de acolhida, de modo a gerar impactos para a qualidade do atendimento prestado; alimentação precária; defasagem do salário repassado à Assistência Social em comparação à política de Saúde; rotatividade de profissionais, gerando uma descontinuidade do trabalho desenvolvido; além disso, reflete-se acerca do desgaste gerado pelo contato constante com a vulnerabilidade sem apoio institucional, dada a ausência de recursos para contratação de supervisão técnica; falta de veículo para o trabalho assistencial pelos Serviços de Abordagem às Ruas que precisam percorrer territórios amplos; atendimento defasado da CAPE (Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência); falta de centros de acolhida feminino e outros específicos para famílias; e finalmente a falta de equipamentos específicos para infância e adolescência em situação de rua.

Ainda em relação aos desafios encontrados para o trabalho assistencial, os profissionais apontaram que: 1. as pessoas que vêm de uma trajetória de vivência em instituições (muitas vezes, desde a infância) com perfil de institucionalização demandam também identificar o histórico institucional do usuário, contemplando os diferentes lugares e equipamentos pelo qual já circulou, para além do cuidado no momento específico do acesso ao equipamento de referência atual, isto é, enfatiza-se o investimento de pesquisa da rede de serviços, na tarefa de um registro de informações que ofereça uma visão global do histórico de instituições ao qual o sujeito teve acesso; 2. aumento da drogadição (e uso no interior dos equipamentos), recaídas ao uso, as quais muitas vezes geram uma forte quebra e descontinuidade do trabalho assistencial que vinha sendo realizado; 3. atuação da Assistência Social em demandas específicas da Saúde, referindo-se, sobretudo, às situações de transtorno mental onde há necessidade de ministrar medicação e lidar com surtos; 4. preconceito e violências entre usuários contra o público LGBTT, especialmente o segmento da chamada diversidade; deficientes físicos, visuais e mentais que, além de enfrentarem a falta de vagas de acolhida, quando acessam esse serviço não recebem toda a oferta de que necessitam 5. a entrada cada vez maior de egressos do sistema penitenciário que exercem poder nos equipamentos, utilizando-se de comportamentos de opressão, reproduzindo a violência e o modelo de relação do crime organizado.

Alguns desafios referem-se também: ao conflito de gerações entre usuários jovens e idosos, de modo que muitos idosos optam por permanecer nas ruas a se confrontarem; fechamento dos centros de convivência (tendas), repercutindo na queda da oferta de higiene da Pop Rua, a qual passa a se utilizar das bibliotecas e serviços de Saúde para tal finalidade; estigma social assumido pela própria população em situação de rua, que passa a introjetar a resposta de fracasso utilizada pela sociedade, decorrendo por vezes na segregação com os próprios técnicos e demais relações; problema da não autorização dos instrumentos de trabalho da Pop Rua nos equipamentos de acolhida, que em muitos casos são as próprias carroças utilizadas para a coleta de materiais recicláveis. Outro desafio refere-se ao dilema dos usuários de não terem onde deixar os filhos (os equipamentos de acolhida não estão habilitados para tanto) quando obtêm emprego, aliado às filas de espera com longo tempo de espera para acesso à creche, o que gera o abandono das oportunidades de geração de renda; excesso de televisão nos centros de convivência (tendas); a demora para a formulação do plano municipal para Pop Rua. Finalmente,

aponta-se para o excessivo número de equipamentos chamados de “porta de entrada” e poucos que ofereçam portas de saída da situação de rua.

A categoria Assistência Social comporta ainda outras quatro subcategorias de discurso que se somam às descritas anteriormente: (a) as diretrizes da prática profissional, (b) aquilo que se promove com o trabalho assistencial, (c) as soluções criadas e (d) as sugestões à política de Assistência Social. Com relação às diretrizes da prática profissional os entrevistados referem-se à: importância do respeito no manejo com a Pop Rua; à organização do atendimento nos equipamentos a partir do enfoque de dispositivos coletivos de trabalho; ter o ser humano como centralidade na concepção do trabalho; necessidade de estímulo à autonomia do sujeito, preocupação esta que dialoga com o desafio anteriormente descrito a respeito da regulação necessária ao tempo de permanência do usuário na acolhida ao equipamento, como modo de, gradualmente, orientar a passagem a outro tempo para a construção pelo sujeito de seu projeto pessoal de vida; de modo a evitar a imposição de um ritmo alheio à condição de resposta ou mesmo do próprio projeto de cada um, devendo diferenciar cada caso; importância do vínculo, como modo de estabelecer uma relação de confiança, o que é muitas vezes cara aos usuários diante de uma trajetória de vida marcada pela fragilização e/ou rompimento das relações pessoais e sociais; desenvolver e compartilhar a responsabilidade pelas mudanças desejadas do sujeito, de modo então a obter uma “alta” ou saída qualificada do equipamento assistencial, de forma assistida e não assistencialista.

A categoria Promove-se, presente no discurso dos profissionais, destaca-se por: auxílio no contato com a família; auxílio com a documentação do usuário; colocação no mercado de trabalho; realização de oficinas pedagógicas e culturais/artísticas; encaminhamento aos benefícios sociais de transferência de renda (Renda Cidadã, Bolsa-Família, BPC – Benefício de Prestação Continuada); trabalhos grupais e convivência, oferecendo a possibilidade de pertencimento e compartilhamento de experiências entre os usuários; articulação com outras secretarias, sobretudo: saúde (UBS, CAPS, Consultório na Rua, Cratod, hospitais); programas de inserção ao emprego (POT – Programa Operação Trabalho e outros); desenvolvimento de forte vínculo dos usuários com profissionais e com o equipamento, de forma que, mesmo após a saída do equipamento, muitos usuários costumam retornar ao equipamento para visitas aos profissionais e compartilhar de seus momentos.

Algumas soluções criadas pelas equipes dizem respeito à: divisão dos quartos por identidade corporal, isto é, pela orientação sexual de cada usuário; criação de banheiro da

diversidade para evitar conflitos e minimizar o preconceito existente na convivência da instituição; sistema interno de câmeras de monitoramento, que reduziu a ocorrência de furtos internos; a contratação de usuários que então se tornaram funcionários do equipamento, desde a função de apoio operacional (limpeza), orientador socioeducativo, até o cargo de gerência do equipamento; prática de reciclagem profissional periódica, como modo de qualificar e também avaliar o andamento profissional da equipe técnica, o qual pode ocorrer por via de entrevistas ou mesmo capacitações/*workshops* internos; e, por fim, a mediação/diálogo para busca de soluções entre as partes em conflito geradas na convivência do equipamento assistencial.

A pesquisa também reuniu algumas sugestões à política de Assistência Social, tais como: desnecessária especialização de equipamentos para a diversidade, destacando-se a experiência da acolhida pelo Portal do Futuro, onde recebe o público tanto masculino quanto feminino, dentre eles a diversidade, de modo respeitoso pela equipe técnica, o que é também promovido pedagogicamente aos usuários que chegam para acolhida; critério para doações e *kit* higiene aos usuários, de forma que a entrega se limite, por exemplo, àqueles que não estão trabalhando ou que contam com alguma renda, evitando a institucionalização e a “luta pelo direito do miserável” (*sic*); supervisão à equipe técnica, para além da que é realizada pelo poder público (geralmente pelo Creas – Centro de Referência da Assistência Social); seleção estratégica de profissionais, buscando um perfil profissional, que, por exemplo, conte com experiência ou vocação para o trabalho com situações de vulnerabilidade; educação permanente para capacitação profissional, elencando alguns possíveis temas: preconceito com público LGBTTT ou no contato com a diferença, saúde mental, mediação de conflitos; humanização do atendimento; intensificar visitas de agentes de saúde aos equipamentos da assistência; equipamentos menores, visando à qualidade e eficácia do trabalho assistencial no sujeito; requerimento pela Defensoria Pública ao Comas do material das audiências públicas realizadas; articulação entre Ministério Público e Defensoria Pública; fortalecimento e intensificação do papel da Defensoria Pública na escuta de denúncias da situação de rua.

Algumas outras sugestões são levantadas pela pesquisa como alternativas para o enfrentamento dos diferentes desafios envolvidos na prestação de serviço a essa população. Determinadas propostas apontam para a necessidade de maior respaldo com a política pública para regular a quantidade de usuários por equipamento com a devida ampliação do quadro de recursos humanos, valorizando-se ainda a especificidade dos psicólogos nos equipamentos socioassistenciais na atenção reiterando, portanto, o artigo

8º da Política Nacional para a População em Situação de Rua de 2013: “O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos”; e, finalmente, apontando-se para o fortalecimento do monitoramento dos equipamentos de prestação de serviços pelo poder público.



**Figura 23. Categorias do trabalho assistencial surgidas na fala dos profissionais**

#### *4.1.4 Transição*

Um tema de muita relevância ao poder público que foi identificado pela pesquisa é o da etapa de transição das pessoas em situação de rua, tanto daqueles que vivem nas ruas quanto daqueles que se encontram assistidos diretamente pelos serviços e programas assistenciais em direção à vida autônoma, passo em que cada vez menos o sujeito está dependente da atenção externa para o desenvolvimento de seus direitos e desejos. É necessário entender e reafirmar que existem sujeitos sendo assistidos; assim, como presente no depoimento de alguns profissionais entrevistados, esses sujeitos precisam ser corresponsáveis e livres no processo de construção de seu projeto pessoal de vida e na sua transição para a vida autônoma.

Nesse campo, encontramos a categoria fatores que desafiam a sustentação dessa etapa de transição pelos usuários, como: a busca automática pelos usuários por aluguéis na região central da cidade, onde os custos de aluguel são muitas vezes altíssimos, de modo a haver o risco de retroceder aos serviços assistenciais, sugerindo-se a procura por locais um pouco mais afastados ou periféricos; quando os sujeitos vêm de uma trajetória de acolhida e vão morar sozinhos ou na família de origem, sem antes ter havido um planejamento ou mesmo experimentação desse passo, articulado com o serviço de referência; insegurança do usuário no processo de reinserção social (cidadania), a qual demanda atenção de uma rede de serviços para consolidação, como veremos adiante.

Outros fatores que desafiam a sustentação à etapa de transição dos usuários referem-se à: discriminação enfrentada no mercado de trabalho, como pela exigência do comprovante de residência, e, sobretudo, quando se trata de egressos do sistema penitenciário (que inclusive saem desse sistema de modo muito precário e desassistido, muitas vezes utilizando o uniforme de detento quando chegam à condição de vida nas ruas), onde os antecedentes criminais transformam-se em novas grades obstruindo o laço com a sociedade; contratação informal e não regulamentada (os chamados “bicos”) por diversas empresas, sendo por vezes terceirizadas pelo poder público – como levantado pela pesquisa em fases anteriores (mão de obra utilizada na construção de palcos em eventos culturais, e especialmente pelo Ceagesp); e finalmente ocorre a perda da qualidade de acesso às políticas sociais a partir do momento em que se deixa de ser “população em situação de rua” para ser um cidadão que enfrentará uma espera ainda maior na agilidade da atenção do Estado aos direitos da população civil.

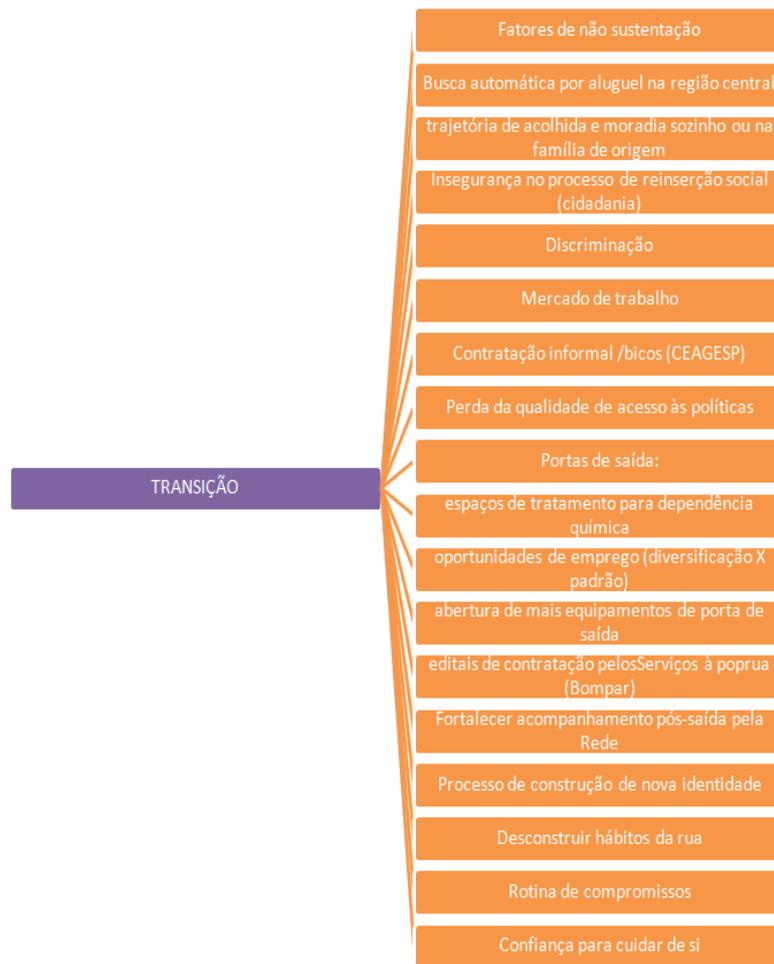
Outra categoria refere-se às portas de saída que são vislumbradas pelos entrevistados, através de: aumento da oferta de espaços de tratamento para dependência química; oferta de oportunidades de emprego, atentando-se para a diversificação dessas em contraposição a um padrão de oferta de trabalhos de baixa qualificação e remuneração (como varreção de ruas, jardinagem, etc), podendo estar cada vez mais em diálogo com as experiências, com o histórico e com o saber dos sujeitos assistidos; abertura de mais serviços caracterizados como porta de saída (repúblicas, hotéis sociais, autonomia em foco); editais de contratação pelas ONGs prestadoras de serviço à prefeitura para população em situação de rua, a exemplo da Bompar, onde muitos têm a oportunidade de se formar e se tornar funcionários agentes de saúde e de tantas outras instituições, como os Centros de Acolhida: Zaki Narchi (Vila Maria), Esperança (Pinheiros) e Morada do Sol (Vila Mariana).

A pesquisa também levantou algumas informações referentes aos fatores de sustentação à etapa de transição, como por: fortalecimento do acompanhamento, monitoramento e comunicação entre as redes de proteção de baixa, média e alta complexidade, visto que o momento de alta ou saída (e mesmo do abandono) dos usuários aos equipamentos requer um trabalho assistencial de muita atenção dentre os serviços específicos perante o delicado processo de transição que muitas vezes pode gerar o retorno do usuário ao equipamento quando não assistido.

Aqui vale destacar a experiência de um serviço de acolhida que acompanhava (durante a fase de entrevista realizada por esta pesquisa) um casal homossexual que sentiu profunda insegurança na vivência fora do equipamento assistencial, visto que ainda se sentiam mais bem protegidos na instituição, de forma que uma das *soluções construídas entre equipe técnica e o casal de usuários* foi um esquema de alternância entre a permanência na acolhida durante a semana e a moradia própria (construída pelo casal) aos finais de semana.

Além disso, requer-se um processo de construção de uma nova identidade, o qual venha acompanhado de: desconstrução dos hábitos da rua, criação de uma rotina de compromissos e do desenvolvimento da confiança para cuidar de si. A respeito desse processo de construção de uma nova identidade, exemplificaremos duas situações, sendo uma delas a cena de uma senhora que morava nas ruas e que atualmente ainda cozinha em uma fogueira sobre o chão, de frente para o fogão na sua nova casa. A outra situação é contada por um agente de saúde, ex-população em situação de rua.

*Voltar à rotina é muito difícil. Ter o tempo marcado pelo tempo do relógio a gente não tá mais acostumado. Viver na rua não dá pra marcar no tempo. Viver na rua é uma adrenalina constante! (Roda de conversa Sé, 26 de novembro de 2015).*



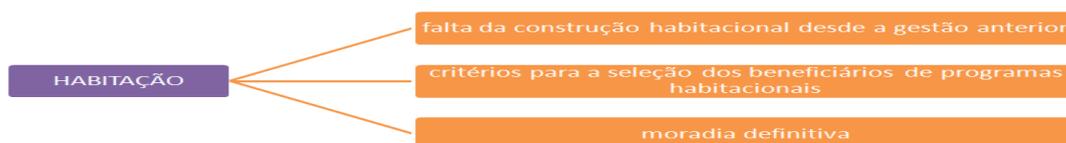
**Figura 24. Categorias emergentes para o conceito Transição**

#### 4.1.5 Habitação

Quanto à habitação, os profissionais discutem em geral sobre a falta da construção habitacional desde a gestão municipal anterior, de forma que pouco se avançou na efetivação dessa política pública. Apontam para a existência de critérios e procedimentos para a seleção dos beneficiários dos programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida, ou para o auxílio-aluguel e locação social, de modo que existem alguns usuários que já foram cadastrados e aguardam chamamento, e outros que ainda não estão organizados pessoalmente para o ingresso nesses direitos. Como exemplo do enorme desafio colocado para a consolidação da política de habitação na cidade que atenda à população em situação de rua, um profissional refere que conhece somente um usuário que foi contemplado e adquiriu a moradia definitiva.

Pode-se perceber quanto a discussão sobre habitação foi fraca entre o segmento dos trabalhadores durante a pesquisa. O que é um fato bastante curioso, uma vez que justamente é uma questão central para a população de rua. Podemos levantar como hipótese que o fluxo de encaminhamentos internos à própria rede assistencial, com todas

as dificuldades relatadas, impede os profissionais de vislumbrar uma saída de seus usuários do sistema onde ficam cronificados. Aliada a isso, uma política pública dirigida às questões da habitação exige um esforço governamental enorme visto o custo para sua implementação e a falta de recursos físicos e financeiros para alocação das pessoas em regiões centrais da cidade.



**Figura 25. Categorias emergentes para o conceito Habitação**

#### *4.1.6 Trabalho e Emprego*

Sobre esses temas, os trabalhadores, gestores e técnicos dos serviços dirigidos à população de rua referiram iniciativas de articulação realizadas entre serviços da assistência social e programas de educação para a geração de renda, emprego e inclusão produtiva, com realização de cadastros aos usuários e colocação no mercado de trabalho, como através do POT (Programa Operação Trabalho) e do projeto “Nossa Turma”, que faz o aproveitamento do material dispensado pelo Ceagesp na construção de vassouras e outros produtos, além da organização de feiras comerciais e de oficinas culinárias que se utilizam de alimentos descartados.

Além disso, referiram que algumas pessoas em situação de rua foram contratadas para trabalhar em equipamentos da assistência, desde a função de apoio operacional (limpeza), orientador socioeducativo, até o cargo de gerência do equipamento, identificando uma iniciativa interessante. Contudo, referiram também que algumas possibilidades de trabalho são desconectadas de um projeto pessoal e do próprio potencial de cada sujeito, sendo mais comum o encaminhamento genérico para atividades como jardinagem e varrição de ruas. Argumentaram que a dificuldade não é a de encontrar oportunidades para a população, mas sim as altas exigências do mercado de trabalho, inviabilizando seu ingresso.

Outro problema referido foi com relação a não autorização dos instrumentos de trabalho da Pop Rua nos equipamentos de acolhida, que em muitos casos são as próprias

carroças utilizadas para a coleta de materiais recicláveis. Formas alternativas e informais de trabalho pela população em situação de rua são também existentes, como pela reciclagem, no carregamento de caminhões (a exemplo do Cimento, no bairro Bresser), na construção civil, e até mesmo na prostituição, constituindo-se esta última em uma das formas mais acessíveis de geração de renda, sobretudo as travestis, que assim encontram um modo de sobreviver, subsidiando sua higiene, alimentação e também pernoite em hotéis.



**Figura 26. Categorias emergentes para os conceitos Trabalho e Emprego**

#### *4.1.7 Saúde*

Quanto à saúde, ressaltamos a seguir alguns desafios elencados pelos trabalhadores gestores e técnicos. A maioria deles reclamou do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência). A qualidade do atendimento foi considerada inadequada, principalmente pelo tempo para chegada de viatura para o socorro e posterior locomoção; em alguns casos foi relatada a omissão de socorro, conforme fala de um profissional: “Você liga pro SAMU e quando informa que o local é embaixo do viaduto, eles já sabem que é morador de rua e muitas vezes nem aparecem”.

A falta de capacitação para o trabalho humanizado com a população em situação de rua foi referida; disseram que os profissionais chegam “bravos” para o atendimento.

Por outro lado, referem que alguns pacientes se recusam a ser atendidos. Algumas hipóteses acerca da precariedade desse serviço são levantadas por eles: falta de investimento e capacitação aos profissionais; diante de uma superdemanda, o estabelecimento de prioridades de atendimento de acordo com a complexidade da situação (e conseqüentemente algumas demandas ficam reprimidas).

Conforme já descrito, um dificultador é o aumento de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose, e a complexidade em manter um usuário com essa doença acolhido no equipamento, diante da convivência e do risco de contágio. Nessa medida falaram da necessidade de intensificar a visita dos agentes de saúde aos CA para agendamento de consultas. Os profissionais dos equipamentos expressam o sentimento de impotência perante essa situação.

São feitas denúncias graves que indicam o problema do preconceito e discriminação por parte de alguns profissionais e a decorrente exclusão do direito ao atendimento à população. No que se refere ao atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, foram diversos os relatos sobre situações de descaso com a população em situação de rua, como percebido por médicos que dão alta sem mesmo avaliar a situação, negando-se a atender “essas coisas” – termo utilizado para falar de uma pessoa em situação de rua; além da própria dificuldade no acesso ao atendimento médico: “Se não for o médico da própria equipe, não atendem o usuário com dignidade”, contou uma auxiliar de enfermagem que trabalha na UBS, referência no atendimento para a população em situação de rua. Dentro da unidade, se os profissionais de referência do usuário não estiverem presentes, não há atendimento. Uma das profissionais relata sobre o banho e *kits* de limpeza que são oferecidos à população de rua. “Não era para ter, mas conquistamos esse espaço”. É comentado que muitas vezes, quando os profissionais dos serviços encaminham os moradores de rua para os hospitais, só há atendimento se os moradores estiverem de banho tomado. É muito comum quem dá o banho ser a equipe da UBS.

Foi relatado que um morador de rua morreu dentro do hospital enquanto tomava banho, como exemplo de mais uma situação em que se discute a urgência da demanda de capacitação profissional para o atendimento a essa população (bem como da necessidade de selecionar profissionais que levem em conta um perfil específico para o trabalho com essa demanda), como também já apontamos. Além da questão da discriminação, uma assistente social refere: “Depois do atendimento, o problema é não ter para onde encaminhá-lo”. Surge o problema da falta de equipamentos de “retaguarda” para a

recuperação dos pacientes em situação de rua, sendo poucas as instituições e, portanto, poucas vagas para encaminhar o segmento da população de rua, sobretudo aqueles que convivem com problema de locomoção, os deficientes físicos. Constatou-se ainda que a saída das internações por dependência química é vivenciada com desamparo na possibilidade de continuidade da reinserção do usuário. Tais dificuldades são discutidas como um agravo ao profissional diante da frustração pelo contato com a ineficácia do acesso aos direitos pela população em situação de rua.

Outras questões levantadas dizem respeito à: descontinuidade do trabalho terapêutico diante da dependência e abuso de drogas pelos usuários do serviço, especialmente do crack, como também já relatado; além disso, comentou-se sobre a necessidade de maior agilidade no procedimento de internação tanto para tratamento de drogadição quanto de desintoxicação; CAPS ociosos por falta de qualificação e/ou vocação para o atendimento, restringindo o trabalho ao cumprimento de horas, bem como implementar possibilidades do trabalho dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) com vistas ao atendimento “extramuro”, como chamou um entrevistado, isto é, a necessidade de ampliar o atendimento para fora da instituição, indo de encontro ao usuário. Por fim, aponta-se para a intolerância dos equipamentos da Assistência Social em lidar com situações de transtorno mental.

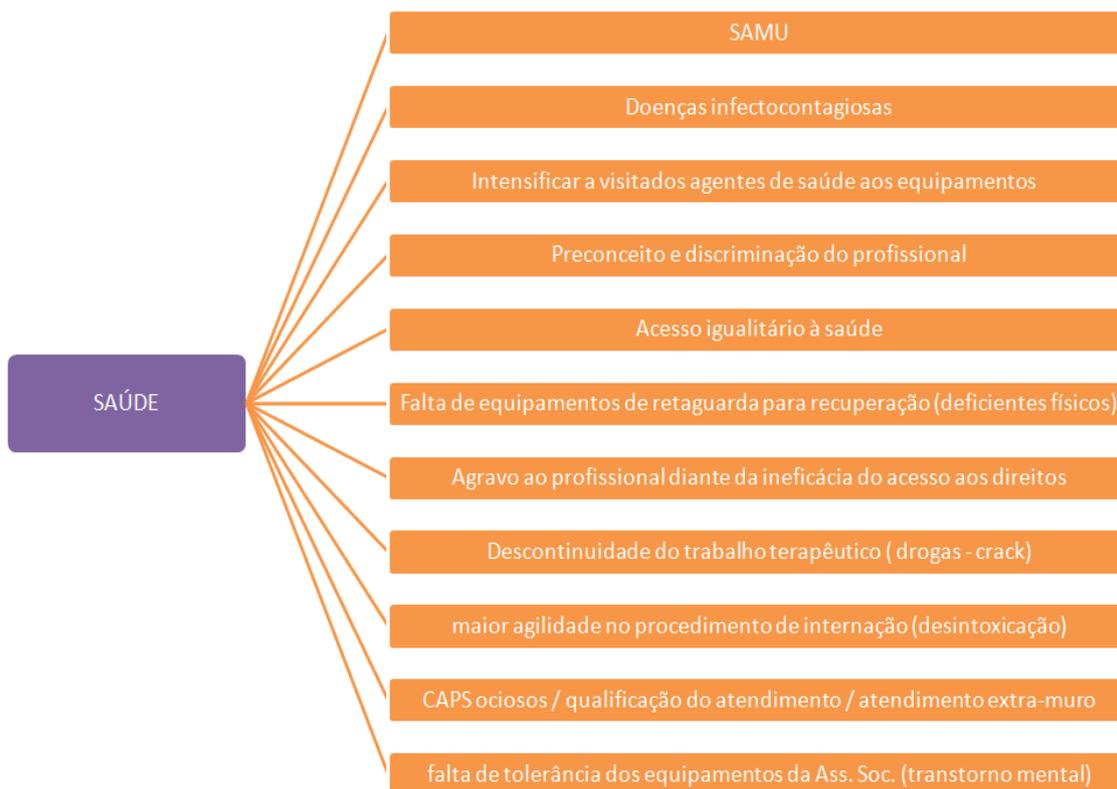


Figura 27. Categorias emergentes para o conceito Saúde

## 4.2. Categorização do discurso da população em situação de rua e sociedade civil retirado das entrevistas dos pesquisadores sociais e equipe SUR nos territórios prioritários

### 4.2.1. Perfil da população em situação de rua

O perfil da população em situação de rua é heterogêneo, dinâmico e territorializado, ou seja, usar a palavra perfil para descrever a população em situação de rua já representa um paradoxo. O conceito de *perfil* pretende descrever em poucas palavras as características gerais de uma pessoa ou população, o que não se aplica à população em situação de rua, que é variada e em constante transformação. Nesse sentido apresentaremos características predominantes encontradas entre os entrevistados. A maior parte das pessoas entrevistadas pela pesquisa foram homens cerca de três vezes o número de mulheres. Muitos desses são migrantes, ou seja, vieram para São Paulo buscando melhores condições de vida: trabalho, saúde ou serviços de assistência. Encontramos também grande número de idosos, população LGBTTT, deficientes físicos e pessoas com transtorno psíquico.

As pessoas em situação de rua entrevistadas atribuem ao preconceito a causa de a população LGBTTT estar na rua, principalmente os **travestis**, que muitas vezes precisam viver em bueiros para se refugiar tanto da violência da sociedade civil quanto da própria Pop Rua. Os egressos do sistema prisional certamente estavam em maior número do que aqueles que abertamente se declararam como tal. Pode-se perceber como conclusão desta pesquisa que a falta de uma política para os egressos faz com que a Assistência Social assuma o cuidado a essa população que encontra a rua como destino em face da falta de uma política de transição entre a prisão e o retorno ao convívio social. Muitas vezes também apresentam dificuldades em regularizar sua situação, o que dificulta encontrar trabalho formal e reforça a moradia na rua e em centros de acolhida. Outro grupo de pessoas bastante significativo que vive nas ruas da cidade de São Paulo é o grupo de imigrantes e refugiados. Muitos não falam português e vieram para o Brasil em busca de trabalho; não encontrando, acabaram nas ruas. Na pesquisa também foram entrevistados casais que disseram que muitas vezes preferem dormir nas ruas, onde podem ficar juntos. Essa questão foi ainda trazida por algumas famílias entrevistadas que vivem em malocas na rua para não serem separados (é de conhecimento tanto da nossa equipe quanto dos entrevistados que existem albergues para famílias; entretanto, o número de vagas é bastante reduzido, o que faz com que os entrevistados não os considerem como opção viável). Foram inclusive entrevistados adolescentes e crianças que relataram profundo desamparo pela ruptura com a família ou pela institucionalização precoce em centros de internação. Algumas entrevistas foram realizadas com grupos inteiros ao mesmo tempo. Nós nos deparamos ainda com os chamados mundrungs, que são pessoas que recusam o contato com os outros, aparecem com o olhar vago e inacessíveis, não tomam banho e apresentam-se muito deterioradas física e psicologicamente. Com frequência são vistas correndo de um lado para o outro sem destino, envoltos nos cobertores distribuídos pela assistência social.

A maior parte das pessoas entrevistadas declarou receber algum tipo de benefício assistencial, além de acessar os equipamentos destinados à população em situação de rua; entretanto, alguns poucos acessam qualquer política, seja por não terem condições físicas e/ou psíquicas, seja por se recusarem, permanecendo invisíveis às políticas públicas. Para eles, os diversos programas desenvolvidos pelo município não lhes chega como possibilidade de saída da situação em que se encontram. Muitos entrevistados se consideram moradores de calçada, na tentativa de estabelecer uma diferença entre moradores de albergue ou de ocupações. Isso porque os que vivem nas ocupações utilizam

os equipamentos destinados à população de rua, embora não se considerem vinculados a essa população.

Contudo, pudemos perceber na análise da pesquisa que a população moradora das ocupações ou aqueles que acessam formas alternativas de moradia temporária têm a mesma insegurança e estão no “fio da navalha” no que se refere a sua possibilidade de não dormir na rua. Eles formam o que denominamos uma faixa porosa, que estão em uma borda entre a rua e as ocupações e entre a rua e a periferia da cidade. No caso daqueles que vivem nos prédios ocupados na região da Sé, muitos utilizam os serviços da prefeitura, como os albergues e centros de acolhida para a Pop Rua, e aproveitam as distribuições de comida e roupas feitas pelas entidades assistenciais e grupos que distribuem alimentos. Além disso, quando são desalojados, vários vão viver nas ruas. Quanto às famílias que vivem na periferia da cidade, foi possível observar e entrevistar aquelas que diante da pobreza vêm para a região central da cidade em busca de alimentos, roupas e brinquedos, também distribuídos pelas mesmas entidades que oferecem comida e objetos à Pop Rua.

Finalmente, ao que parece, a população em situação de rua, algumas vezes, também se divide em castas, que são pequenos grupos de pessoas com características semelhantes que se apoiam entre si, formando pequenas comunidades, como os idosos, travestis, *gays*, adolescentes, usuários de crack, etc.

#### 4.2.2. Estado

Da mesma forma que o Estado aparece como uma categoria no discurso dos técnicos trabalhadores e gestores entrevistados, tanto nos equipamentos quanto nas rodas de conversa, também é considerado um tema privilegiado na fala dos entrevistados nas ruas, bem como foi um tema recorrente nas discussões e análises dos pesquisadores sociais.

A integração entre as secretarias foi um tema levantado de forma recorrente pela população de rua entrevistada. Ela apontou que as ações relacionadas à segurança, trabalho, direitos humanos, assistência social e habitação são muitas vezes contraditórias entre si, principalmente com relação à ação truculenta da GCM e PM, que acaba sendo interpretada como violência da própria prefeitura.

*Falaria ao poder público, Suplicy, que deixasse o povo trabalhar em paz. Porque quando saem para trabalhar os fiscais da rua tomam as mercadorias, já que é um dinheiro*

*honesto, às vezes agridem. A GCM, inclusive, já chega metendo o pau! (Entrevista na rua, 11 de setembro de 2015).*

A dificuldade em relação à integração devido à violência, que também aparece com muita força na fala dos técnicos, gera grande desconfiança ou descrença por parte da população em situação de rua em relação ao governo, às secretarias e aos próprios técnicos, o que dificulta enormemente a produção de um vínculo de trabalho. A população em situação de rua também aponta a burocracia como um entrave produzido pelo governo que gera descrença e afasta a população da busca por direitos. Isso ocorre devido à incompreensão dos processos, os longos prazos de espera e a falta de respostas para as solicitações feitas. Nesse sentido, também é apontada a desconfiança com relação aos gastos públicos e a verba destinada aos equipamentos e projetos governamentais.

É interessante notar que muitos entrevistados na rua desconhecem a situação real dos equipamentos, seus gastos e orçamento geral, bem como muitos dos programas ofertados pelo governo municipal, o que nos indica duas hipóteses não excludentes: a falta de transparência e de informação para os usuários dos serviços públicos e/ou a falta de participação dos usuários na construção ou manutenção das políticas.

Essas hipóteses apontam para uma estrutura de relação com o governo que privilegia o vínculo assistencialista, no qual a população não se sente como participante da construção das ações e políticas do governo, estabelecendo uma relação desimplicada com a política. É importante salientar que essa forma de relação se estabelece em decorrência de um processo histórico que privilegia o assistencialismo e o paternalismo em detrimento da participação.

Outra questão muito importante que a pesquisa aponta é que programas, como o Programa Operação Trabalho (POT), Programa Nacional de Acesso ao Ensino e ao Emprego (Pronatec), Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante (Crai), Promoção da Bancarização de Imigrantes, Projovem Urbano, Transcidadania, Autonomia em Foco, Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários, não são acessados pela maior parte dos entrevistados. Isso provoca um hiato entre os programas existentes e o acesso a eles. Aqueles que constituem suas vidas na circulação entre os equipamentos tendem a acessar bem mais do que aqueles entrevistados que estão longe dos locais de assistência.

Uma alternativa apontada pelos entrevistados indiretamente, através de fragmentos de história de vida, são as parcerias entre governo, empresas e ONGs. Essas

surtem como uma boa alternativa à captação da população em situação de rua em empresas sem nenhuma regulamentação do trabalho onde são usados em trabalhos semiescravos, na construção de palcos nos eventos e outros trabalhos braçais, carregando sacos de cimento, etc. A parceria é importante porque as empresas geralmente não suportam o funcionamento oscilante dessa população e é necessário um forte trabalho entre governo e empresas para que estas tenham compreensão para o funcionamento psíquico da Pop Rua.

Os entrevistados descrevem como “Bater a nave” o momento de ruptura que os leva de volta às ruas no uso de drogas ou álcool, gerando, por exemplo, a inadimplência no trabalho. Se as empresas não estiverem preparadas para suportar essa oscilação, o vínculo com o laço social acaba novamente rompido e o sujeito reenviado para as ruas. É compreensível que a maior parte das empresas não queira sustentar um trabalhador inadimplente; portanto, pensamos que é necessário uma parceria na qual haja algum tipo de regulação do governo, com indicações que favoreçam a participação dessa população respeitando minimamente seu modo de funcionamento até que o sujeito se estabilize. Também aparece como questão a regulação sobre equipamentos, pois muitos deles são administrados por ONGs ou empresas diferentes, com regras, estilos e condições muito heterogêneos. Essas últimas muitas vezes assumem uma postura assistencialista e não flexível para acolher as especificidades da Pop Rua, como as oscilações que comportam o “bater a nave”, o uso de álcool e drogas, a necessidade de vínculos seguros, a agressividade eventual, etc.

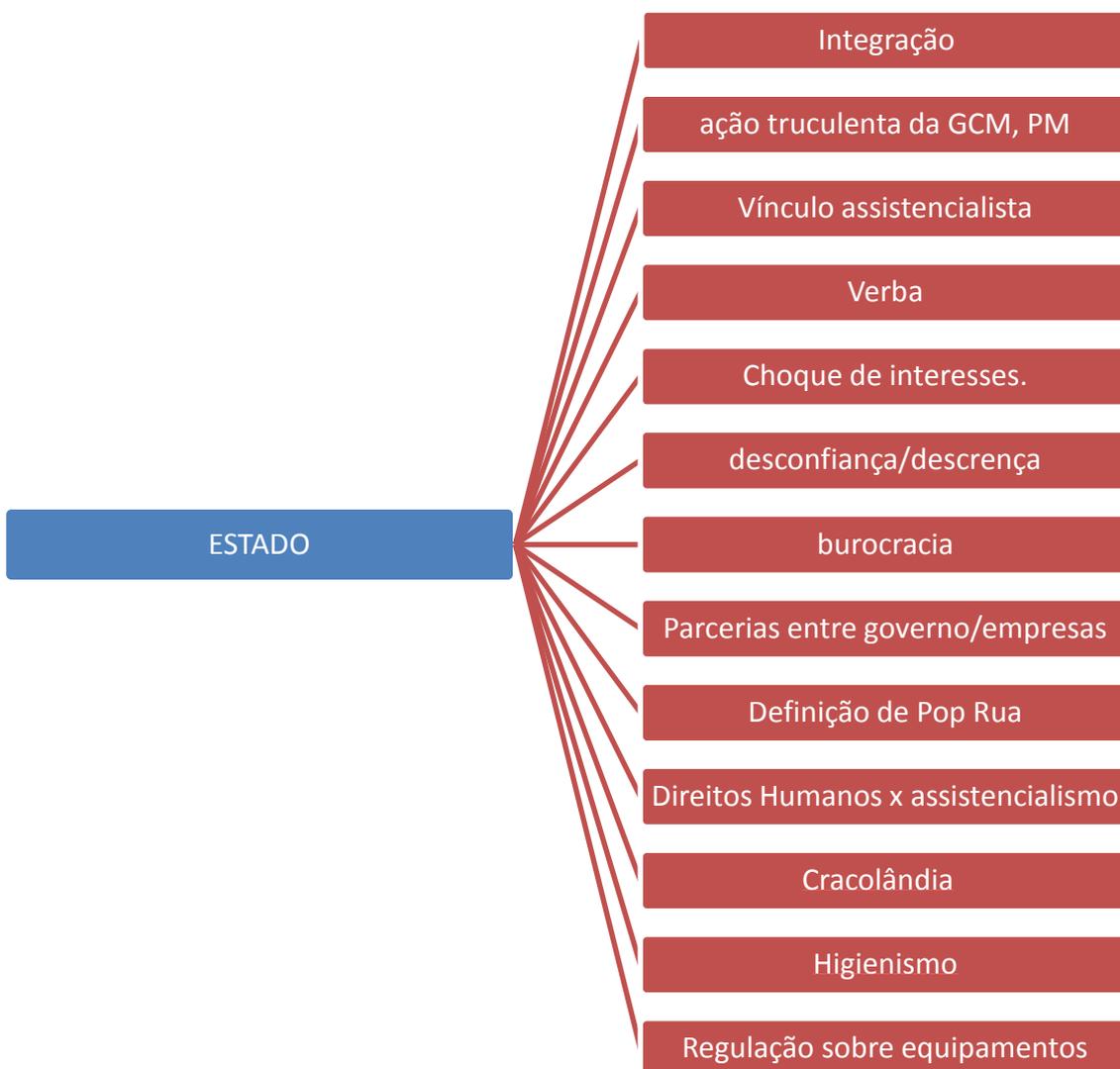
Devido a essas especificidades, a Pop Rua muitas vezes é confundida com usuários de droga que ficam nas ruas ou nas “cenas de uso” quando estão sob o efeito da substância psicoativa, mas possuem residência fixa para onde voltar. Com relação ao uso de drogas propriamente dito, é importante marcar que existem condições diferentes que ligam a Pop Rua às drogas, existem aqueles que não usam, aqueles que usam esporadicamente, os usuários de álcool, os que começaram a usar para suportar a vida na rua e os que foram para as ruas para poderem usá-las regularmente. Assim, para o Estado não está estabelecido um limite muito definido entre Pop Rua e usuários, principalmente no que se refere às “cenas de uso”, como a Cracolândia. Nelas, os limites entre ser uma questão da Pop Rua ou da saúde se entrelaçam.

Essa aproximação fomenta ainda mais o higienismo, apontado pelos entrevistados como uma questão importante da Pop Rua. Em algumas localidades, como Tucuruvi, ouvimos relatos de que a associação de moradores da região impede que pessoas em

situação de rua circulem pelo local, sendo rapidamente convidadas a se retirar quando são identificadas. Nessa mesma região ouvimos relatos de que o restaurante comunitário conhecido como Panelinha foi impedido de funcionar durante um grande período, pois a associação de moradores moveu uma ação para tentar transferi-lo de lugar.

Finalmente, entendemos que existe uma questão relativa à definição de Pop Rua que precisa ser discutida no âmbito do Estado. Na fala da população de rua percebemos que, muitas vezes, as condições de albergado ou residente em ocupação são instáveis, constituindo-se como parte do circuito da rua. A descrença, o desamparo, a oscilação, as condições de empregabilidade precárias, etc., são elementos que unificam um grande contingente de pessoas.. Muitas dessas pessoas, claro que não todas, acessam os benefícios e alguns aparelhos destinados à a população em situação de rua, como restaurantes comunitários, e buscam doações.

Nas entrevistas foi possível detectar população de baixa renda das periferias da cidade se alimentando com regularidade nos restaurantes comunitários destinados à população de rua. Esse apontamento não pretende de forma nenhuma contribuir para a segregação dessa população; entretanto, é necessário apontar que uma política feita para cerca de 15 mil pessoas, que estão dentro do conceito de Pop Rua, contempla hoje uma população maior que a definição desse segmento.



**Figura 28. Categorias emergentes para o conceito Estado**

#### *4.2.3. Assistência Social*

Grande parte dos entrevistados falou sobre aspectos da Assistência Social, principalmente no caráter de denúncia ou reivindicação. Podemos formular duas hipóteses para interpretar esse fenômeno: a) a indistinção entre a denúncia e uma pesquisa, que faz com que as pessoas respondam às perguntas feitas pelos pesquisadores sociais em forma de denúncias; b) a posição reivindicativa da população em relação ao

poder público, que faz com que as pessoas respondam às perguntas dos pesquisadores sociais com pedidos e reivindicações.

O principal tema abordado dentro dessa categoria é, primeiramente, a falta de vaga em albergues. Seguem casos relacionados com o tema, consequências e injustiças a esse respeito. Devido à falta de transparência no processo, os usuários desconhecem os critérios necessários para conseguir uma vaga, atribuindo essa possibilidade a fatores arbitrários, como a vontade do assistente social, o preconceito ou a preferência de alguns aparelhos por imigrantes. Essa falta de acesso aos critérios e processos do governo e dos programas, dentre outros motivos, pode levar usuários e sociedade civil a uma descrença/desconfiança em relação às atitudes relacionadas ao governo, prefeitura e inclusive na mudança da política partidária.

Muitas vezes os entrevistados se recusavam a participar da pesquisa alegando que “não vai adiantar nada”. A reinserção da Pop Rua na sociedade e a proteção contra a vulnerabilidade pela assistência social também foi um tema abordado durante as entrevistas, tanto por parte de pessoas que declaravam sentir uma ruptura com a sociedade quanto pessoas que já estavam inseridas no processo de reinserção, ou transição, e contavam com o serviço da assistência social. Esse processo foi abordado de diferentes formas, tanto pelos entrevistados quanto pelos pesquisadores sociais em suas análises, o que nos leva a crer que é um processo complexo e facetado.

Alguns aparelhos e centros de acolhida atribuem tarefas dentro do albergue para os usuários como forma de incentivo à reinserção através do trabalho e do estabelecimento da rotina de autocuidado. Essas atividades são questionadas pelos usuários e pesquisadores sociais, oscilando entre aqueles que as consideram como passos em direção à autonomia ou exploração do trabalho dos usuários pelos equipamentos, que supostamente estão recebendo verba para a realização da atividade. A hipótese que é possível depreender daí é que a equipe consegue criar um sistema de divisão de tarefas, mas não consegue dar sentido à iniciativa para o próprio usuário. Outro assunto citado foi que cada Tenda tem uma dinâmica particular de funcionamento, bem como cada equipamento de acolhida, e restaurante comunitário; isso faz com que as regras sejam diferentes, a maneira de lidar com os técnicos e a convivência entre usuários.

Dentro da categoria Assistência Social, outras três subcategorias de discurso se somam às descritas anteriormente, os obstáculos à acolhida, as dificuldades e as

sugestões. Com relação aos obstáculos à acolhida os entrevistados dão diversos depoimentos que configuram denúncias de situações que ocorrem dentro dos equipamentos e os levam à descrença ou a se afastar desse tipo de serviço. São denúncias de: violência dentro do equipamento por parte de usuários e funcionários; conflito de gerações que levam os idosos a preferir viver em castas na rua do que dormir albergados; intrigas entre os próprios usuários e entre os técnicos e os usuários; convivência tensa entre usuários devido ao consumo de bebidas e drogas, tanto dentro do equipamento quanto antes da entrada; regras consideradas rígidas em excesso; roubos internos, gerando a sensação de insegurança; humilhação dentro dos centros de acolhida por parte dos funcionários; alimentação abaixo das expectativas; preconceito entre usuários e funcionários tanto dentro do centro de acolhida quanto dos serviços de saúde, principalmente em relação à população LGBTT.

Alguns entrevistados relatam terem sofrido assédio dentro dos quartos dos centros de acolhida por sua orientação sexual, e alguns travestis relatam histórias de estupro e mutilação dos seios. Os desligamentos e transferências arbitrárias, sem que haja um diálogo prévio com o usuário ou a compreensão da sua situação singular, são também apontados como obstáculos à acolhida, assim como a falta de água nos equipamentos, as condições de higiene e transmissão de parasitas através dos colchões e roupas de cama e o uso de drogas dentro do albergue, que faz com que as pessoas se sintam inseguras. Outra questão apontada recorrentemente como motivo para as pessoas preferirem dormir na rua a serem albergadas é a separação do casal para dormir em quartos para mulheres e homens e a falta de informação.

Algumas questões políticas também são levantadas, como o excesso de burocracia dos aparelhos, a falta de integração entre as políticas (como a assistência social, saúde, habitação, direitos humanos e educação), a falta de incentivo para trabalhador, que muitas vezes perde a alimentação do albergue por precisar sair mais cedo do que o horário do refeitório, ou chegar mais tarde que o horário preestabelecido para a janta. Todas essas condições apontam para outra demanda dos usuários, a necessidade de escolha de um perfil profissional para atender nos equipamentos para a Pop Rua, que tenham empatia pelos usuários e conheçam sua realidade. Dois apontamentos retirados das entrevistas se mostraram bastante preocupantes; o primeiro é a difusão do modelo prisional, instituído por facções criminosas, para os albergues, que ao mesmo tempo em que estabelece uma certa regulação da conduta entre os usuários também demonstra que a cultura do crime

está presente. Esse ponto se coloca em relação direta com a semelhança dos equipamentos de acolhida com o regime semiaberto, apontada tanto pelos usuários quanto pelos pesquisadores sociais e técnicos nas pesquisas de campo nos aparelhos.

A respeito das dificuldades presentes na assistência social, os entrevistados falam do assistencialismo da assistência social e entidades religiosas, como na frase “Eles gastam milhões para nos manter onde estamos”.

Também percebemos que a defesa institucional gera mais descrédito e desconfiança dos usuários aos equipamentos de acolhida; muitos equipamentos se recusaram a receber a pesquisa ou não deixaram que falássemos com os usuários, ou, ainda, colocaram técnicos vigiando os entrevistados e entrevistadores, gerando mal-estar nos pesquisadores sociais e desconfiança quanto ao serviço prestado. A desqualificação das denúncias quando feitas pela Pop Rua aumenta ainda mais a sensação de ineficácia e falta de resposta pela ouvidoria em relação aos pedidos dessa população, em especial a dificuldades para acessar os benefícios.

Outras duas dificuldades apontadas incluem o fato de São Paulo estar recebendo demandas da Pop Rua de outras cidades, que muitas vezes são enviadas de ônibus para acessarem a rede estruturada aqui, e a territorialização da Pop Rua, que faz com que muitas pessoas não aceitem ir para equipamentos fora do seu território.

Sobre as sugestões da Pop Rua e sociedade civil com relação à Assistência Social oferecida pelos entrevistados, foram apontadas as seguintes alternativas:

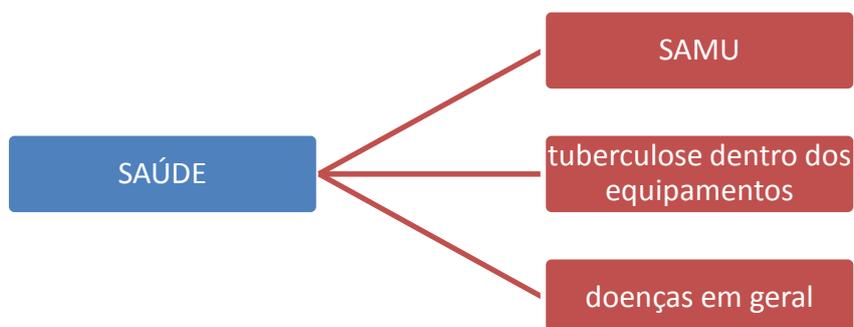
- (i) Flexibilidade de horários dos albergues, principalmente para quem trabalha, para que as pessoas não precisem optar ou pela alimentação ou pelo trabalho;
- (ii) Bagageiro seguro para que as pessoas tenham onde guardar seus pertences e não precisem ficar nas malocas o tempo todo para vigiá-los, podendo circular mais pela cidade e realizar diferentes formas de trabalho;
- (iii) Aumento do número de creches públicas para que as mães que criam os filhos sozinhas possam trabalhar e sustentar suas famílias, no lugar de ficarem todo o tempo com os filhos e dependerem do Estado para garantir sua subsistência;

- (iv) Priorização da boa acolhida dos usuários nos aparelhos, incentivando a criação de vínculos e diminuindo o preconceito contra a população LGBTTS, sobretudo travestis;
- (v) Criação do banheiro da diversidade, à semelhança do que já ocorre no Portal do Futuro, com o objetivo de diminuir cenas de preconceito e desrespeito sofridas por travestis dentro dos banheiros dos albergues, onde são recriminados por usarem o banheiro feminino e correm o risco de abuso e violência ao usarem o banheiro masculino;
- (vi) Ampliação do acompanhamento psicológico à Pop Rua para que as pessoas trabalhem a ruptura, o trauma ou a causa que as levou a optarem pela vida nas ruas e sua forma particular de subjetividade nessa condição, respeitando e/ou produzindo seus projetos pessoais;
- (vii) Implantar ao menos um equipamento de acolhida na Lapa foi sugerida pelos pesquisadores sociais, ao perceberem uma confluência de fatores, como a ausência desses equipamentos no local, o grande número de Pop Rua e a territorialização, que faz com que as pessoas não busquem aparelhos em outras regiões da cidade;
- (viii) Aumento da transparência quanto ao orçamento e às doações aparece em dois momentos de maneira mais forte; num primeiro, quando uma das técnicas entrevistadas (a única) apresenta o orçamento da casa de acolhida para os pesquisadores e estes se espantam com os gastos. E, num segundo, nas diversas situações de desconfiança com relação aos gastos dos aparelhos e o destino das doações recebidas; um dos entrevistados chega a dizer “O governo gasta milhões para manter a gente onde a gente está” (entrevistado);
- (ix) Desenvolvimento de um tipo de capacitação para os serviços que priorize o acolhimento;
- (x) Criação de um conceito arquitetônico de malocas, no qual arquitetos se colocariam a pensar um tipo de moradia adaptado para as pessoas que optam por viver nas ruas e em movimentação contínua.

**Figura 29. Categorias emergentes para o conceito Assistência Social**

#### 4.2.4 Saúde

Sobre a saúde os entrevistados falam recorrentemente da sua própria condição, doenças em geral, físicas e psíquicas, familiares enfermos e serviços. Duas denúncias significativas que aparecem dentro desse tema são: casos de tuberculose dentro dos equipamentos e a dificuldade de acesso ao serviço de ambulância oferecido pelo SAMU quando o paciente é identificado como Pop Rua; muitos relatam que as ambulâncias demoram mais que o habitual ou acabam não chegando.

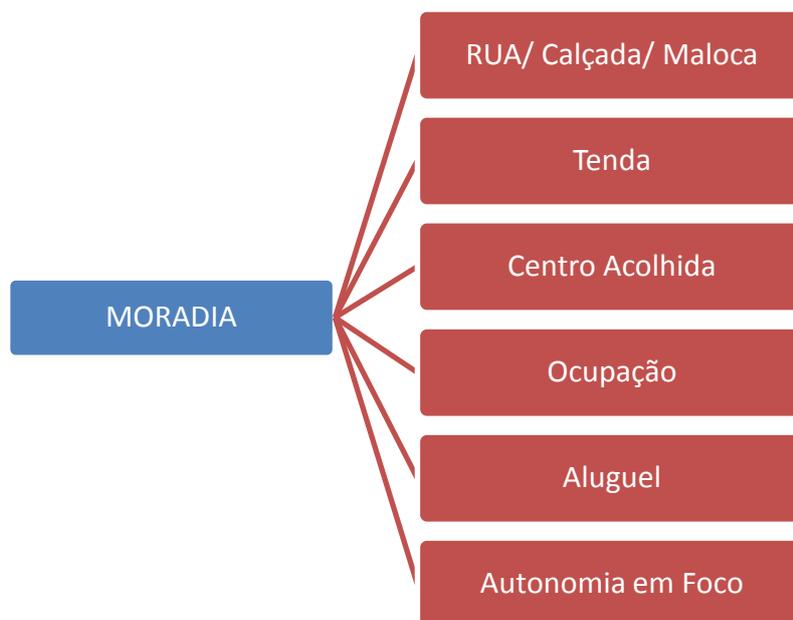


**Figura 30. Denúncias emergentes para o conceito Saúde**

#### 4.2.5. Habitação

Quanto à habitação foram mapeadas algumas formas de moradia mais comuns entre os entrevistados da população em situação de rua; quais sejam: primeiramente a própria rua, ou, como eles preferem nomear, o morador de calçada, que acabam dormindo em malocas embaixo de pontes, marquises, ao redor de tendas, restaurantes e aparelhos. As próprias tendas desocupadas são locais usados para dormir, além de centros de acolhida e ocupações. Alguns conseguem pagar aluguéis baratos ou participam do Programa Autonomia em Foco.

*A tenda da Mooca se tornou inviável. Quando começou era mesmo uma coisa de dar gosto, hoje um grupo bem caído, praticamente, reside ali. Não vejo uma grande violação do direito humano, não. Mas uma pouca de desumanidade há sim, em deixar este local à mercê dos usuários e conviventes que hoje podem ser chamados de moradores. A habitação nunca veio discutir essa anormalidade. A assistência foi até abril com presença permanente, mas hoje só a saúde pública aqui está. Na rua da Mooca, “subsé”, até a rua Piratininga, “submooca”, acima até o Tatuapé, no comecinho é “biqueira” de droga (Entrevista - Pesquisador Social, 2015).*



**Figura 31. Categorias emergentes em relação ao conceito Habitação**

#### 4.2.6. Queda

Um dos assuntos tratados com mais emotividade pelos entrevistados foi o que reunimos com o nome de queda. Esta se constituiu como a sobreposição de perdas e rompimentos da rede de suporte do sujeito, que muitas vezes é identificado pelos entrevistados como o motivo que os levou para as ruas. Esse termo foi emprestado das falas dos próprios pesquisadores sociais e entrevistados, como podemos ver no subitem Habitação a adjetivação “um grupo bem caído”.

O rompimento familiar aparece como um dos principais fatores que, sobrepostos a outros, compõem esse processo de rompimento da rede de suporte, seja ele causado por fatores alheios ao sujeito, seja provocado por ele. Nesse primeiro sentido, a morte ou adoecimento do cônjuge ou familiar são experiências que, mesmo não sendo

responsabilidade do sujeito diretamente, produzem a desarticulação da estrutura de vida do sujeito, e esse momento de ruptura é identificado por muitos entrevistados como um desencadeador da queda. Outros fatores descritos como parte dessa sobreposição são: separação conjugal, indiferença familiar, alcoolismo de parentes próximos e lembranças que levam a depressão ou tristeza.

Ainda dentro dos rompimentos, os entrevistados descrevem situações nas quais a rua é uma saída para aqueles que querem fugir da família, a renegaram ou foram expulsos por motivos diversos, como agressões física e psicológica, conflitos com familiares ou vergonha por algo que tenham, ou não tenham, feito, relacionado ao trabalho e ao uso de psicoativos. “Foi por desavenças familiares e por sentir que não era mais acolhido em casa, na época morava com uma tia, optou morar na rua sem roupas, banho, comida, família e sem emprego por seis meses” (Entrevistado, 28 anos).

Essas situações geralmente produzem memórias constantes da ruptura que marcam o presente, alterando a concepção de tempo e espaço. Nesse processo os núcleos traumáticos provocam uma compulsão à repetição, fazendo com que o sujeito reviva a ruptura a cada nova relação em uma atuação de conflitos no presente que os leva a novas rupturas. Esse processo fica bastante evidente na relação defensiva que os pesquisadores sociais e entrevistados estabelecem com as datas festivas, como Natal, Ano Novo, aniversário, etc., que geralmente são datas que remetem à relação familiar ausente, trazendo de volta a memória do rompimento traumático e, muitas vezes, provocando novas rupturas. Muitos entrevistados descrevem, ainda, famílias idealizadas, repetindo o desejo de um retorno que nunca se efetiva, pois o motivo que os levou à ruptura continua forte e presente, mesmo com o passar do tempo.

Além dessas situações mais emblemáticas dos rompimentos, muitos entrevistados relatam não terem família ou não terem contato com as famílias por motivo de migração ou falta de afinidade. Um número bastante significativo de entrevistados relata que tem contato com os familiares, os visita com regularidade, mas não pode ou não quer viver com eles, optando pela rua simplesmente por uma questão econômica de não conseguir pagar um aluguel. “Tem dois filhos e aos domingos com o dinheiro que ganha... vai visitar os filhos. Deseja se estabilizar profissionalmente e conquistar sua autonomia” (Entrevistado, 45 anos).

O uso de drogas também é descrito como um dos motivos que levam à queda. Dentre as drogas mais usadas estão: crack, maconha, cocaína, lança e thinner. O uso recorrente de álcool também é citado como um fator importante que leva as pessoas a viverem na rua, onde podem viver e manter seus vícios ativos. Um dos entrevistados descreve:

*Fui para a rua mesmo desde que comecei com drogas e a rua me acolheu. Gostei e até hoje gosto da rua. Aprendi na dor que não dá para ter vida social usando drogas. Crack. Só pensava em usar crack e todo o meu dinheiro era para o crack. (...) Colocar mais valor nos objetos do que nas pessoas. A pedra começou a ter mais valor do que as pessoas. A droga é igual ao dinheiro, uma espécie de talismã (Entrevistado).*

Outros fatores mais objetivos também são apontados como causas para a queda, como desemprego, falta de estudo ou qualificação, deficiência ou doença, que incapacitam ou dificultam conseguir um trabalho formal, e a pobreza em geral.

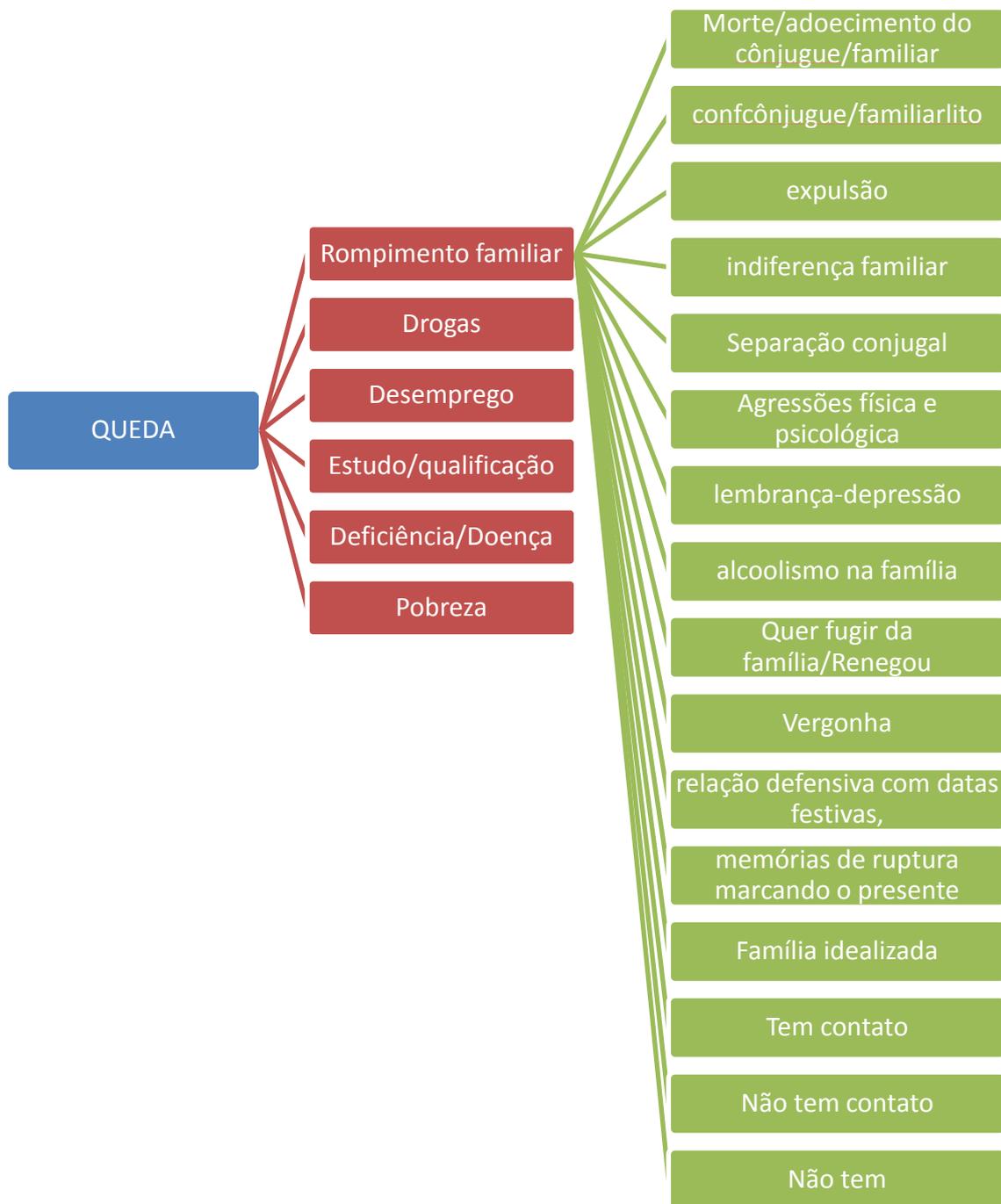


Figura 32. Categorias emergentes em relação ao conceito Queda

#### 4.2.7. Sobrevivência

São inúmeras as temáticas relacionadas à sobrevivência na rua, tanto com relação às especificidades das mulheres quanto às dos homens, idosos, deficientes físicos, adolescentes e crianças. Uma questão sempre presente é como, onde e se realizar a higiene pessoal, principalmente o banho. Alguns serviços, restaurantes e hospitais se recusam a atender pessoas que estejam visivelmente há algum tempo sem tomar banho; entretanto, os espaços públicos onde é possível fazer esse tipo de higiene pessoal são limitados para a população que não está vinculada a um centro de acolhida ou de convivência. Os entrevistados da Pop Rua se mostram preocupados devido ao fechamento de algumas tendas, usadas pela Pop Rua para esse fim.

*As tendas são mais adiantado ao morador de rua. Garantem a necessidade básica. Deveriam melhorar os serviços com cursos de capacitação. Relata que ainda está na rua por falta de apoio social. Relata que há falta de atenção. Não tem vaga fixa em albergue, só pernoite. Só possui RG. Gostaria de sair, mas a rua é um refúgio para nós que não temos onde morar. (Entrevistado, 45 anos).*

Outra preocupação referente à sobrevivência na rua é a garantia da alimentação. Muitos centros de convivência oferecem refeições em horários pré-determinados, o que implica que para se alimentar ele fique disponível no entorno do centro durante o período do dia; caso ele consiga um trabalho terá que optar por perder o benefício da alimentação. Outras opções gratuitas são restaurantes comunitários e doações; entretanto, estas também são escolhas para aqueles que não estão trabalhando, pois as filas são longas e o tempo de espera chega a mais de uma hora. Os restaurantes populares, a comida compartilhada na comunidade e a comida comprada também se constituem como opções a baixo custo.

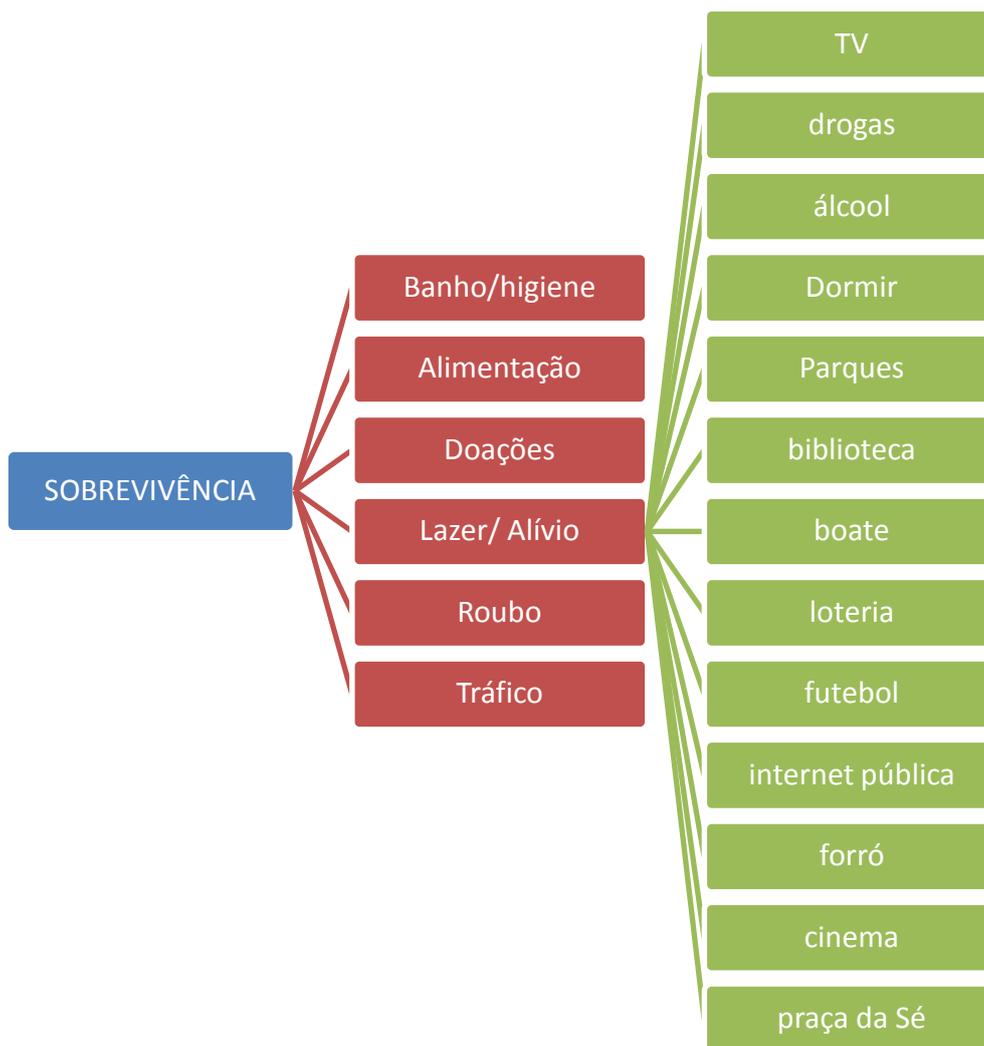
*Tudo que chega de perecível na maloca tem que ser feito na hora! Já tem que ser temperado, colocado em recipiente limpo. Eu gosto de cozinhar.” “O pessoal da reciclagem vai nas malocas e reparte o alimento que sobra dos açougues... fazemos retalhos, misturas, aperitivos. Todos envolvidos na preparação do alimento feito por José Carlos! Momento de coletividade entre a população em situação de rua! Todos chamam esses momentos – em que a comida não só enche barrigas, mas une pessoas e fortalece vínculos – de festas. (Crônica).*

Um dos pesquisadores sociais descreve como momentos de lazer ou alívio na rua quando é feita uma grande refeição e compartilhada com a comunidade. Outras formas de lazer são a TV, que muitas vezes é vista nos centros de convivência, tendas e centros

de acolhida e as drogas e álcool, que podem ser entendidos como uma defesa psíquica, ou seja, uma defesa do sujeito para suportar a vida nas ruas. A religião também é descrita como uma forma de lazer, pois é uma maneira de passar o tempo que sustenta a crença das pessoas, oferece doações e é uma comunidade de apoio. Frequentar parques, bibliotecas, boates, forrós, praças e cinemas também é forma de lazer da Pop Rua, além de jogar na loteria, praticar futebol, usar a internet pública e dormir. As formas de lazer são bastante importantes na sobrevivência na rua, pois oferecem um laço com a cultura e a comunidade local, seja para suportar as dificuldades, seja para apontar caminhos alternativos ao que se vive. “Foi com uma atitude como essa que eu larguei o Crack. Foi quando, depois de muito tempo, eu fui assistir um filme no cinema e pude ver como meu dinheiro poderia ser gasto com outras coisas. Como eu literalmente estava queimando meu dinheiro.” (Pesquisador Social)

As doações são também um tema importante quanto à sobrevivência na rua, que não são só de alimentos, mas também de cestas básicas, roupas, etc. Existem locais onde elas ocorrem com maior periodicidade, mobilizando um fluxo de pessoas na região. “O que faz você permanecer na rua?” (Pesquisador social) “Bom, as doações são muito boas. Só ruim para dormir e para tomar banho. Também para lavar roupa” (Entrevistado, 28 anos).

O roubo e o tráfico também aparecem como questões de sobrevivência na rua, ambos como fenômenos com os quais é preciso lidar. Como tanto as pessoas quanto seus pertences estão muito expostos na vida na rua, é preciso sempre lidar com a possibilidade do roubo; alguns relatam não saírem para longe das malocas ou criarem uma rede de apoio com os vizinhos, para diminuir o risco de perderem seus pertences. Quanto ao tráfico, existe uma relação delicada da qual poucos entrevistados se atrevem a falar por medo de represálias. É evidente que o tráfico exerce uma certa regulação nas ruas, impondo suas regras de conduta e punindo através da sua própria noção de justiça. O grande problema é que essa é uma justiça diferente para cada pessoa, podendo ser condescendente em alguns momentos e extremamente perversa quando seus interesses não são atendidos.



**Figura 33. Categorias emergentes em relação ao conceito Sobrevivência**

#### 4.2.8 Trabalho

O trabalho é uma categoria que aparece em muitas falas, tanto com relação às suas condições quanto a sua ausência. Quanto mais próximos de uma fase de transição, mais o trabalho parece ser uma questão significativa. Tanto pelo relato dos pesquisadores social quanto de alguns entrevistados, é possível perceber que o trabalho tem uma função de ancoragem, ou seja, se constitui como um elo da rede de apoio do sujeito, fazendo um movimento que se contrapõe à queda. Nesse sentido o trabalho se transforma em um laço do sujeito com a sociedade, com os pares e com as leis. Durante a pesquisa foi possível observar esse processo nos próprios pesquisadores sociais, para os quais a pesquisa foi um momento de formação, autonomia, estabelecimento de vínculos, criação de rotina e ganho de dinheiro. “Um dos pesquisadores sociais deixa escapar isso em algum momento, ao dizer que o que o segurou durante 2015 foi saber que tinha a pesquisa para realizar. A

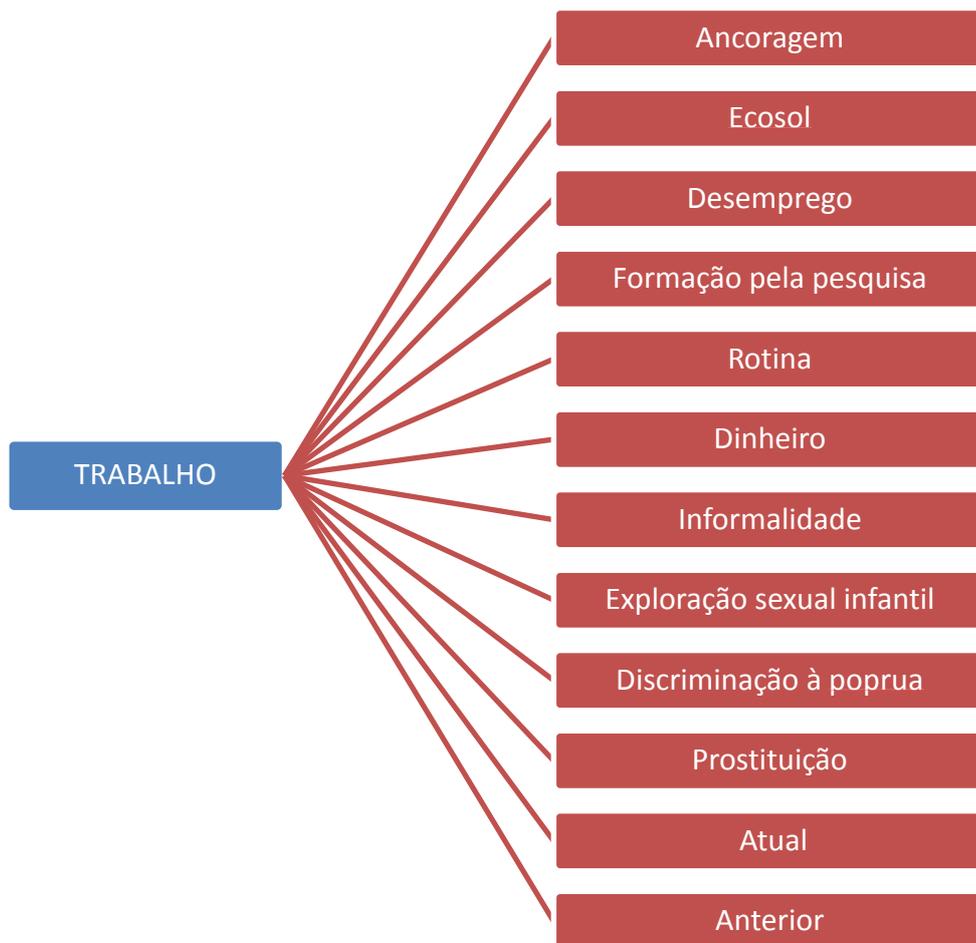
pesquisa foi a ancoragem dos pesquisadores” (Crônica). “Não somos dela [rua]. Não pertencemos a ela. Ela pertence a nós” (Pesquisador Social na Oficina de Jornalismo – Para mais detalhes ver Anexo 4: Textos dos Pesquisadores Sociais Sobre a Pesquisa).

O tempo da rua se constitui como uma vivência subjetiva bastante diferente do tempo do trabalho; segundo os entrevistados e pesquisadores sociais é preciso um período de readaptação à rotina, ao tempo marcado pelas repetições cotidianas, a como lidar com o dinheiro e compromissos. “Voltar à rotina é muito difícil, ter o tempo marcado pelo tempo do relógio a gente não tá mais acostumado. Viver na rua não dá pra marcar no tempo. Viver na rua é uma adrenalina constante!” (Entrevistado).

Os entrevistados falam muito sobre seus trabalhos anteriores à vida na rua, como: camareira, carregador no mercadão municipal, pedreiro, pintor, pizzaiolo, serviço ilegal, jardinagem, atacadista de alimento, reciclagem, soldador elétrico, polidor de carros, vigilante, manobrista, carpinteiro, serralheiro, chefe de cozinha, comunicação, professor, artista, caixa de supermercado e mecânico. É interessante notar que quase todos esses trabalhos são informais ou de baixa renda, gerando pouca ou nenhuma estabilidade e garantia de direitos, o que faz com que essas pessoas, quando ficam adoecidas, idosas ou desempregadas, acabem indo para as ruas. Algumas formas de trabalho informal são altamente vulnerabilizantes, como a prostituição e o trabalho com o corpo, a exploração sexual infantil e até trabalhos de carregamento nos mercadões.

Os trabalhos atuais dessa população, ou o que eles fazem para ganhar dinheiro, são: faxina, olhador/lavador de carros, mangue (pedir), reciclagem, carga e descarga, bicos, auxiliar de limpeza, plaqueiro, cooperativa, tráfico, cozinha/garçom, profissional do sexo, catador de material reciclável, artesanato, construção civil, economia solidária ou cooperativa de mulheres. Ou seja, a população em situação de rua trabalha; entretanto, em sua grande maioria, trabalha em serviços informais que não geram renda suficiente para permitir que alugue uma residência.

Os relatos de desemprego são recorrentes, destacando-se as dificuldades específicas da Pop Rua para conseguir uma vaga, como a exigência do comprovante de residência, que ajuda na identificação e discriminação, o pedido de bons antecedentes criminais, que serve para excluir os egressos, a idade avançada ou doenças de várias pessoas dessa população.



**Figura 34. Categorias emergentes em relação ao conceito Trabalho**

#### 4.2.9 Vida na rua

*Estar na rua.*

*Foge de toda a segurança da gravidade de problema.*

*Esvazia-se toda a mente, todo o conceito de segurança se vai.*

*Família, amigos, educação...*

*Agora o que vale é a sobrevivência.*

*Estar na rua.*

*Sem para onde ir.*

*Cada dia é como se fosse um novo dia.*

*Dormir é solidão.*

*Acordar é depressão.*

*Rotina*

*A violência está em toda parte, não se pode confiar em ninguém.*

*A exploração de mão de obra não traz dignidade*

*Roubar e ir para prisão*

*Não.*

*Sem educação*

*Sem aceitação*

*A rua é o último*

*Refúgio de um cidadão*

*...de preconceitos*

*Onde não se tolera traição*

*Estar na rua.*

*Livre de toda obrigação*

*Entre delírios e loucuras*

*Da paixão.*

*Sem banho entre fezes e lixo acende o cachimbo*

*Dura união*

*Prostituição, tudo vale*

*Pela ... e satisfação*

*E nas sombras*

*Vive uma população sofrida,*

*amargurada pelo peso de uma dor passada*

*Um buraco negro*

*Que atrai homens, mulheres e crianças*

*Vencidas pela exclusão.*

*Um povo livre da ética da moral e fugitivo*

*De sua própria consciência*

*Que busca no esquecimento*

*O alívio de sua dor*

*Valoriza seu cachimbo*

*Só o que lhe restou*

*Sua cor é parda, branca e negra*

*A rua aceita todas, embaixo da ponte*

*Nas calçadas, nas praças, nos canos de esgotos*

*A rua está em todo lugar.*

*A rua canta, chora,*

*Conta estória e história*  
*A rua tem rua própria*  
*Língua e regras*  
*Abandonada pela sociedade*  
*A rua cria sua própria*  
*Sociedade.*  
*Na calçada um rastro de sangue*  
*Alguém quebrou a cabeça de alguém*  
*E esse rastro vai até a base da guarda onde o rastro parou*  
*Alguém socorreu!*  
(Pesquisador Social)

A poesia produzida por um dos pesquisadores sociais demonstra, com toda a propriedade de quem vive e estuda essa realidade, as diversas facetas, por vezes conflitantes, da vida na rua. Essas facetas se entrelaçam em uma complexa cultura singular com suas regras de convivência, a linguagem, derivada e aproximada ao Iorubá (uma língua falada pelas travestis), e leis próprias, como algumas regras da Cracolândia que se aproximam muito das regras da cadeia.

Vários entrevistados defendem o direito de continuarem vivendo nas ruas, calçadas e malocas, ou seja, o direito à permanência na rua. Eles consideram que existem benefícios nesse modo de vida que se sobrepõem às dificuldades, como a liberdade de poder fazer o que querem sem darem satisfação aos familiares ou terem que se preocupar todo o tempo em conseguir dinheiro para pagar o aluguel. Outro benefício seria a grande rede de solidariedade que eles encontram na rua, com troca de alimentos entre malocas, organização e divisão de tarefas, festas e uma nova “vida em família”, ou seja, a constituição de uma rede de amigos da rua que ocupam o lugar deixado pelo vínculo familiar rompido.

Muitas das pessoas entrevistadas demonstram terem realmente constituído um modo de vida no qual a vida na rua passa de uma condição passageira para uma longa permanência. Nesse sentido podemos pensar em uma dependência na e da rua; na rua pois seria uma forma de suportar esse modo de vida, e da rua pois se configura como um quadro cronificado, no qual a pessoa perde a capacidade de viver em outra circunstância e, mesmo que exista o desejo de voltar, a pessoa terá que reaprender a viver fora. Ou seja,

nesse sentido a rua se constitui como um dentro, uma comunidade na qual as pessoas, ainda que em circulação, se conhecem. Alguns chegam a optar por realmente viver em aglomerados ou concentração de Pop Rua como uma forma possível de proteção para o grupo.

Entretanto, certamente não existem só benefícios nesse modo de vida; uma das grandes questões de preocupação da Pop Rua é a exposição dos corpos a agressão. Cerca de 90% dos entrevistados relatam já terem sofrido algum tipo de violência da sociedade, devido ao preconceito, ou agressão pela polícia (PM, GCM, RAPA) ou por funcionários dos centros de acolhida. Este pode ser um indício do desamparo inerente à vida na rua, pois esta se constitui como um lugar inóspito para se viver, com muitos conflitos, agressões (incluindo abuso sexual), roubo, perigos e solidão, ou seja, a vida na rua se configura como um lugar de instabilidade e descontinuidade.

Essas duas últimas características do modo de vida na rua nos fazem compreender a dificuldade de essas pessoas se reinserirem na sociedade ou conseguirem um emprego formal, a instabilidade gera o “bater a nave” e o extravio da documentação, e as pessoas sem documentos ou inadimplentes não são contratadas, reenviando-os em um paradoxo sem fim.

Os entrevistados também relatam uma série de expectativa de futuro que ora aparece de maneira distanciada, ora aparece como uma demanda simples de sobrevivência, demonstrando uma pobreza de projetos sociais, como: retomar convívio familiar, oferecer melhores condições, retomar faculdade e estudo, retorno à cidade natal, conseguir pagar um aluguel, ter um benefício social ou fazer a cirurgia de transformação de sexo.



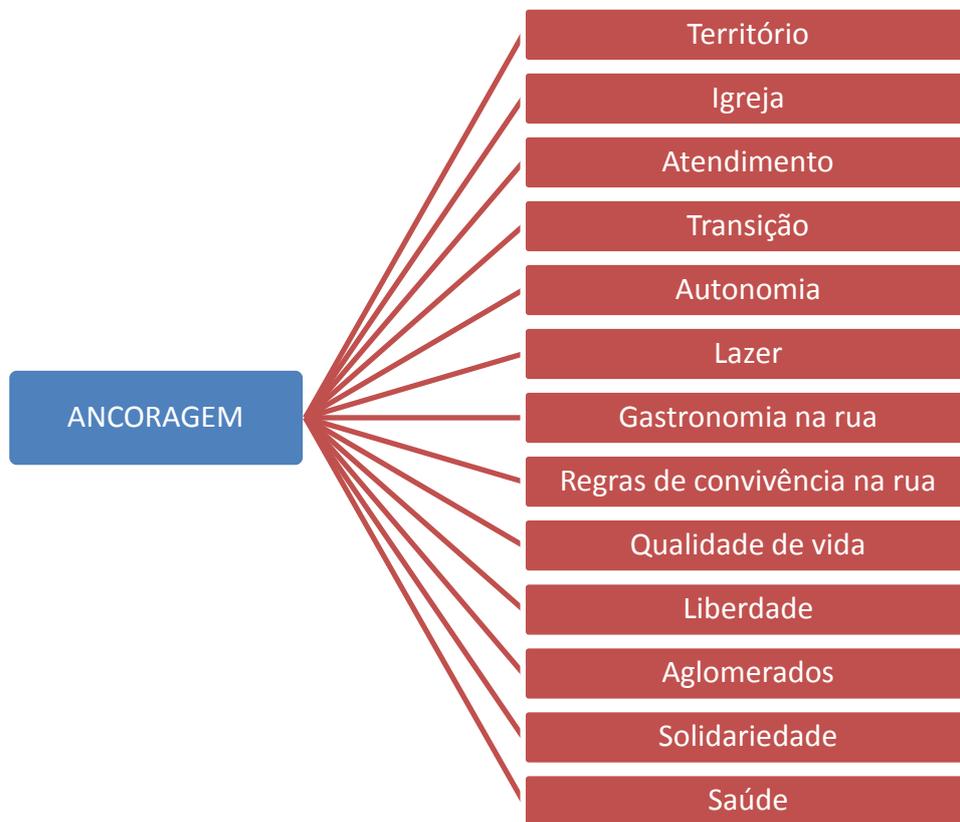
**Figura 35. Categorias emergentes em relação ao conceito Vida na Rua**

#### 4.2.10 Ancoragem e desancoragem

Por fim, percebemos que algumas categorias ancoram o sujeito no laço social, ou seja, ajudam-no a construir vínculos e redes que o ligam à sociedade, ao mesmo tempo em que outras induzem à ruptura com o laço, isto é, desancoram.

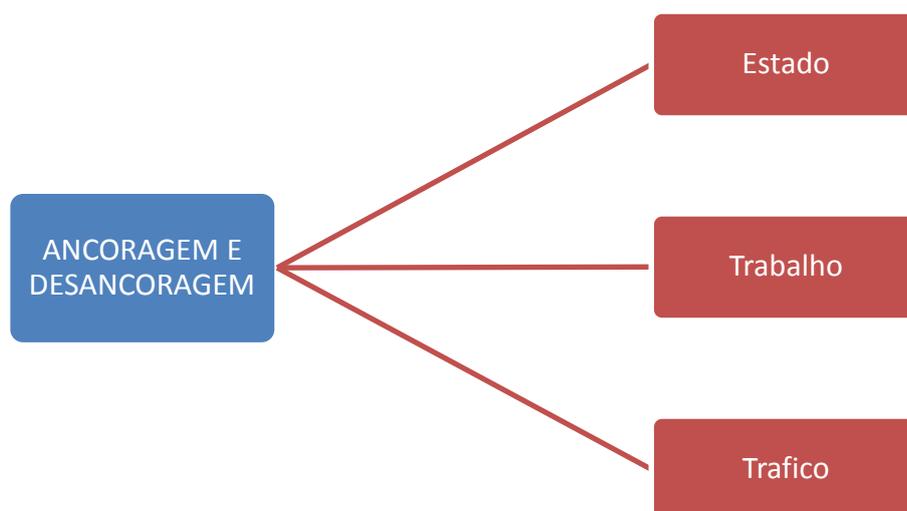
As categorias que ancoram o sujeito no laço seriam: o território, pois é nele que o sujeito estabelece seus vínculos comunitários e o torna mais permanente, contrapondo-se à instabilidade da rua. *“Eu vivo no Cimento, essa é minha referência, minha ancoragem”* (Pesquisador Social). A igreja e o atendimento também são considerados possibilidades de laço da Pop Rua com a comunidade local, assim como os aglomerados, a solidariedade, a gastronomia na rua e o lazer. Outras categorias ancoram o sujeito por garantirem seu bem-estar, diminuindo o desamparo, como a saúde, a qualidade de vida e as regras de convivência na rua. A transição e a autonomia são categorias que levam o sujeito para o convívio social através do trabalho, da rotina, do dinheiro e da responsabilidade.

Finalmente, a liberdade é o que garante que a permanência no laço não altere substancialmente o modo de vida da Pop Rua, ou seja, que conserve um aspecto importante e pelo qual muitos foram para as ruas.



**Figura 36. Categorias emergentes em relação ao conceito Ancoragem**

Alguns fatores importantes podem servir tanto como ancoragem quanto desancoragem, como o Estado, o trabalho e o tráfico. Todos os três têm o potencial de criar relações do sujeito dentro de uma comunidade, oferecendo benefícios e melhores condições de vida; entretanto, todos os três também têm o poder de enviar o sujeito para um ciclo de violência e desamparo.



**Figura 37. Categorias emergentes em relação aos conceitos Ancoragem e Desancoragem**

Finalmente, identificamos também fatores que corroboram para o rompimento do sujeito com sua rede de apoio e dos laços que o ligam à sociedade como um todo; são eles a dependência, a separação entre dois mundos, provocada pelo preconceito social, a falta de vínculos, marcada por não conhecer o outro que está ao seu lado, a migração, que distancia os familiares e amigos, a violência social e policial, o desamparo, o assistencialismo e o fim de ano, o qual traz lembranças do rompimento e pode ser o pontapé para desencadear uma nova cena de repetição da exclusão provocada e sofrida pelo próprio sujeito.

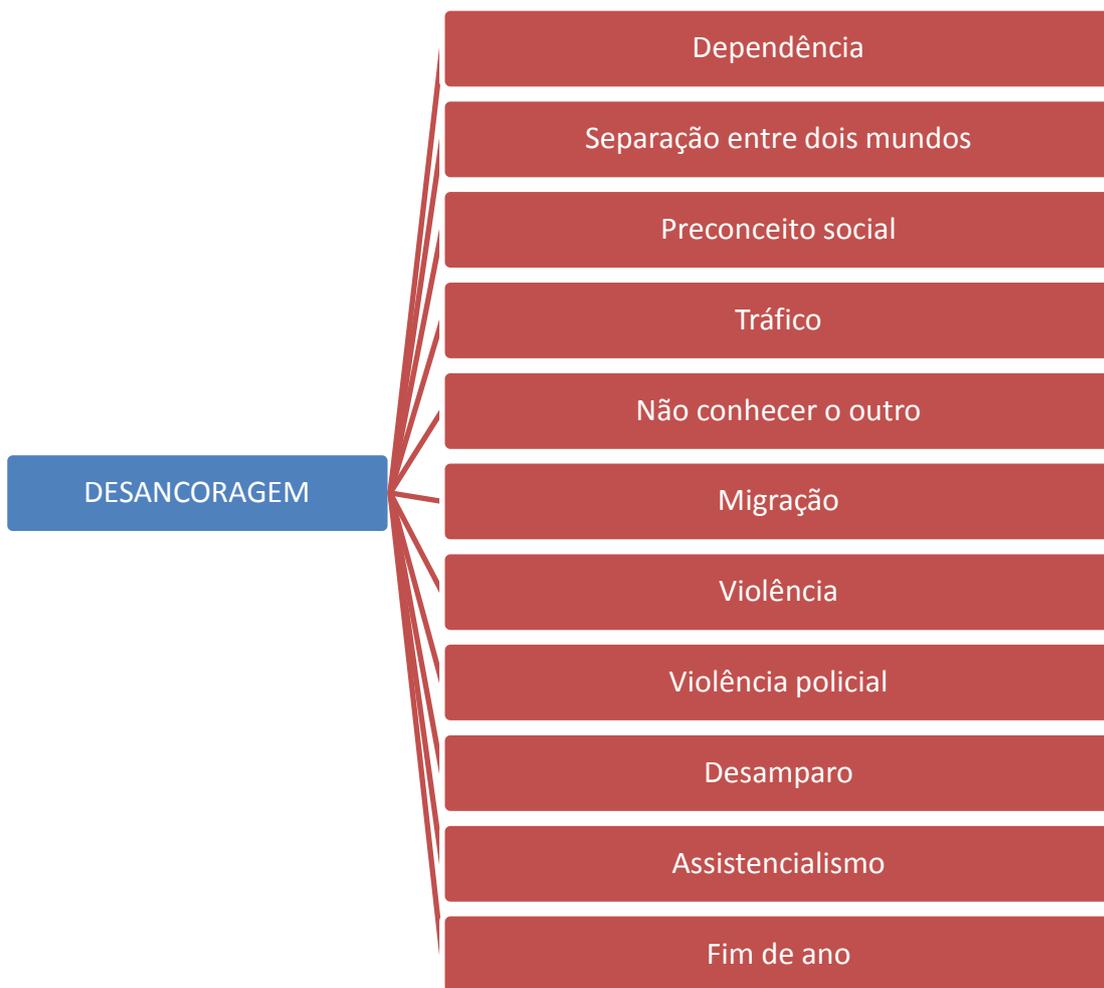


Figura 38. Categorias emergentes em relação ao conceito Desancoragem

## 5 DISCUSSÃO

### A questão das ancoragens

Os dados e situações levantados pela pesquisa demonstram uma enorme precariedade na vida nas ruas. Grande parte dos trabalhadores que desempenham suas funções nos mais diferentes setores, certamente já se fizeram a seguinte questão ao escutar alguém em situação de rua: *Como esta pessoa ainda está viva depois de tudo o que passou e está passando?* A escuta psicanalítica permite aqui alguns avanços na direção da construção de um clínica que dê conta destas situações, além de produzir um saber que pode ser utilizado nas mais diferentes situações de trabalho e colocado a serviço das equipes responsáveis pela implementação das políticas públicas.

É nessa escuta clínica nas situações sociais críticas que Broide e Broide (2015) desenvolveram o conceito de *ancoragens*. Ancoragens são os fios, muitas vezes invisíveis, que amarram o sujeito à vida. É necessário escutá-los, entendê-los, trabalhar com esses fios. Eles são a força da vida que mantém o sujeito ali, diante de nós. E o que são esses fios? São relações, são laços. No caso da população em situação de rua e em outras situações sociais críticas, muitas vezes esses fios de vida não estão na família, em um ou outro membro dela, mas podem estar na vida comunitária da rua, no cachorro companheiro fiel, no técnico, no comerciante que dá comida, no porteiro do equipamento, na namorada, no namorado, e assim por diante.

Esse fato é de grande relevância. Isso porque, como o campo da pesquisa e de outros trabalhos que desenvolvemos nas áreas sociais críticas nos demonstrou até o momento atual, a política pública na área da assistência está centrada no eixo da família. Se todos os esforços no caso da Pop Rua vão nesta direção, estamos trabalhando – não em todas, mas em muitas situações – na retraumatização do sujeito. Muitas vezes ele não quer e/ou não consegue ter contato com a família, por vergonha, pelo fracasso diante da vida e das oportunidades, ou mesmo em função das vivências de violência. Os laços foram rompidos e as situações ali vividas são dilacerantes. A retraumatização é um fenômeno a ser trabalhado com muito cuidado pelas equipes junto à população em situação de rua, razão pela qual o acolhimento e a escuta são essenciais.

### A ampliação do contingente de pessoas em situação de rua

A pesquisa indicou que houve ampliação do contingente de pessoas que podem ser consideradas em situação de rua na cidade de São Paulo. Além daquelas com o perfil estabelecido pelo Decreto 7.053 de 23 de dezembro de 2009, encontramos também egressos do sistema penitenciário, imigrantes, pessoas e famílias provenientes da periferia da cidade e grupos e pessoas que vivem nas ocupações. Famílias com crianças provenientes da periferia, moradores das ocupações e trabalhadores que preferem não voltar para suas casas durante a noite devido ao custo do transporte e/ou outros motivos, buscam doações feitas por ONGs, igrejas de todos os tipos e de grupos de amigos que voluntariamente distribuem roupas e comida, assim incrementando uma forma de assistencialismo descontrolada.

Todos esses segmentos mesmo não estando o todo o tempo em situação de rua utilizam os equipamentos da Prefeitura destinados à população em situação de rua, aumentando a tensão em todos os níveis de atendimento, quer seja pelo aumento da demanda de trabalho referida pelos técnicos, quer seja pela necessidade de criar possibilidades de atenção a um crescente número de assistidos com especificidades nas solicitações de assistência e cuidado.

### **Os programas de atendimento e a população em situação de rua**

A pesquisa detectou uma desconexão entre a população em situação de rua e os inúmeros programas de atendimento articulados com e pela prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo <sup>6</sup>. Raramente esses programas estiveram presentes nas falas dos entrevistados que vivem em situação de rua. Diferente é a situação dos programas de benefícios, pois muitos conseguem recebê-los. Ou seja, com isso estamos dizendo que os programas que oferecem a possibilidade de mudança na vida das pessoas raramente chegam à população em situação de rua. Elas conseguem acessar aqueles programas que as mantêm dentro do sistema assistencial. É necessário tornar públicos, de forma mais efetiva, os programas que retiram as pessoas do assistencialismo que as infantiliza ou estabelece relações de violência. Talvez seja o caso de serem montadas equipes volantes que circulem pelas ruas e pelos equipamentos para uma escuta eficaz dos que estão em situação de rua e apresentar de forma cuidadosa os programas em curso.

---

<sup>6</sup> Programa Operação Trabalho (POT), Programa Nacional de Acesso ao Ensino e ao Emprego (PRONATEC), Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante (CRAI), Promoção da Bancarização de Imigrantes, Projovem Urbano, Transcidadania, Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários.

Os dados da pesquisa nos mostram que não há uma carência de programas e equipamentos para a Pop Rua. O que há é, por um lado, um desconhecimento acerca das possibilidades ofertadas pelas políticas governamentais para que o sujeito saia da condição de dependência do sistema de assistência. Além disso, já está comprovado tanto pelas falas dos entrevistados que vivem em situação de rua, como pelos técnicos dos equipamentos, que a construção de equipamentos gigantes não contribui de forma efetiva para resolução da necessidade de acolhida e da construção de ações transformadoras.

### **Dificuldades no atendimento**

Vale a pena abordar aqui as dificuldades do atendimento à Pop Rua. Estes sujeitos, como já mencionamos algumas vezes nesta pesquisa, passaram por rupturas muito graves que deixaram inúmeras marcas psíquicas. Nesse aspecto, ajuda-nos muito um conceito importante da psicanálise que é o da transferência. Essa é a relação que o paciente, analisante, ou o atendido repete na relação com quem o atende um padrão histórico e conhecido, no caso em questão, , as rupturas dilacerantes pelas quais passou.

Ao repetir essas situações com o outro, com quem ele está no momento atual, o sujeito tanto deixa de ver o presente, como também, ao repetir, traz a tona toda sua história na relação com quem o atende. Assim, na repetição transferencial, Pop Rua traz ao equipamento, ao programa e à equipe técnica todas as rupturas e violências pelas quais passou, o que torna o atendimento muito complexo. Podemos dar um exemplo bastante claro. Os egressos do sistema penitenciário trazem as relações que existem nas prisões e no crime organizado muito arraigadas dentro de si.. É a forma que eles conhecem de se relacionar com o outro, consigo mesmo, com as instituições e com a comunidade onde vivem.

Ao chegarem nos equipamentos tratam a equipe técnica como carcereiros, estabelecendo com eles e com o restante dos usuários a mesma ética de violência que seguiam no presídio. Assim, o equipamento vai paulatinamente mudando suas regras e torna-se quase que um presídio. A equipe de atendimento, que não está acostumada a essa modalidade de relação e de ética, encontra-se então perdida e assustada. Restam-lhe duas alternativas: ou se submete ou enfrenta. Ambas geram medo, terror, desamparo. É necessário defender-se dessa situação. Como depende do trabalho para sobreviver, muitas vezes adota um padrão burocrático ou alienado de atendimento. A outra possibilidade exige da equipe um enorme esforço e não terá frutos se não lhe for dado todo o suporte que necessita em formação, supervisão e acolhimento.

## **A presença dos egressos do sistema penitenciário**

A ausência de uma política para o egresso de sistema penitenciário tem um forte impacto na rua. É muito comum que este saia diretamente da prisão para a rua, sem nenhuma alternativa de vida a não ser o crime organizado, que domina também a vida nas prisões através de determinadas facções, como o PCC no caso do Estado de São Paulo. A evolução desse lugar de egresso para a venda de drogas na rua se constitui num passo sedutor, visto que essas pessoas se encontram sem lugar para ir e sem projeto de vida viável.

Como esse fato é muito frequente e se espalha por toda a cidade, deparamo-nos nos mais diferentes lugares com a cultura, com a ética e com o controle do espaço pelo PCC. Este fato inclui também os equipamentos de atendimento para a Pop Rua, cujas equipes, sem apoio e sem preparo, precisam aceitar essas regras, muitas vezes pedindo a proteção e ajuda dos “irmãos”. Estamos, portanto, diante de um importante fenômeno, que é a implantação das regras e do modo de convivência dos presídios nas comunidades das populações de rua na cidade de São Paulo. A pessoa em situação de rua pode não aderir ao tráfico, mas certamente deve respeitá-lo. Acreditamos que esse seja um dos novos fatos graves, que altera a dinâmica anteriormente conhecida da vida nas ruas da cidade de São Paulo.

## **Dificuldade de gestão dos equipamentos**

Destacamos que é muito difícil reverter a situação colocada até agora em equipamentos com grande número de usuários. Somente na medida em que o sistema de acolhimento à Pop Rua estiver dentro dos princípios da Política Nacional Para a População de Rua (BRASIL, 2016), que indica 50 pessoas como número máximo de usuários nos equipamentos de acolhimento, é que haverá uma possibilidade muito maior de controle das instituições garantindo uma melhor assistência. Quanto ao crime organizado, sabemos que é muito mais difícil para o mesmo dominar um equipamento com 50 pessoas do que um destinado a mil usuários. É nessa situação que o egresso poderá ser atendido com todo o cuidado necessário, sem que seja obrigado ou consiga implantar as regras da prisão no local de atendimento.

## **O assistencialismo**

A relação da população de rua com a cidade está marcada pelo assistencialismo oriundo de todos os segmentos da sociedade. Este se compõe a partir dos diferentes grupos que distribuem alimentos e roupas pela cidade, pelas ONGs que vivem do atendimento a essa população e pela formação das equipes dos serviços públicos que se encontram adoecidas por esse trabalho de atendimento direto (difícil, e que gera frustração). É necessária uma forte mobilização por parte do Poder Público no sentido de propiciar outra visão de trabalho. Isso é possível através da articulação dos diferentes atores, sejam eles públicos, privados e/ou do terceiro setor, de forma a propiciar uma troca de experiências muito concreta, que explore as verdadeiras possibilidades de mútua cooperação entre os diferentes atores para a construção de uma política pública para a Pop Rua.

No que se refere à rede de atendimento direto, a pesquisa aponta fortes contradições. Se, por um lado, as pessoas em situação de rua necessitam e contam com a rede, por outro, tem um forte sentimento de dependência e rancor que se expressa através de relações onde falam de injustiças, humilhações e violências.

É importante salientar ainda que o atendimento oferecido pelo Estado muitas vezes gera como consequência uma institucionalização do sujeito que se beneficia da oferta de serviços, favorecendo que este se acomode à situação e passe a uma relação de eterna exigência, colocando-se em um lugar passivo demandante.

O assistencialismo faz com que a crítica facilmente deixe de ser construtiva e se torne uma demanda passiva, conivente com a burocratização do sistema assistencial. Isso dificulta sobremaneira a construção de projetos em que o movimento da Pop Rua ocupe o lugar de movimento social com o necessário protagonismo histórico para a melhoria de vida de seus membros.

Outro fator de extrema importância é que, quando o sujeito em situação de rua vai buscando e encontrando uma porta de saída, ele se vê novamente em uma situação de forte desamparo, pois não há nenhuma proteção fora da rede para quem está na situação de rua. Ele não tem mais o acesso à moradia, alimentação, ao trabalho das equipes de atendimento no acolhimento e à elaboração das fortes ansiedades que a tentativa de refazer a vida traz. Assim, ao encontrar trabalho, perde os recursos que tinha enquanto estava dependente da rua, o que o leva, contraditoriamente, a voltar para a situação de rua, onde se sente – e verdadeiramente está – mais protegido e amparado.

Novamente, estamos falando aqui da fronteira entre diferentes mundos e o forte sentimento de estar à deriva ou na terceira margem. É como atravessar a cerca de arame

farpado diante do campo aberto. Está-se mais seguro no campo de refugiados do que no território civil.

### **A capacitação das equipes**

É fundamental para execução das políticas públicas o investimento na capacitação das equipes. Essa capacitação só surtirá os efeitos desejados se houver uma discussão aprofundada sobre o trabalho realizado através da constante supervisão de casos e do uso de uma teoria interdisciplinar que dê conta da realidade existente. É esse tipo de capacitação que permite o que denominamos de “cuidar ao cuidador”.

As equipes estão adoecidas pela dureza do trabalho. O adoecimento se apresenta enquanto sintoma através da falta de acolhimento e de hospitalidade, da burocracia no atendimento.

## 6 CONCLUSÕES

### **O mundo da rua, com *outra temperatura e pressão***

*[...] um índio é outra coisa que um pobre. Ele não quer ser transformado em alguém 'igual a nós'. O que ele deseja é poder permanecer diferente de nós – justamente diferente de nós. Ele quer que o reconheçamos e respeitemos sua distância. Mais uma vez, esta é a escolha crucial da esquerda em nosso continente e no presente momento histórico mundial: pensar os 'índios' – isto é, todas as minorias – do planeta como 'pobres' ou pensar os 'pobres como 'índios' e agir politicamente nessa direção. (O índio em devir, de Eduardo Viveiros de Castro.*

A pesquisa envolveu todos. Promoveu a descoberta de situações de vida que geraram elementos de análise e que contribuíram para fazer pensar e indicar soluções. Confrontou dados e desacomodou posições pré-estabelecidas.

Confirmou, aprofundou e esclareceu algumas questões já sabidas. Uma delas, que nos parece fundamental para a formulação do Plano Municipal para a População em situação de rua, é que a vida nas ruas funciona de acordo com diferentes leis e concepções de tempo e espaço. Esse aspecto é estruturante, pois só tendo claro essa diferença é que é possível construir políticas públicas dignas. A citação de Viveiros de Castro nos convoca a pensar que não temos que transformar a pessoa que vive nas ruas, abrigos e albergues em algo diferente daquilo que ela é, mas trabalhar no sentido de resgatar o que ela perdeu, ou o que nela se perdeu. Compreender essas diferentes lógicas que se instauraram na vida das pessoas, a partir de rupturas tão radicais, é a direção de um trabalho no sentido da eliminação da desigualdade, e não na subserviência a uma lógica assistencialista. Tal é o desafio que se apresenta: *como construir uma política pública, que leve em consideração o sujeito, ou os grupos sociais, em suas peculiaridades e lógicas singulares?* A imagem que usamos é que, para conhecer a pulsação da vida na rua, é necessário entrar em um elevador e descer a outro mundo que funciona com diferente temperatura e pressão.

Nesse outro mundo, encontramos as pessoas que vivem nas ruas, nas calçadas, nos abrigos e albergues da nossa cidade em uma situação muito semelhante a dos índios, a dos imigrantes e refugiados, que perderam tudo em seu país ou território de origem. É muito importante que aqueles que operam nesse campo – do gestor ao trabalhador operacional –

possam escutar essa “outra língua”, construindo porosidades que eliminem o distanciamento entre esses mundos e criem uma comunicação universal na diferença.

As causas para a vinda de um sujeito para a vida em situação de rua são inúmeras. A maior parte delas, porém, inclui rupturas de diferentes ordens. Segundo Broide (1993) a vida nas ruas é o resultado de sucessivas rupturas que ocorrem no âmbito pessoal, familiar, institucional e comunitário. Podemos pensar que o ser humano desde que nasce vai estabelecendo diferentes relações cada vez mais abrangentes que lhe permitem um desenvolvimento e autonomia. Esses laços vão sendo estabelecidos com a mãe ou cuidadora, com a família, e com as instituições como a escola e a comunidade que lhe dão as relações afetivas, culturais, etc. Em cada um desses diferentes âmbitos o sujeito tem necessidades, constitui desejos e relações que lhe permitem a construção de sua vida.

No caso da vida nas ruas, o que vemos é uma quebra sucessiva desses diferentes laços, até o ponto em que há uma ruptura decisiva que leva o sujeito às ruas. Podemos dizer que há uma “queda”. Agora, todas as necessidades e desejos que eram realizados e construídos nos vários âmbitos aqui citados devem ser realizados todos ao mesmo tempo e no mesmo lugar que é a rua. É ali, portanto, que se refazem os laços afetivos, a sobrevivência, a aprendizagem, a vida comunitária, etc. Ou seja, o sujeito é forçado a viver uma espécie de relação regressiva, semelhante àquela que teve enquanto bebê com sua mãe quando esta era o único objeto de cuidado e ligação com o mundo. É a rua que agora ocupa este lugar.

Esse processo tem importantes consequências psíquicas. O que a experiência clínica de atendimento demonstra e esta pesquisa mais uma vez comprovou, é que em muitos casos estruturados de vida na rua o tempo passa a ser marcado pelas perdas que falávamos acima. Muitas vezes a pessoa não sabe, ou se confunde com o tempo em que está nas ruas. Um dia pode dizer um ano, no outro, cinco anos, em outro ainda dez meses. No que ele não se confunde é com as rupturas: “quando me separei”, “quando minha mãe morreu” e assim sucessivamente.

Além da alteração da noção do tempo, Broide (1993) destaca também uma alteração da noção de espaço. Se antes o sujeito realizava seus diferentes desejos e necessidades em distintos espaços, agora, todos eles se realizam na rua. A rua é depositária de seus afetos, sua sobrevivência, sua aprendizagem, sua comunidade, enfim, tudo está colocado na situação de rua.

Com relação ao tempo, outro aspecto a ser apontado é que a vida na rua leva a um inevitável imediatismo. Não é possível fazer projetos na rua. Eles se evaporam, não se

consolidam. A sobrevivência é uma luta a cada hora, em uma situação de extrema violência que costuma surgir de forma imprevista a partir de colegas, do rapa, da Guarda Municipal, da Polícia, da expulsão do albergue. Essa situação de extremo desamparo e violência só pode ser suportada com o anestésico do álcool e da droga, o que agrava ainda mais a situação daquele que está nas ruas.

É necessário falar ainda de outra situação que atinge as pessoas nesse outro mundo. Há determinadas situações onde essas diferentes e radicais rupturas são lembradas, mobilizadas. Geralmente são diante de um fato novo, de uma exigência nova ou de algo daquele mundo antigo, que está do outro lado da fronteira que irrompe do lado de cá. Pode ser uma notícia da família, ou algo que o remeteu a uma situação de ruptura. É neste momento que ocorre um fato que ainda não é levado em devida consideração no trabalho com a Pop Rua: é quando “bate a nave”. Esse é o momento em que, muitas vezes, todo o trabalho que foi até então realizado se desfaz, e o sujeito volta a sentir-se em frangalhos, destruído por todas as rupturas.

Com todas essas características de vida, a rua torna-se o que denominamos uma instituição total, e tal como uma prisão ou manicômio o sujeito fica ali capturado, aprisionado. Como sairá das ruas se ali agora se encontra tudo aquilo que para ele importa? Ao sair da rua, o sujeito mais uma vez encontra-se no profundo desamparo que encontrou no momento mais grave em que se concentraram todas as suas rupturas. Ficou sem nada e por isso veio para a rua. Agora, quando sai da rua, mais uma vez fica sem nada. Tudo aquilo que havia construído com um enorme esforço se esvai. É o duplo exílio. Um quando foi para a rua, outro quando sai desta e tem que deixar novamente tudo o que ali construiu. Fica à deriva tal qual o barco dos imigrantes clandestinos, ou como diria Guimarães Rosa, na terceira margem do rio.

São estas, portanto, as questões com as quais a política pública para a Pop Rua deve se defrontar. O Plano Municipal é uma importante possibilidade de encontrar caminhos que dialoguem diretamente com essa experiência radical de vida do outro lado da fronteira, nesse território que funciona de maneira distinta, por assim dizer, com outra temperatura e pressão. Os dados levantados na pesquisa mostram as enormes dificuldades de funcionamento dos equipamentos de acolhimento e da implementação das políticas públicas em todas as áreas do campo em questão.

**A seguir elencamos algumas sugestões a partir: (a) dos dados levantados, principalmente pelas pesquisas feitas pelos pesquisadores sociais, (b) das discussões e conclusões da pesquisa.**

## **A mudança do eixo da política pública para população em situação de rua**

Como vimos no item Discussão, o conceito de ancoragens pode modificar substancialmente a política pública evitando a retraumatização e possibilitando a descoberta de novas situações comunitárias. Assim, propomos ao Comitê Municipal Pop Rua que, em vez de o eixo de trabalho, visando à restituição dos laços sociais perdidos, ser a família, passe a ser as ancoragens. Entende-se com a pesquisa que as ancoragens do sujeito são as suas forças de vida, podendo estas serem a família ou não. A mudança do conceito que sustenta o trabalho permite que se busquem com mais precisão as soluções e projetos comunitários na reconstrução da vida, nas ruas e nos projetos habitacionais. Aqui o exemplo da favela do Cimento é exemplar. Seus moradores não querem sair individualmente porque sabem que, se romperem as ancoragens afetivas e de sobrevivência que construíram, voltarão a uma situação de fragilidade extrema.

## **Capacitação das equipes de trabalho**

Identificou-se, durante a pesquisa, a necessidade de capacitação das equipes de trabalho acerca do que é o “mundo da rua” através de conceitos que a pesquisa demonstrou serem relevantes para a formulação de programas, projetos e atendimento direto. A seguir, sugerimos temas específicos, porém não únicos, para essa formação que, em nossa visão, deve abranger todas as equipes em seus mais diferentes níveis, do operacional ou gestor:

1. O impacto das consequências psíquicas das rupturas e da vida no mundo da rua e de como ambos se apresentam na relação cotidiana de trabalho. A compreensão do que é o “mundo da rua” com suas relações, diferentes sujeitos e grupos e de como se estrutura e movimenta a fronteira entre os dois mundos é essencial para a qualificação e mudança da relação entre as equipes técnicas e a Pop Rua.

2. A compreensão do conceito de Hospitalidade que aborda como se recebe e o que acontece com alguém que chega “de outro mundo”, de outra cultura em um território estrangeiro. Essa é a sensação que a Pop Rua tem ao chegar aos equipamentos de acolhida. Quando isso não é entendido e abordado criam-se inúmeras situações e conflitos que perpassam as relações entre a população atendida e as equipes.

3. A compreensão do conceito de território e da geografia urbana que nos permite compreender as diferentes formas de relações que se dão e constituem o espaço da cidade.

4. Faz parte ainda da capacitação o cuidado ao cuidador, que deve ser realizado através da supervisão das equipes de trabalho. A construção de dispositivos adequados para a discussão de casos torna-se um espaço de profunda formação e reflexão sobre o trabalho de atendimento. A supervisão é o dispositivo que mais cuida do cuidador na medida em que abre um verdadeiro diálogo sobre suas dificuldades cotidianas no campo.

### **A constituição de dispositivos de acolhimento aos momentos de crise**

Em função dos dados apresentados até o momento fica claro que a crise, ou quando “bate a nave”, é um dos momentos mais complicados do trabalho com a população em situação de crise. Geralmente, todo ou grande parte do trabalho se perde, fazendo com que o sujeito retorne a um momento de profunda dor e autodestruição em função de como se conecta com suas diferentes rupturas no momento da crise. A consequência se dá nas duas pontas: tanto no sujeito que cai mais uma vez, quanto na equipe que o atende, que vivem uma intensa frustração.

Esse é um dos problemas mais críticos do trabalho com a Pop Rua. Em função disso, propomos a criação de um ou mais grupos de técnicos especializados em intervir nos momentos de crise, quando “bate a nave”. Esse é o momento de uma ação complexa que exige que a equipe vá em busca do sujeito, aguente sua crise e tolere escutar a sua mais profunda angústia, que muitas vezes se transforma num mergulho no álcool, nas drogas e ações fortemente destrutivas. Essa equipe, em nosso entendimento, deve ser formada por técnicos experientes, estudiosos e com um forte desejo pelo seu trabalho de resgate da vida. Esse grupo deve ter uma atenção especial tanto no que se refere à supervisão, como à formação teórica.

### **A questão do trabalho**

A mudança da noção de espaço e tempo e o conceito da rua enquanto instituição total são fundamentais para entendermos a dificuldade da Pop Rua com o trabalho formal, que muitas vezes é impossível de ser recuperado. Este se torna inviável para muitos na medida em que teriam que reverter o processo que explicamos acima de forma muito rápida. Esse é o motivo do constante fracasso das políticas de emprego para a Pop Rua.

Assim, é necessário que o trabalho seja pensado fora dos moldes do mercado formal. Um bom exemplo disso é o grupo de pesquisadores sociais que demonstrou um

alto grau de compreensão de sua tarefa e absorveu um profundo saber sobre pesquisa qualitativa, o que lhes permitiu desvelar situações complexas do trabalho de campo. Eles podem, através de outra forma de organização e gestão – como a realizada pela Economia Solidária – realizar pesquisas em outras situações de grave exclusão social como ouvidores de direitos humanos, ou de outras situações críticas vividas nas ruas da cidade.

É nesse sentido que devem ser buscadas alternativas que de alguma maneira contemplem esse ciclo de vida que apontamos. Essas alternativas podem ser individuais e coletivas e devem estar sustentadas em um importante trabalho de elaboração realizado por equipes técnicas com preparação adequada.

Sugerimos aqui também a expansão da metodologia de formação de pesquisadores sociais para outros setores da prefeitura, a fim de que se criem grupos de trabalho com as mesmas características para o mapeamento de situações sociais críticas. É importante também a articulação com a Senaes<sup>7</sup>, e com o Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e a Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários para que se identifique quais os empreendimentos solidários com potencial verdadeiramente orgânico a população em situação de rua, como: lavanderias, *foodtrucks* (comida da rua), montadores de palco, eventos culturais e outros. É fundamental que a situação laboral seja acompanhada com muito cuidado e competência por equipes preparadas para a tarefa.

Quanto ao trabalho ilegal, faz-se necessário ampliar a exigência e monitoramento por parte da prefeitura na comprovação de trabalho legal quando da contratação dos serviços diretos e das empresas terceirizadas que utilizam da mão-de-obra de moradores em situação de rua.

### **A questão do assistencialismo**

Como já foi dito, no item Discussão, o assistencialismo tem consequências gravíssimas. Enquanto o sujeito está em situação de rua ele tem, bem ou mal, uma assistência que oferece alimentação, moradia e uma mínima atenção. Mas quando o trabalho assistencial fica focado no presente, ele impede o futuro. É importante ressaltar, no entanto, que sem uma sustentação psíquica, quem está na situação de rua muitas vezes não consegue usufruir de tais programas. A experiência de construir a autonomia mobiliza

---

<sup>7</sup> Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

o sujeito como um todo e o remete a todas suas perdas. Assim, propomos que seja construída outra modalidade de relação entre Estado e as equipes técnicas e a Pop Rua, onde possa ser escutado quem é esse sujeito e se estabelecer um diálogo de mútuos compromissos que constituam um projeto de vida individual e coletivo articulado com o conceito de ancoragens. É necessário, também, criar um modelo de avaliação dos equipamentos em que tanto os usuários quanto os técnicos possam ser ouvidos para promover o desenvolvimento constante dos projetos e programas, fortalecendo-se a estratégia das assembleias já existentes e submetendo suas discussões e resultados ao monitoramento pelo poder público para o aprimoramento.

### **A questão da moradia**

Os dados da pesquisa confirmam uma vez mais que a questão da moradia para a Pop Rua é de grande complexidade. Inicialmente, é importante colocar mais uma vez que esta é diversificada, e como tal, demonstra diferentes desejos. Temos os que preferem dormir na rua, pois não suportam os equipamentos da prefeitura, os que estão na rua enquanto trabalhadores e utilizam os equipamentos municipais, os que estão em malocas e até os em buracos das pontes das Marginais do Tiete e, talvez, do Pinheiros.

A moradia faz parte do direito à cidade, e o que pudemos entender que é fundamental é que ela esteja dentro de uma centralidade urbana que permita o acesso aos diferentes serviços, como transporte, saúde, cultura e lazer. Outro aspecto ainda essencial no que se refere à Pop Rua é que a moradia deve estar onde o dinheiro circula, tanto em espécie, quanto na forma de doações que provêm dos grupos e situações já citados, como também dos comerciantes locais, em especial no que se refere à comida e às necessidades básicas. Por outro lado, os preços dos terrenos nas áreas centrais são altos, e existem poucas áreas livres e desimpedidas juridicamente.

Há ainda a questão comunitária, que é outra importante contradição. Por um lado, os grandes espaços tendem a ter problemas de convivência comunitária, o que dificulta sobremaneira a construção de projetos de fato inclusivos, e como dissemos há pouco, são facilmente dominados pelo crime organizado. Por outro, a Pop Rua se organiza em comunidades que têm um caráter afetivo e de sobrevivência material, e é esta comunidade que geralmente traz as novas ancoragens que permitem a vida psíquica e material na rua.

Nossa sugestão ao Comitê para a construção do Plano Municipal é que este promova a realização de um Seminário Internacional sobre moradia para a Pop Rua. Esse

evento poderia ser articulado em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e teria por objetivo a realização de um debate profundo com as forças vivas do Brasil e do exterior que tenham desenvolvido experiências inovadoras aqui e em outras cidades do mundo.

Ainda no âmbito do Seminário, sugerimos que o Comitê se articule com os diferentes atores e projetos possíveis, pensando em como, no curto, médio e longo prazo, o tema da moradia para a Pop Rua pode ser pensado e articulado na cidade com os diferentes setores da política pública e forças privadas que queiram aderir ao projeto para que as propostas possam ser incluídas de forma consistente no Plano Municipal. A realização do Seminário sobre o problema da moradia da Pop Rua pode ser muito útil na busca de soluções à tão grave questão.

### **A questão LGBTT e a interface com a rua**

A rua tem sido o destino de muitas pessoas do grupo LGBTT. É um grupo que sofre um forte processo de exclusão social e de preconceito. No caso das travestis, na maior parte das vezes estas são forçadas a se prostituir para sobreviverem e efetivarem a transformação de seu corpo. Encontramos casos muito graves de travestis, já em seu momento de decadência, vivendo em buracos nas ruas e outras situações extremamente críticas. Nossas sugestões ao Comitê Pop rua é que este invista na criação de ações que propiciem a agilização nos processos de mudança de nome e na construção de banheiros da diversidade nos equipamentos da Prefeitura. É necessária, também, a capacitação profissional nos equipamentos para o atendimento da população LGBTT que tem necessidades específicas. Propomos ainda a criação de campanhas que previnam a reprodução do preconceito e da exclusão (incluindo orientação ao uso dos banheiros quando há presença da “diversidade”), tanto dentro quanto fora dos equipamentos socioassistenciais a essa população.

### **Articulação das políticas públicas**

Ao longo da pesquisa foi possível perceber uma grande dificuldade de articulação dentro do governo e nas secretarias que participam do Comitê, tanto através das falas da população de rua quanto as dos gestores e trabalhadores. É fundamental que o Comitê Pop Rua envolva e comprometa os parceiros de forma continuada e efetiva. O desafio de construção e fortalecimento de uma rede interna vigorosa é fundamental na construção das interfaces para a qualidade do trabalho e construção da política. Ainda no âmbito interno

do Comitê, é importante o aprofundamento da articulação entre os diferentes movimentos organizados de pessoas em situação de rua e a articulação das outras secretarias de forma não burocrática, apenas marcando a presença no Comitê, sem que tenham condições de disparar as ações debatidas relativas a seu âmbito de atuação. Ou seja, é necessário que a participação das secretarias no Comitê tenha voz em suas respectivas áreas de atuação.

Essa articulação também é necessária dentro da própria SMDHC, através do engajamento das ações com as diferentes coordenadorias que têm interface com a Pop Rua, no caso: LGBT, Crianças e Adolescentes, Direito a Cidade, Educação em Direitos Humanos, Migrantes, Idosos, Trabalho Decente e Políticas sobre Drogas, Juventude, Mulheres, Igualdade Racial.

### **Fóruns com os diferentes grupos que realizam as doações para população em situação de rua**

A pesquisa identificou inúmeros grupos religiosos, de ONGs, de amigos que fazem a distribuição de alimentos, roupas, brinquedos, cobertores e objetos de toda a ordem no centro da cidade, na região da Sé. São eles que atraem um grande número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, que não são necessariamente a população de rua clássica. O conhecimento e a articulação desses diferentes grupos e seus objetivos e metodologias de trabalho podem contribuir para que essas ações espontaneistas se transformem em políticas mais robustas mediante a articulação com o poder público. Para tanto, seria necessário o mapeamento dessas iniciativas, bem como contatos em profundidade entre esses grupos e o grupo de trabalho do Comitê Pop Rua responsável pela formulação e implementação do Plano Municipal. A partir daí, é possível criar Seminários, em busca de soluções conjuntas para problemas comuns, cursos e supervisões técnicas que contribuam para o aprimoramento dos trabalhos realizados por esses diferentes grupos.

O reconhecimento da existência dessa população que se encontra no que estamos denominando de “faixa porosa” (que não são considerados Pop Rua, mas vivem a mesma vulnerabilidade) traria ganhos inegáveis a toda política pública. Primeiro, porque se reconhece aquilo que existe. Segundo, porque se faz necessário que sejam realizados diferentes projetos e programas para os distintos grupos que vêm surgindo nas ruas.

É necessária uma discussão muito aprofundada sobre o tema que examine a necessidade de alteração de alguns critérios de contagem do Censo Pop Rua, que terão implicação sobre o número da população em situação de rua.

Ainda na esteira do reconhecimento dessa faixa de população, é este que permitirá uma maior articulação da política pública com a Habitação, com a Saúde, com a Coordenadoria dos Imigrantes na SMDHC e assim por diante.

Por fim, ainda no tocante a esse aspecto, pensamos ser de fundamental importância que a política pública contemple tanto os novos grupos presentes na vida das ruas da cidade, como os já existentes, no sentido de uma política que dê conta da verdadeira diversidade da Pop Rua.

O objetivo desta pesquisa foi o de subsidiar o Comitê Pop Rua para a construção do Plano Municipal para a População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo. Trabalhamos ao longo de 12 meses, e tivemos resultados importantes em um processo complexo que envolveu o próprio Comitê Pop Rua, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, o secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, a Coordenadoria de População de Rua da SMDHC, outras Secretarias de Governo, diferentes movimentos sociais que têm contato com o tema, e intelectuais também vinculados à área (jornalistas, antropólogos, educadores, etc.) que foram interlocutores durante o processo de realização da pesquisa.

O papel do Comitê Pop Rua será central para a construção do plano, e nesse processo terá a importante tarefa de articular os dados das duas pesquisas: a quantitativa realizada pela FIPE, através da SMADS, e a qualitativa realizada pela SUR, através da SMDHC. Além de articular as duas pesquisas, o Comitê merece se apropriar delas. Divulgar seus resultados, utilizando os dados no diálogo com as Secretarias de Estado e com os movimentos sociais. Os resultados das duas pesquisas devem se constituir como verdadeiros subsídios para o Comitê, uma vez que não são denúncias sem fundamento concreto, mas resultantes de trabalhos investigativos e profundos.

Pensamos ainda que o comitê Pop Rua tem um importante papel na medida em que a pesquisa detectou que a Pop Rua conhece muito pouco acerca dos inúmeros programas intersetoriais e articulados entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e que são implementados pela Prefeitura Municipal. Para que esses programas possam funcionar em sua plenitude é necessário que a Pop Rua tenha notícias de como estes funcionam e que sejam criadas formas de conexão entre os possíveis usuários e os executores. Seria muito interessante se o Comitê desenvolvesse uma campanha de

divulgação dos programas nas próprias ruas, o que poderia ser executado pelas equipes técnicas ou mesmo por membros do Comitê e remanescentes da equipe de pesquisadores sociais.

O problema da Pop Rua não é exclusividade da cidade de São Paulo; diz respeito às médias e grandes cidades no Brasil e no exterior. Nessa medida, pensamos que a SMDHC foi pioneira! Tanto ao apoiar a demanda feita pelo Comitê Pop Rua, quanto ao apostar em um método inovador de investigação que contou com o protagonismo de pessoas em situação de rua na função de pesquisadores. Seguir investindo nessa direção é fundamental. Consideramos importante que a SMDHC construa diferentes dispositivos coletivos para apresentação dos resultados da pesquisa para a imprensa, em eventos nacionais e internacionais e outros, o que trará substanciais contribuições ao Plano Municipal e ao desenvolvimento do mesmo.

Esses dispositivos não são necessários somente para dar visibilidade aos resultados da pesquisa, mas são maneiras de seguir a pesquisa, uma vez que cada apresentação pública gera um debate, novos elementos são trazidos à tona, e podem ser incorporados. Ou seja, esse é um modo de a pesquisa continuar garantindo a sua vocação: ser participativa!

## **7. PESQUISA DOCUMENTAL CRÍTICA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E JORNALÍSTICOS**

A pesquisa documental crítica consistiu no levantamento e sistematização de referências com foco na população em situação de rua nos territórios prioritários. Foram pesquisados artigos e textos acadêmicos, notadamente na base de dados SciELO (SciELO – Scientific Electronic Library Online), assim como notícias de jornais e revistas acerca do tema. O SciELO é hoje uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Além disso, é o resultado de um projeto de pesquisa da Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em parceria com a Bireme – Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, todos órgãos reconhecidos de apoio à pesquisa acadêmica.

Além de artigos acadêmicos, também acessamos as principais referências sobre o tema em formato de dissertações de mestrado e teses de doutorado no intuito de um recorte possível no panorama atual das produções científicas acerca do tema população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Através do levantamento de todos os artigos disponibilizados no SciELO, foram identificados 42 artigos referentes à população em situação de rua e um total de 16 artigos específicos sobre a temática na cidade de São Paulo. Desse universo de 16 artigos, destacamos que, da maior parte dos trabalhos, dez dizem respeito ao tema “políticas públicas na área da saúde”, três estudos tratam de “metodologias de intervenção e processos de investigação sobre a questão da pessoa em situação de rua”, um aborda as “circunstâncias da exclusão social e da situação de rua pelo processo saúde-doença (deficiência física)”, um diz respeito a “práticas alternativas de trabalho para o enfrentamento da informalidade e promoção de cidadania” e, por fim, um estudo fala sobre a “questão dos idosos em situação de rua e as diferentes formas de comunicação como exercício de cidadania deste segmento da população”.

Além desses artigos foram consultadas a dissertação de mestrado de Daniel de Lucca, “A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua” (2007), e a de Jorge Broide, que engloba, dentre diferentes temas, uma investigação a respeito dos vínculos do “mundo da rua”, buscando levantar o que constitui a rua para as populações marginalizadas por meio de uma psicoterapia de grupo de base

analítica na rua e a vinculação desse trabalho na implantação de políticas sociais condizentes com a problemática em tema.

Dos estudos relativos ao tema “políticas públicas na área da saúde”, 90% enfatizam questões relativas às dificuldades e iniquidades bastante claras no acesso da população em situação de rua ao direito à saúde, especificamente para chegada à assistência aos serviços de saúde (e também da assistência social). Constata-se que essas dificuldades impedem ou precarizam o acesso ao direito à saúde dessa população.

Para Carneiro Jr. e Silveira (2003), as dificuldades aparecem, por exemplo, em torno da exigência de comprovante de residência para matrícula em serviços de saúde, maus tratos no atendimento em decorrência de aspectos relacionados à ausência de cuidados de higiene pessoal e ao alcoolismo, dificuldade para internações em hospitais de retaguarda, por não possuírem famílias que se responsabilizassem por eles. Dificuldades de utilização dos serviços de saúde por esses indivíduos também se devem à concepção do adoecimento-cuidado, organização técnico-administrativa dos serviços, preconceitos de profissionais e usuários e fragilidades de ações intersetoriais, segundo Carneiro Jr. (2010). De outro lado, Canônico (2007) constata que há muita resistência por parte dessa população em aderir à unidade de saúde como usuário do SUS e reconhecer que é preciso cuidar da saúde. Converte diante da noção de que os serviços de saúde rejeitam a população em situação de rua, com justificativas de que precisam de higienização e documentação para serem atendidos.

Borysow e Furtado (2014) apontam dificuldades burocráticas dos centros de acolhida em receber no inverno essa população; faltam vagas, de modo que a equipe pesquisadora constatou isso enquanto recolhia escarros para exames durante a noite. Outra característica que foi possível apreender do modelo de proteção explicitado pela política dos centros de acolhida foi o fato de priorizarem e disponibilizarem melhores instalações para aqueles que não sejam homens ou mulheres sozinhos, “que em geral são suspeitos e merecedores de estigma do imaginário de que, não sendo uma família, passam a vida ingerindo drogas e/ou álcool, ou apresentam problemas mentais”.

Há, para os autores, de certa forma a “promoção” do abrigo e proteção aos que se apresentem como uma família, o qual é sempre mais bem assimilado dentro de padrões e modelos normativos que entendem como tal a família nuclear heterossexual. Há albergues para alojamento de famílias, onde, nesse caso, se admite a privacidade. Também esses são os “casos” que, considerados como de “bom comportamento”, podem candidatar-se a entrar na lista para receberem uma moradia nas habitações construídas

pelo Estado. Aponta-se ainda para o problema de que centros de acolhida seguem uma lógica que não considera normas de saúde pública; dessa maneira, não separam espaços para os que referem estar doentes ou têm sintomas respiratórios. Para tal, avalia-se que os equipamentos necessitariam de reformas e modernização, assim como de um maior espaçamento entre as camas e da diminuição do número de pessoas em cada cômodo de alojamento. Dormir na rua, ao relento, passava a ter o significado de tornar o corpo mais fraco e por isso de correr o risco de contrair a doença e amanhecer morto.

De outro lado, o centro de acolhida aparecia como uma proteção, mas representava também a ameaça do desconhecido, de contrair a tuberculose do outro, que quando desconhecido não é o mesmo que compartilha o espaço da maloca; na maloca, os que se agrupam estão sempre a testemunhar o que acontece com o que está do lado, seja para proteger, seja para pedir socorro.

Discutem ainda que, no plano institucional, a estratégia que vem sendo utilizada em relação às populações de rua tem sido a prática da remoção das “malocas”, ou dos utensílios – colchões, caixas de papelão, cobertores, etc. – que propiciem ocupar algum lugar nos espaços da cidade, visando “educar” a população a buscar os serviços que a municipalidade oferece, como as casas de convivência, tendas, centros de acolhida.

Diante disso, os autores trabalham com a noção de que a relação da população de rua com esses espaços e serviços se dá a partir de diferentes táticas utilizadas e de maneiras de “se virar” no dia a dia. No tocante à instituição saúde, o enquadre institucional tem cada vez mais intensificado a categorização dessa população como “desviante”, justificando assim sua filiação aos enquadres da “saúde mental”. Nesse sentido, o uso do álcool e de drogas tem servido de insígnia para classificá-la na categoria de “usuária de álcool e drogas” que necessita de atendimento especializado. Notamos que esse enquadre passa a ser muitas vezes internalizado pela população de rua, em um sentido tanto culpabilizante como tático, quando se trata de obter algum recurso. No caso específico das mulheres em situação de rua, atuar de forma agressiva como “portadora de distúrbio mental” surge como uma tática de defesa.

Nessa perspectiva, diante das barreiras e precariedade do Estado ao acesso da população de rua aos bens e serviços, a população de rua, portanto, utiliza-se de “táticas” para sobreviver ou enfrentar o cotidiano.

A hipótese mais abrangente é a de que a realidade atual é formada por práticas assistenciais isoladas, assistencialistas, centralizadas que sustentam e cronificam a situação de rua, e que ainda trazem no seu bojo resquícios higienistas e sanitaristas, na

ótica da remoção das populações em circulação pelas cidades. Como dificultadores desse processo, ainda pôde-se constatar o desencontro de informações, o despreparo das equipes para o trabalho em conjunto, a centralização dos poderes e a hierarquização, além dos interesses políticos e econômicos que se encontram em jogo em todas as relações.

Concluindo-se sobre a questão das dificuldades de acesso ao direito à saúde, apesar de a repressão às malocas ser justificada pelo poder público como uma ação coercitiva para que a população de rua procure os equipamentos, a lógica dos serviços impõe barreiras burocráticas à entrada nos centros de atendimento e nos albergues. Essas barreiras parecem responder a uma lógica da relação do Estado com essa população. Discute-se que o fato de o Estado não atuar, ou atuar de forma precária ou dificultar o acesso a quem se encontra nas margens, não significa necessariamente que esteja fraco ali, mas, pelo contrário, colocar entraves significa exercitar sua força nas margens para se reconstruir ou atualizar sua posição.

Sessenta por cento dos artigos sobre “políticas públicas na área da saúde” falam sobre a importância da estratégia de ações intersetoriais. Os diferentes estudos demonstram que o sucesso desses programas depende de ações intersetoriais e interinstitucionais, institucionalizadas e duradouras, através da atenção primária, da integralidade e da participação social.

Para Santana (2014), o trabalho intersetorial, contudo, carece de experiências e estudos quanto à sua implantação no âmbito da organização de serviços de saúde. Nesse aspecto, uma avaliação detalhada dos resultados das ações dos consultórios de e na rua poderia contribuir para a diminuição da lacuna existente entre as políticas públicas, o conhecimento e a sua aplicação na prática.

Alguns estudos apontam dificuldades específicas de integração entre as instituições da saúde e assistência social no que se refere aos cuidados à população em situação de rua. Argumentam que a área da saúde mental opera de modo fragmentado, ficando a população em situação de rua sob total responsabilidade da assistência social, de modo isolado, e se acentuando o processo de desfiliação desse segmento populacional. Para Borisow e Furtado (2014), o serviço de assistência social é a principal porta de entrada desse segmento na rede pública das políticas assistenciais e o serviço de saúde mental tem dificuldade em responder às especificidades do mesmo segmento e em estabelecer trabalho intersetorial.

Souza, Silva e Caricari (2007) destacam que ações intersetoriais e intersecretariais carecem da participação mais efetiva do setor trabalho e do setor habitação, pois, na

problemática aqui apresentada, tal participação é de fundamental importância para uma transformação real nas condições de vida e saúde da população em situação de rua.

Alguns trabalhos dizem respeito à desfiliação à qual a população em situação de rua está submetida, como um processo progressivo de perdas que interferem na autoestima, autonomia, saúde mental e qualidade de vida dessas pessoas.

Alguns estudos do tipo pesquisa-ação dedicaram suas análises sobre as práticas de saúde *in loco*, isto é, nas ruas, a exemplo das equipes dos consultórios na rua e dos agentes comunitários de saúde pela Estratégia Saúde da Família. Outros estudos detiveram-se em equipamentos socioassistenciais, como Centros de Saúde-Escola e Centros de Acolhida. Os estudos *in loco* apontam para a importância de prestar esse tipo de assistência e de atuar de forma integrada com os diversos segmentos da comunidade para estabelecer canais de diálogo. As “visitas domiciliares” passam a ser “visitas de rua”, com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças, com experiência de adaptações na oferta do serviço de saúde às demandas das pessoas em situação de rua (exemplo: família é aquela “constituída por indivíduos declarados no momento do cadastro”; cadastro que contemple particularidades, como existência de animal de estimação, locais para refeições e higiene, entre outros aspectos).

Dois estudos apontam a importância de desenvolvimento de capacitação específica das equipes, tendo sido fundamental a incorporação de temáticas e reflexões sobre a situação de rua, peculiaridades do processo saúde-doença-cuidado nessa população, incluindo-se processo de supervisão técnica intensiva e particularizada, pois alguns agentes apresentaram necessárias intervenções assistenciais, em especial no campo da saúde mental. Conclui-se que é preciso mobilizar nos profissionais não apenas o interesse em atender essa população, mas desenvolver a habilidade da escuta, seu principal instrumento de trabalho, para descobrir as reais necessidades das pessoas em situação de rua.

Dois estudos trabalham com a ideia do desafio de mudança de uma atenção voltada para ações assistencialistas por uma de emancipação do sujeito, com a valorização do protagonismo social. Esse é um processo que, além da participação efetiva da população de rua, requer a revisão dos conceitos e a reflexão sobre as práticas, atentando para a coerência entre eles.

Um estudo observa que há prevalência maior de algumas condições na população de rua quando comparada às da população geral, como gestações seis vezes; alcoolismo 30 vezes e tuberculose 57 vezes – demonstrando, proporcionalmente, o grau de

vulnerabilidade desse grupo. Aponta-se também que a vulnerabilidade na população em situação de rua é expressa por pouca longevidade, escassez de acesso aos recursos privados e públicos, além de carência de educação básica, segundo Carneiro Jr (2010).

No que se refere às crianças e adolescentes em situação de rua, apenas um estudo debruçou-se a respeito, pontuando que esse segmento reflete um processo de intensificação da vulnerabilidade (que culmina na desfiliação) a que estão submetidas milhares de famílias brasileiras, em virtude do quadro de extrema desigualdade social vivenciado em nosso país. Apresentam-se os dados de que a maioria das crianças e adolescentes, embora estivessem em situação de rua, ainda estabeleciam contato com a família (“mantinham o vínculo familiar”), constatando a ausência paterna na maior parte das famílias, com a noção de que um dos possíveis motivos para a entrada na situação de rua se dá pela vulnerabilidade familiar, relacionada muitas vezes à violência, segundo Gontijo e Medeiros (2009).

Também um único levantamento foi feito quanto aos idosos, apresentando a ideia de que as ONGs e instituições da assistência social são agentes fundamentais na retirada do idoso da situação de rua ou vulnerabilidade social e no resgate da autoestima; entretanto, apontam-se a escassez de instituições e políticas públicas voltadas para o idoso, segundo Frias (2014). Trabalha-se a partir da noção da inclusão digital do idoso como forma de resgate da autoestima, dignidade, laços afetivos com familiares e sociedade, melhorias cognitivas

Concluindo a respeito das “políticas públicas de saúde”, a maioria dos estudos discute situações de práticas de saúde que procuram operar, o máximo possível, na situação de rua, seja nas esferas do psíquico e do biológico – aplicação de medicamentos, coleta de exames, atendimentos individuais, entre outros –, seja na esfera da assistência social – encaminhamentos para equipamentos sociais, orientação previdenciária.

Apesar das dificuldades, a política adotada para a atenção à saúde da população de rua criou e promoveu o acesso à atenção básica, segundo diferentes estudos. Um fato que adquire positividade no campo da atenção à saúde é quando se identifica nela uma dimensão intersubjetiva; algumas unidades de saúde concentram profissionais que tomam a “causa” das populações em situação de rua e, a partir daí, subvertem os processos institucionais, viabilizando uma atenção para além dos dispositivos de adaptação dos sujeitos a modelos de disciplina e de adesão a “procedimentos técnicos”. Muitos estudos apontam que o setor saúde tem um papel importante nessa tessitura, na perspectiva da

promoção da saúde, devido a sua trajetória histórica na elaboração de uma política pública pautada nos princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade.

Sobre o tema “metodologias de intervenção e processos de investigação sobre a questão da pessoa em situação de rua”, todos os três estudos atentam para o processo de rupturas e perdas total ou parcialmente das redes de suporte que garantiam a sobrevivência das pessoas em situação de rua quando ainda em um contexto externo à condição de vida na rua como uma característica comum dessa população e fator para a chegada à situação de rua.

Alguns estudos apontam ainda para a questão do desafio de uma relação de dependência de relações por parte da população de rua e baixa autonomia diante dessa desfiliação a que está submetida nos grandes centros urbanos.

Os estudos encontrados também dizem sobre dificuldades no acesso das pessoas em situação de rua às experiências metodológicas desenvolvidas, tanto por adoecimento e limitações físicas, segundo Alvarez (2011), quanto por rotatividade, desmobilização, bem como um interesse intermitente por parte do grupo envolvido nas discussões por parte das pessoas em situação de rua ao processo de trabalho desenvolvido e dos estudantes e profissionais envolvidos, segundo Garcez Ghirardi (2015).

Ainda para esse último autor, um outro fator que parece ter dificultado a participação dos sujeitos nas discussões e na estruturação de um projeto cooperativista é a lógica capitalista subjacente e vigente às representações sociais do trabalho em nossa sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho é visto como uma atividade econômica exercida por meio de uma relação de contrato e caracterizada simbolicamente pelo registro em carteira profissional, e o que fica à margem dessa referência é entendido como uma alternativa provisória/temporária. Percebeu-se ainda a dificuldade dos moradores de rua estudados de se manterem no processo resiliente sem o apoio efetivo da sociedade civil e do Estado, a partir de políticas públicas voltadas para esse tipo de população.

Alguns estudos investigam sobre a contribuição das experiências de metodologias de intervenção para ampliação dos processos de formação e da inscrição social das pessoas em situação de rua. Nesses estudos criam-se e aplicam-se recursos metodológicos que visam à mobilização de vivências e produção de conhecimentos com perspectiva à promoção de abertura de espaços de encontro e de transformação dos participantes.

Alvarez, Alvarenga e Della Rina (2009) e Alvarez et al (2011) convergem nos termos de um processo formativo que impõe um deslocamento, um “movimento naquele que o recebe”, criando e recriando sentimentos e sentidos ao contato do recurso

metodológico utilizado, no caso o “conto evocativo de encontro transformador”. Vincula-se aí a hipótese acerca da capacidade de sair do próprio lugar, isto é, de empatia, possibilitando aos moradores de rua ultrapassar o sentimento de vergonha e desconfiança na sociedade, promovendo espaço potencial de confiança, o qual se afirma ser necessário para que pudessem novamente “olhar-se”.

Em consonância a tais indicações, outro estudo discute-as pela via dos projetos de trabalho dirigidos a essa população, os quais devem buscar a mudança do papel de excluídos da ordem e da produção, potencializando as capacidades individuais dos sujeitos e resgatando a autonomia deles, de modo que consigam se inserir em coletividades por meio de uma outra lógica de trabalho, no caso através de cooperativas de trabalho.

Concluindo-se, os estudos citados trabalham a ideia de que os recursos metodológicos utilizados junto à população em situação de rua – em que o morar na rua surgiu como situação existencial excludente –, norteadas por uma visão solidária de busca de cidadania para todos, revelou nova configuração nas psiques dos moradores de rua, sob a hipótese de que esse processo de transformação é resultado de uma ampliação identitária promovida pela criação e recriação das redes relacionais de suporte.

Sobre o tema “circunstâncias da exclusão social e da situação de rua pelo processo saúde-doença (deficiência física)”, foi feito um estudo na região Norte da cidade de São Paulo em um centro de acolhida para adultos. No referido estudo, Castiglioni (2012) discute sobre a interferência de um meio socioambiental desfavorável, o qual acarreta danos imprevisíveis ao sujeito e imputa-lhe dupla exclusão: social (pobreza) e física (deficiência).

A hipótese é a de que são pessoas que foram rompendo seus laços afetivos, seus nexos sociais importantes, de modo que o corpo sofre danos, adocece e limita o cotidiano, inclusive para participar da referida pesquisa. São sobreviventes que tentam recuperar a vida e utilizam-se da estratégia de amparo em centro de acolhida nessas circunstâncias de vida.

Conclui-se, portanto, a respeito de uma sobreposição de acometimentos e catástrofes – doença crônica, pobreza, deficiência, isolamento, lentidão e negligência do serviço público de saúde –, que pode acarretar (como ocorreu em um caso individual de diabetes não tratada) diversas rupturas ao sujeito adoecido, culminando na irreversibilidade das condições desfavoráveis de vida.

Sobre o tema “práticas alternativas de trabalho para o enfrentamento da informalidade e promoção de cidadania”, um estudo diz respeito ao movimento de surgimento das cooperativas de catadores de resíduos sólidos, formadas por antigos catadores de lixo e ex-moradores de rua, como alternativa à informalidade no trabalho e busca pela cidadania, dentro da perspectiva da autogestão.

Magni e Gunther (2014) buscaram mostrar a capacidade inclusiva do modelo cooperativista e da relevância das parcerias destas com o poder público (prefeituras da região metropolitana de São Paulo que concedem o espaço para a triagem do material recolhido e equipamentos) e com outros atores sociais. Trabalha-se com a hipótese de que a autogestão desponta, assim, como alternativa real de trabalho àqueles que se encontram marginalizados pelo sistema formal de trabalho.

Destaca-se que a satisfação do grupo se dá pelo aumento de renda, além da inclusão social; contudo, a autogestão nas cooperativas ainda é um desafio, fazer com que todos se apropriem do espaço e do modelo de trabalho, isto é, da cooperativa.

Sobre a “questão dos idosos em situação de rua e as diferentes formas de comunicação como exercício de cidadania deste segmento da população”, um estudo discute a problemática que tange a terceira idade pelo processo chamado de “rualização”, constituído pelo círculo de pobreza, destacando-se a questão de renda insuficiente para pagar moradia, resultando na estada na rua ou em centros de acolhida. Aponta-se também para a confluência desse processo de “rualização” as questões relativas à vulnerabilidade familiar, alcoolismo e itinerância.

Nesse estudo, Frias (2014) busca identificar as facilidades e dificuldades encontradas por idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social, no uso do computador. Discute-se sobre as facilidades, sendo elas: esclarecer dúvidas com os monitores, o estímulo para novas descobertas aliado à proatividade e curiosidade e desenvolvimento de novas habilidades. Dentre as dificuldades, aponta-se que estavam relacionadas a questões físicas ou cognitivas, à falta de instrutor e de conhecimento para interagir com a máquina.

Sobre o tema “trajetórias discursivas e representações sociais do segmento população de rua”, três são os estudos abarcados.

Uma primeira pesquisa que levantamos foi aquela realizada por De Lucca (2007), que trabalha sobre a hipótese de que a população de rua tal como hoje é entendida e se manifesta não existiu desde sempre, sendo invenção histórica recente e bem datada no

Brasil, no qual busca-se descrever e problematizar seu nascimento como questão social na cidade de São Paulo nos últimos trinta anos do século vinte.

Supõe-se, para tanto, que o registro parcial dessas trajetórias forneça um lastro possível para a construção de uma compreensão que permita ver de perto como a população de rua pôde ser elaborada como um domínio de problemas para os quais diversas práticas, nomeações e reflexões lhe forneceram consistência como suporte e realidade para ação e para o pensamento.

A pesquisa mostra que a maioria dessa população é constituída por homens que já estão há algum tempo em São Paulo e, ao contrário do que se poderia pensar, não são migrantes recém-chegados. Mostra, também, que essa população sem residência fixa possui uma trajetória de trabalho, apesar de ser uma trajetória profissional segmentada e precária.

O antigo mendigo começa a ser visto como um trabalhador irregular e sem um ganho definido que, devido a múltiplas determinações de ordem socioeconômica, faz da rua um espaço de “viração”, espaço social onde se é possível viver e sobreviver na adversidade. E nessas condições percebe-se que a causalidade da situação de rua abandona o sujeito e desloca-se para a estrutura que o coage.

Discursivamente, mostra-se como o termo designado àqueles que vivem na rua vai se diferenciando: partindo-se do discurso religioso, que interpretou o viver nas ruas como um modo de vida específico e que atribuía a essa significados eminentemente cristãos, ligados à dor e ao sofrimento, passou a ser enquadrado por uma forma de racionalidade que colocava a situação de rua como uma situação de risco. Junto com a transformação do próprio sentido da rua, também a denominação povo é intercambiada pela de população.

Assim, portanto, o autor discute a ideia de que uma massa indiferenciada de um contexto de pobreza sem referências ao nexos social foi-se destacando como um segmento que hoje é identificado e codificado como população de rua, o qual era tido como grupo excluído e que se torna então uma “categoria de inclusão” e uma nova classe que coloca a própria rua como referência para a vida e que luta por seus direitos (De Lucca, 2007).

Com intuito semelhante de definir o debate acerca desse segmento populacional que vive nas ruas e constituir um panorama diagnóstico orientador das práticas em andamento, Vieira, Bezerra e Rosa (1994) apresentam a primeira pesquisa sistemática e quantitativa efetuada no Brasil sobre esse contingente urbano, encomendada pela Prefeitura de São Paulo à época. Desse estudo, participa a quase totalidade das

organizações sociais que, então, trabalhavam ou inauguraram o trabalho com o tema na cidade. O estudo, além de refletir um certo retrato desse campo de relações específicas, discursiva e elenca um importante deslocamento nos antigos modos de apreciação do fenômeno, buscando explicitar a questão e os termos do debate, com o título: “População de Rua: quem é, como vive, como é vista”.

Outro estudo discutindo ainda sobre o tema das “trajetórias discursivas e representações sociais do segmento população de rua” é o de Giorgetti (2014), em que discute em que medida o problema do morador de rua se constitui em uma questão social em São Paulo e o tratamento institucional e individual que lhe é concedido. Para tanto, analisa as representações sociais que fundamentam os preconceitos positivos e negativos em torno do morador de rua, sob a hipótese de que, quanto maior o preconceito negativo em relação ao morador de rua, menor seria a possibilidade de ele ter reconhecida sua cidadania. A autora pôde estabelecer que as representações sociais oscilam entre duas tendências opostas: o higienismo e a cidadania. Resulta de seu trabalho que em São Paulo o problema dos moradores de rua não se constitui em uma questão social, onde a tendência higienista contra essas pessoas é mais pronunciada do que em outras cidades, como Paris, por exemplo.

Um último estudo aqui levantado abarca o tema “vínculos do ‘mundo da rua’”, destacando-se, nele, a discussão acerca da população de rua como um recorte populacional da sociedade que utiliza a rua como uma instituição. Instituição entendida como aquela que se constitui na medida em que o sujeito necessita depositar as partes mais regredidas ou desorganizadas da personalidade, de modo que lhe seja continente, à medida que, quanto maior a deposição, maior a dependência e imobilidade na vida. Trabalha-se, portanto, a partir da hipótese de que, quando alguém vai para a rua, já perdeu todas as referências anteriores, como a escola, o trabalho, a família, e aquilo que estava depositado nessas instituições é colocado então de modo a convergir tudo na rua, em um só lugar, em um só momento. A rua é compreendida como uma instituição altamente regressiva e de morte, pois ali não há qualquer controle para a violência, de modo que grande parte das vezes não há como sair dessa situação à proporção da deposição, a qual pode vir a manter o sujeito prisioneiro, tornando-se uma instituição total.

A rua também é compreendida como porta-voz do sinistro e da morte de uma cultura fundada no imediatismo. Na rua ocorrem fenômenos em que os conteúdos reprimidos da experiência do sujeito reaparecem no nível do grupo social excluído que a população de rua representa, ou seja, na rua é onde ressurgem aquilo que foi negado pela

cultura. Logo, “essa população é o fruto e o produto de nossas relações econômicas e sociais, são a sucata do mercado, porta-vozes do conflito negado que se transforma em sintoma, tais como: a indiferença, a frivolidade, a ausência de projeto, a informação sem comunicação” (Broide, 1993).

## 7.1 Compilação – reportagens sobre população de rua

(i) *Folha de S. Paulo – Cotidiano 08/05/201*

### **Em quatro anos, sobe 10% número de moradores de rua em São Paulo**

A cidade de São Paulo tem 15.905 moradores de rua, 10% mais do que há quatro anos. O ritmo de crescimento dessa população é bem superior ao dos demais habitantes, mas vem caindo: era de 5,14% ao ano na década de 2000 e baixou para 2,5% desde 2009.

Os dados fazem parte do censo dos moradores de rua feito pela FIPE/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) entre fevereiro e março, a pedido da gestão Fernando Haddad (PT).

Eles apontam que, num intervalo de 15 anos, a população de rua cresceu 82% – é como se, a cada três dias, a cidade recebesse quatro moradores nessas condições. Já a quantidade total de habitantes na capital paulista cresceu menos de 1% entre 2000 e 2010 – e 2,9% nos últimos cinco anos, segundo projeção da Fundação Seade.

O censo dos moradores de rua é um ponto de partida para definir as políticas sociais, como necessidade de ampliação de albergues e identificação de regiões vulneráveis.

Hoje, há 9.000 vagas nas casas de acolhida da cidade, quantidade insuficiente para receber essa população.

A pesquisa mostra que a maioria das pessoas nessa situação é de homens (82%).

Da faixa etária, a parcela predominante –36,6% – é de 31 a 49 anos. José Charlton, 41, e Silvia Helena de Souza, 43, estão entre eles.

O primeiro mora na rua há dois anos, em razão de briga com familiares. A segunda, há oito anos. Ela morava com a irmã, a mãe e cinco filhos no Ceará. Veio com todos para São Paulo – segundo ela, que é evangélica, mas nem sabe mais onde eles estão agora.

O distrito que mais tem pessoas dormindo nas ruas é a Sé, no centro, que inclui a cracolândia – nele estão 52,7% dos moradores de rua da cidade. Em seguida aparecem Mooca (11,5%), Lapa (5,6%), Santana/Tucuruvi (3,7%) e Pinheiros (2,9%).

### *Sensação*

A gestão Haddad minimizou a alta registrada pelo censo. Não aumentou muito, embora muitos digam que há essa sensação. Antes, as pessoas ficavam escondidas em buracos, hoje ficam mais aparentes porque a gestão não busca um processo de higienização, diz a secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer.

Ela afirma que a prefeitura vem investindo na ampliação dos serviços, como casas de acolhida para famílias.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1626597-em-quatro-anos-sobe-10-numero-de-moradores-de-rua-em-sao-paulo.shtml>. Acesso em: 15/07/2015

(ii) *Portal G1 – 08/05/2015*

### **SP fez mais de 62 mil abordagens a moradores de rua; maioria está na Sé.**

*Santo Amaro é o segundo bairro onde mais moradores foram abordados. Prefeitura tem 10 mil vagas em 70 centros de acolhida.*

A Prefeitura de São Paulo fez 62.405 pessoas abordagens, entre maio e setembro de 2014, a pessoas que moram nas ruas da cidade, segundo o “Bom Dia São Paulo”. A maior parte das abordagens foi feita na região central da capital paulista, principalmente na Subprefeitura da Sé, onde 19.533 moradores de rua foram abordados. Segundo censo de 2015, que deve ser divulgado nesta sexta-feira (8), São Paulo tem 15.906 moradores de rua. Em 2011, eram 14.478.

O segundo bairro onde mais moradores de rua foram abordados foi Santo Amaro, na Zona Sul, com 11.630, seguido por Santana, na Zona Norte, 5.862, Mooca, com 5.589, e 3.569 na Lapa, na Zona Oeste. As subprefeituras retiram restos de barracos, tendas, móveis e objetos deixados pelos moradores de rua.

A administração municipal informou que trabalha com os moradores de rua no intuito de eles voltarem para suas famílias ou serem reinseridos na sociedade. A rede de assistência social tem 10 mil vagas em 70 centros de acolhida.

Neste mês, a Prefeitura deve divulgar outros dados sobre os moradores.

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/05/sao-paulo-tem-mais-de-62-moradores-de-rua-maioria-esta-na-se.html>. Acesso em: 15/07/2015

(iii) *Carta Capital – Sociedade 30/01/14*

### **Em São Paulo, programa para moradores de rua enfrenta obstáculos**

*O Pronatec/Pop Rua, criado para profissionalizar moradores de rua, esbarra na empregabilidade, e prefeitura tenta sensibilizar empresários.*

Há um ano e dois meses, o endereço de Cristovan João Rafael, de 30 anos, é o Centro de Acolhida João Paulo II, no bairro do Bom Retiro, centro de São Paulo. Ex-dependente químico, Rafael foi um dos participantes do Pronatec/Pop Rua, programa municipal que tem como objetivo oferecer cursos profissionalizantes a moradores de rua com vistas à inserção no mercado de trabalho. Após concluir em setembro o curso de panificação, Rafael fez algumas entrevistas, mas não conseguiu emprego na área.

“Esperava que tivesse uma comunicação maior com as empresas. De oferecer o curso em uma área que tivesse uma demanda maior, alguma coisa encaminhada. Mas eu não desisti. Vou tentar outro curso”, disse. Enquanto conversava com a reportagem de *Carta Capital*, o

pernambucano, morador em São Paulo há 13 anos, tinha em mãos os formulários de matrícula para o curso de eletricitista. “É importante ter uma profissão. Eu também tenho experiência com obra, então, trabalharia com prazer como eletricitista. Pelo que eu andei vendo, tem mais demanda.”

A parceria entre a prefeitura e o Senai para viabilizar o programa foi anunciada pelo prefeito Fernando Haddad (PT) em março de 2013. O objetivo é lidar com os mais de 14 mil moradores de rua da capital paulista, um número 79% superior ao registrado no ano 2000. O aluno matriculado no curso recebe alimentação, vale-transporte e uma bolsa-presença de dois reais por hora-aula. A ideia é deixar para trás gestões marcadas pelas chamadas obras “antimendigos”, como rampas para impedir a permanência dos moradores de rua ou bancos com divisórias de ferro.

Apesar da inovação trazida com o programa, os números mostram que há entraves na etapa da empregabilidade. Após nove meses da implementação, foram 388 matriculados, dos quais 74 deixaram as aulas e 115 obtiveram seus certificados. Destes, 43 foram contratados em empregos formais. A meta anunciada no início do ano passado previa a abertura de 4 mil vagas até 2016 no programa para cursos como auxiliar administrativo, eletricitista, almoxarife, soldador, entre outros. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, em outubro, esta meta passou por uma revisão e estaria fechada em 2 mil vagas até o final do mandato de Haddad.

Heliano Ferreira, 27 anos, foi um dos formados pelo Senai que conseguiu empregar-se. Após concluir o curso de eletricitista e de enfrentar um processo seletivo de mais de dois meses, foi contratado como leiturista na Eletropaulo. Nascido em Guiné-Bissau e imigrante em Cabo Verde, Heliano chegou a São Paulo em setembro de 2012 na esperança de “crescer na vida, como vocês falam”.

Enquanto morava no Centro de Acolhida Arsenal da Esperança, o técnico em informática fez bicos na construção civil, até que surgiu a oportunidade de fazer o curso do Senai dentro do próprio albergue. Hoje, divide uma casa alugada em Francisco Morato com seu colega. “É um prazer vestir o uniforme da Eletropaulo. Você sai na rua, e as pessoas te olham, te dão valor”, disse.

Denésio Carvalho, gerente de treinamento operacional da Eletropaulo, afirmou que algumas regras foram flexibilizadas para que os alunos do Pronatec/Pop/Rua pudessem ser integrados à empresa, como a questão da residência para a abertura de conta bancária, a formação acadêmica mínima – aceitando o certificado do Senai como prova de aptidão para as tarefas - e a idade máxima para o cargo de leiturista, de 35 anos de idade.

*Empregabilidade.* Para a história de Heliano não se tornar uma exceção, a prefeitura tenta reforçar o programa. Em julho, Haddad se reuniu com representantes de 16 empresas, a maioria empreiteiras que prestam serviços para a prefeitura, tentando promover uma sensibilização dos setores para que houvesse diminuição da burocracia das contratações e oferta de vagas para os alunos formados pelo programa. Nenhum acordo formal foi estabelecido, no entanto.

Anderson Lopes, ex-morador de rua e integrante do Movimento Nacional de População de Rua, aponta que a empregabilidade é uma das etapas mais importantes do programa, mas que somente encontrar uma vaga no mercado de trabalho não é suficiente. Segundo ele, os vínculos exigidos pelo mercado formal – como sociabilidade, pontualidade, relação de submissão, carga horária – são substituídos por outros vínculos, criados durante o tempo na rua. “Os vínculos que são construídos na rua, você não perde da noite para o dia com a empregabilidade. Eu mesmo pedi demissão do sindicato em oito meses quando saí da rua”, disse, ressaltando ser necessário um acompanhamento individual e próximo para evitar situações de evasão, tanto do curso quanto das empresas.

Larissa Beltramim, secretária adjunta da recém-criada Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pelo programa, afirmou que não foi discutida a criação de cotas para a população em situação de rua dentro das empresas, mas sim uma mobilização e sensibilização dos setores empresariais. “O que se deu como diretriz é uma mobilização dos empresários dos setores de serviços da prefeitura e de fora. E isso está em curso”, afirmou. “É muito menos uma questão formal e muito mais uma questão de mobilização. E não só daquilo que é responsabilidade do poder público, ou de fazer mobilização dos empresários, mas nosso desafio é como conseguir dar visibilidade à população de rua e fazer um debate na cidade.”

Outro aspecto levantado por Beltramim é a heterogeneidade da população em situação de rua e de suas demandas. Os motivos que levam uma pessoa a morar na rua, segundo a secretária, são os mais variados, desde problemas amorosos, familiares, dependência de álcool, drogas e despejo. “Não é o poder público que tem de definir o que vai ou não ser feito com as pessoas. O desafio é fazer uma política participativa. É um tema complexo em si, tem amplos debates. O desafio é oferecer oportunidades para elas saírem das ruas ou permanecerem em situação de dignidade”, disse. “Nem toda a pessoa nesta situação almeja uma moradia. A gente tem que garantir condições para que ela viva dignamente na cidade.”

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/programa-para-profissionalizar-moradores-de-rua-em-sp-esbarra-na-empregabilidade-8441.html>. Acesso em: 15/07/2015

(iv) *Portal G1 – Jornal Hoje 15/11/2014*

### **Página em rede social apresenta moradores de rua e suas histórias**

Uma página de uma rede social está contando a história de moradores de rua de várias cidades do Brasil. A ideia é dar ouvido para pessoas que nem sempre são percebidas no corre-corre das ruas.

É uma esquina do Rio de Janeiro, mas poderia ser a de qualquer outra grande cidade brasileira.

Seu Roberto nos conta que tem 42 anos. Aos oito, fugiu de casa e foi para a rua. Hoje, tudo o que tem é uma tangerina, fora a roupa já surrada do corpo. “Já me tacaram fogo, já me meteram a faca. Eu tenho 15 facadas no corpo.”

Só no Rio de Janeiro, cerca de 5.500 pessoas vivem na rua, segundo a prefeitura. Com o corre-corre, casa-trabalho, compromissos, toda essa gente parece invisível ao cotidiano da cidade. Pessoas que viraram paisagem.

Nelson Pinho e uma amiga fizeram questão de enxergar e de ouvir esses cidadãos, praticamente sem cidadania. A inspiração veio de uma página de uma rede social na internet: a São Paulo Invisível. Eles criaram, então, a Rio Invisível. Em um mês, foram mais de um milhão de acessos.

Nós fomos às ruas da zona sul do rio onde mora o Guilherme, um dos que mais fazem sucesso na página da internet. Ele cresceu num abrigo, de onde saiu aos 18 anos. “Eu já sou negro e já é uma discriminação. Ocorre não da época de hoje, mas como de antigamente. Eu só de estar aqui vendendo livro eu já sou discriminado, eu tenho uma saúde boa para trabalhar, mas você morando na rua, você não vai arrumar emprego. Ninguém vai te dar emprego com você morando na rua. As pessoas não param para analisar qual é o seu problema, porque você está morando na rua”, conta o rapaz.

“O que a gente tenta transmitir para as pessoas é de que além dele todas as pessoas têm uma história interessante. A gente tenta valorizar a história de todo mundo e que as pessoas sejam sujeitas das próprias histórias. Então que as pessoas vão até a rua, elas podem conhecer melhor, elas podem fazer por conta própria, elas não precisam esperar a gente postar uma foto, uma imagem. É muito bom quando as pessoas querem colaborar com as pessoas que a gente já entrevistou, mas a nossa proposta é que isso seja uma coisa coletiva onde as pessoas ganhem vida própria e não esperem necessariamente a gente contar uma história”, explica Nelson Pinho, criador do Rio Invisível.

A vida é solitária, sim, mas um companheiro faz a maior diferença. Fox, o cachorro cheio de estilo, adora um chamego e retribui o carinho. “Na temporada mais difícil, foi esse camarada que esteve do meu lado aqui.”

Aos pés de um prédio centenário, Guilherme lê e vende livros. Sem sair dessa calçada já viajou para muitos lugares. “Meu sonho era construir uma família. Daqui para frente só olhar pro alto e caminhar sem olhar para trás.”

Além do Rio de Janeiro e de São Paulo, a página já conta histórias de moradores de rua de Curitiba, Fortaleza, Campo Grande e do Distrito Federal.

<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/11/pagina-em-rede-social-apresenta-moradores-de-rua-e-suas-historias.html>. Acesso em: 15/07/2015

(v)*Folha de S.Paulo – Cotidiano 02/09/2013*

### **SP, RS e DF têm casos recentes de agressão a moradores de rua**

Além do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Bahia são alguns dos estados que têm casos recentes de agressões à moradores de rua.

Em Brasília, no mês passado, três jovens de classe média foram acusados de matar queimado morador de rua Edivan Lima da Silva, 48.

O caso tem semelhanças com assassinato do índio pataxó Galdino dos Santos, que também teve o corpo queimado na cidade, em 1997. Na época, cinco rapazes, de classe média, confessaram ter atado fogo no índio, dizendo se tratar apenas de uma ”brincadeira”. Eles foram condenados em 2001.

No começo do ano, em Porto Alegre, um morador de rua foi espancado até a morte por cinco pessoas ao lado do Mercado Público, um dos locais mais tradicionais da capital.

Em Presidente Venceslau (611 km de São Paulo), em novembro do ano passado, um mendigo foi encontrado em estado grave com parte do corpo queimada e com o desenho de uma suástica (símbolo do nazismo) feito em suas costas com uma faca.

Poucos meses antes, outro morador de rua também foi vítima de agressão com fogo em Salvador. Daniel Pinto dos Santos, 26, morreu após ter 60% do corpo queimado por quatro homens.

No início de 2012, no Rio de Janeiro, Vítor Suarez Cunha, 21, foi espancado após tentar defender um morador de rua que era agredido na Ilha do Governador. O ataque lhe causou 20 fraturas no crânio e a necessidade de colocar 63 parafusos e oito placas de titânio na cabeça.

A chacina da Candelária, que aconteceu no Rio em 1993, é a maior tragédia do tipo registrada no Brasil, quando oito meninos de rua foram executados por policiais.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/09/1335519-sp-rs-e-df-tem-casos-recentes-de-agressao-a-moradores-de-rua.shtml>. Acesso em: 15/07/2015

(vi) *Folha de S. Paulo – Cotidiano 04/06/2013*

### **Centro social para morador de rua provoca discórdia em Santa Cecília**

De um lado, moradores, comerciantes e empresários de Santa Cecília, região central de São Paulo. Do outro, moradores de rua. No centro, uma discórdia: o sobrado laranja, no número 44 da rua Imaculada Conceição.

O temor da vizinhança é que o imóvel se transforme na “mais nova filial da Cracolândia” e traga para a arborizada e pequenina rua, de apenas 200 m, sujeira, drogas, tráfico, noias e insegurança.

Até o final deste mês, o sobrado deve sediar o Centro Social Paulo 6º. Hoje, ele funciona a poucas quadras dali, ao lado da Paróquia Imaculado Coração de Maria, na rua Jaguaribe, 735, no mesmo bairro. Atende a famílias carentes e moradores de rua.

A transferência ganhou contornos de um jogo de empurra-empurra. “Esse centro deveria ser instalado em um local adequado. Não aqui, onde circulam muitas crianças e jovens”, diz a advogada Ivani Marcucci, 60, moradora da Imaculada Conceição.

Quase em frente ao número 44 funciona um centro da criança e do adolescente da Prefeitura de São Paulo. Perto dele, uma escola estadual, a Fidelino de Figueiredo. Praticamente vizinha ao sobrado laranja está uma escola e berçário de educação infantil particular, a Carinha Suja.

“Temos bebês de quatro meses a cinco anos conosco” conta a dona, Regina Tacla. “Acho louvável a atitude da igreja em ajudar os pobres, e a gente colabora sempre que possível, mas aqui ao lado vai atrair pessoas indesejáveis.”

Abaixo-assinados contra o novo centro correm por prédios e estabelecimentos comerciais da Imaculada Conceição e nas vizinhas Martim Francisco e Barão de Tatuí.

Segundo o empresário Hélio Leste, 57, até agora foram recolhidas 2.000 assinaturas. O objetivo? Chegar a 3.000. “A intenção dos moradores daqui é simplesmente melhorar a rua para que ela não se transforme em mais um ponto de tráfico de drogas”, diz.

Comida sem banheiro

No começo da noite de hoje, Conseg (Conselho de Segurança) Santa Cecília, representantes das polícias Civil e Militar, dos moradores do bairro e da subprefeitura vão se reunir no Clube Piratininga para discutir o assunto.

Os abaixo-assinados vão ser entregues às autoridades. "Historicamente, essas ONGs vêm fazendo a manutenção da miséria", critica Fábio Fortes, 45, presidente do Conseg Santa Cecília. "Trazem comida, mas não o banheiro; o cobertor, mas não a cama."

Para a empresária Lilian Sallum, 33, uma das que participam do movimento, "que fique bem claro: não se trata de uma manifestação preconceituosa, mas, sim, do direito de os moradores se manifestarem contra algo que não desejam. Muitos desses moradores de rua têm antecedentes criminais e são viciados em crack", afirma Lilian, que é dona do restaurante Esquina Grill do Fuad.

Renato Carioni, 37, chef do restaurante Così, na rua Barão de Tatuí, afirma que toda vez que o governo do Estado ou a polícia adota alguma medida na cracolândia, o efeito logo ecoa nas regiões de Santa Cecília e Higienópolis. "Os noias sobem. É fato."

Diz ele: "Se o centro social for instalado aqui, vai afetar o trabalho que a gente vem fazendo para recuperar essa região e irá repercutir diretamente no comércio local".

O sócio do Così, Leonardo Recalce, 36, conta que moradores de rua remexem o lixo, fazem cocô na rua, circulam com roupa suja e fétida. "Você segue com a sua família para um restaurante e é abordado por essas pessoas, muitas vezes de forma agressiva. Quem quer passar por isso?".

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1289361-centro-social-para-morador-de-rua-provoca-discordia-em-santa-cecilia.shtml>. Acesso em: 16/07/2015

(vii) *Folha de S. Paulo – Cotidiano 12/09/2012*

### **Guarda civil dispersa viciados e moradores de rua no centro de SP**

A Guarda Civil Metropolitana ocupou ontem (11) uma praça no parque Dom Pedro, região central de São Paulo, e dispersou moradores de rua e dependentes químicos.

No domingo, a corporação já havia feito uma operação desse tipo no largo São Francisco, também no centro. A GCM foi acusada de usar gás pimenta e agredir moradores de rua que ocupam a área. A corporação nega, diz que ofereceu abrigo e foi hostilizada.

Na praça Ulisses Guimarães, no parque Dom Pedro, entre as avenidas do Estado e Mercúrio, havia se formado uma nova cracolândia. Muitas pessoas viviam em barracas sob os viadutos 25 de Março e Mercúrio e em buracos nas estruturas dessas vias.

Na tarde de ontem, bicicletas, carros, kombis e motocicletas da GCM faziam rondas na área.

Os moradores de rua que insistiam em permanecer no local eram abordados pelos guardas. "Orientamos a procurar outro lugar, porque a área está sendo revitalizada", disse um agente.

#### *Dispersão*

Moradores de rua e usuários de crack se espalharam pelo centro desde o início do ano, quando a Polícia Militar iniciou uma operação na cracolândia, na região da Luz.

O secretário de Segurança Urbana, Edsom Ortega, negou relação entre as duas operações.

Disse que a operação no parque Dom Pedro já estava prevista e tem relação com obras de melhoria. “Tem a ver com iluminação, com paisagismo e com assaltos que estavam ocorrendo na região” disse.

Segundo ele, a operação é integrada com outros setores da prefeitura e ocorre com frequência. “Em alguns momentos têm moradores de rua, em outros não têm. No largo São Francisco chamou atenção porque teve uma polêmica com moradores do entorno”, disse o secretário.

Segundo ele, todas as operações da GCM são filmadas ou fotografadas e não há abusos dos agentes. Quando há denúncias de abusos, os casos, afirma, são investigados. A GCM diz que foi ao largo São Francisco após uma reclamação de pichação de patrimônio histórico tombado.

<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/09/1152104-guarda-civil-dispersa-viciados-e-moradores-de-rua-no-centro-de-sp.shtml>. Acesso em: 16/07/2015

(viii)*Folha de S.Paulo – Cotidiano 15/03/2015*

### **Um morador de rua é morto a cada dois dias no Brasil, diz ONG**

De abril de 2011 até semana passada, 165 moradores de rua foram mortos no Brasil – uma média de ao menos uma morte a cada dois dias. O número foi divulgado nesta quinta-feira pelo CNDDH (Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores).

Segundo a coordenadora do centro Karina Vieira Alves, as investigações policiais de 113 destes casos não avançaram e ninguém foi identificado e responsabilizado pelos homicídios.

O CNDDH também registrou 35 tentativas de homicídios, além de vários casos de lesão corporal.

O Disque 100, serviço mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para receber denúncias sobre violações de direitos humanos, registrou durante todo o ano passado 453 denúncias relacionadas à violência contra a população de rua, como tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros.

Os Estados com o maior número de denúncias em termos absolutos foram São Paulo (120), Paraná (55), Minas Gerais e o Distrito Federal, ambos com 33 casos.

De acordo com Karina, muitos dos crimes cometidos contra esta população não são devidamente notificados. Além disso, a falta de dados confiáveis que torne possível comparar a atual situação não permite concluir se a violência contra o grupo vem aumentando ao longo dos últimos anos. “Este é o número de denúncias [notificadas]. Sabemos que há problemas muito graves que não são denunciados”, disse a coordenadora-geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ivanilda Figueiredo, sobre os números do Disque 100.

Segundo os representantes de entidades de moradores de rua que participaram hoje da reunião extraordinária do Comitê Intersetorial de Monitoramento da População em Situação de Rua, em Brasília (DF), existe atualmente uma escalada da violência.

De acordo com eles, as recentes mortes e agressões a moradores de rua no Distrito Federal e em Mato Grosso do Sul não foram casos isolados e só chegaram ao conhecimento da imprensa porque as famílias das vítimas exigiram providências. “Eu todo dia recebo e-mails sobre mortes de moradores de rua. Elas estão acontecendo e vão continuar ocorrendo. Por isso, queremos uma ação enérgica do governo federal”, declarou Anderson Lopes, representante paulista do Movimento Nacional de População de Rua.

Na opinião do representante mineiro do movimento, Samuel Rodrigues, o país vive um momento triste com os episódios de violência contra a população de rua. “Vivemos um momento bastante triste. Em 2004, o movimento nacional surgiu em função de uma morte. Naquele momento, nós discutíamos os direitos da população de rua. Hoje, estamos aqui discutindo o seu extermínio. Estamos lutando para não morrer.”

A reunião do comitê estava agendada para o fim do mês, mas foi antecipada após um comerciante ter contratado um grupo de jovens para matar dois moradores de rua de Santa Maria (DF). “Temos a responsabilidade de responder diretamente a esta escalada de violência e de morte que estão ocorrendo nas ruas. Não se trata mais de fatos isolados”, disse a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, se referindo a “ação de grupos de extermínio”, agindo no Distrito Federal, em Mato Grosso do Sul, Alagoas, São Paulo, na Bahia e em outros estados. “São grupos que banalizam a violência e que não reconhecem, em quem está [vivendo] nas ruas, a condição humana”, disse a ministra.

<http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2012/03/1062604-um-morador-de-rua-e-morto-a-cada-dois-dias-no-brasil-diz-ong.shtml?mobile>. Acesso em: 16/07/2015

(ix) *G1.09/07/2011*

### **Arsenal da Esperança dá chance de vida nova a moradores de rua de SP**

*Há mais de 14 mil pessoas em situação de rua em São Paulo. A maioria aponta perda de emprego como principal motivo para essa situação.*

Em São Paulo há quase 14 mil pessoas vivendo nas ruas. Oitenta e seis por cento são homens. A maioria dessas pessoas aponta a perda do emprego como principal motivo para estar nessa situação. Os dados são do Censo da população de rua da capital paulista.

O Arsenal da Esperança acolhe essas pessoas, ouve suas histórias e oferece a elas a chance de uma nova vida.

No final do século 19 e começo do século 20, imigrantes de várias partes do mundo chegavam a São Paulo em busca de uma nova vida. Para acomodar as famílias nos primeiros dias foi criada a Hospedaria dos Imigrantes, que funcionou até a década de 70. Hoje, uma parte desse lugar histórico ainda cumpre o papel de acolher quem está de passagem pela cidade. No lugar funciona o Arsenal da Esperança, que recebe moradores de rua.

“O Arsenal procura responder primeiramente oferecendo uma cama com uma roupa de cama limpa, um banheiro quente e um alimento digno. Isso ajuda a pessoa a entender que através disso tem alguém que está te respeitando porque aquela comida é realmente uma comida boa, aquela cama realmente é limpa e aquele banheiro realmente é digno. Então, isso volta a dar não só o alimento ou o banho, mas a confiança também. Tem alguém nessa cidade que ainda se interessa em mim. Tem alguém nessa cidade imensa que me quer bem, que me respeita”, explica Simone Bernardi, coordenador do Arsenal da Esperança.

Às 16 horas, duas filas se formam na frente do prédio do Arsenal da Esperança. De um lado, esperam os moradores de rua que buscam a primeira noite no arsenal. Do outro lado, ficam os acolhidos, que já estão morando na casa.

“Todo dia, no Arsenal, entra muito sofrimento, muitas pessoas que carregam fardos muito pesados. Ficar no outro lado, de quem acolhe, significa desde o começo se colocar, no limite do possível, no lugar de quem está batendo na porta naquele momento”, explica Bernardi.

“Qualquer pessoa que esteja em grau de vulnerabilidade e fragilizada. Essas são as primeiras pessoas que são acolhidas”, esclarece Maria Isabel Barbosa, coordenadora do serviço social.

O Arsenal da Esperança tem 1,2 mil vagas apenas para homens. “Tem realmente 1,2 mil histórias diferentes que entram. Muitas vezes, é a própria rua, a condição de rua, que padroniza. Depois de poucos dias na casa, quando a pessoa começa a se abrir, você acaba descobrindo que cada um tem uma história diferente que o levou a essa situação”, diz Bernardi.

O acolhido Michael Angelo se envolveu com drogas, brigou com a família e viveu um ano e meio nas ruas. “Tanto a marginalidade como a droga também me afastaram bastante da minha família, que foi criada lutando e na garra. O que eles têm foi conquistado na raça. Hoje, eu paro para ver o que eu perdi”, lamenta.

Michael Angelo tem planos de recomeçar. “Futuramente falar que um ex-morador de rua, uma pessoa que estava desiludida da vida, passou no Enem, ganhou uma bolsa e está na faculdade. É isso que eu pretendo fazer. Eu pretendo estudar na área de exatas”, planeja.

O acolhido Wilson Peixoto, de 60 anos, saiu de Mato Grosso para tentar trabalhar em São Paulo, mas não conseguiu emprego. Agora, ele quer juntar dinheiro para voltar para casa. Ele trabalhará na limpeza do Arsenal. “Só tenho minha roupa, que está no maleiro. Mas está bom. A gente tendo teto para ficar debaixo é muito bom. Eu estou muito satisfeito. Eu vou embora, mas levo saudade”, diz.

O acolhido Thiago Lopes dos Santos teve uma infância difícil. Já adulto, ele bebia muito. Por isso, se separou da mulher. “Eu fui para a rua, dormir na rua. Fiquei de três a quatro dias na Praça da Sé, onde roubaram meus documentos e minha bolsa. Eu cheguei sem nada. Eu nunca tinha ficado na rua antes. No primeiro dia, eu quase morri de frio. No segundo dia, eu tive que dormir mais bêbado do que eu já bebia para aguentar. Eu cheguei sujo e barbudo. Caí devido à bebida e cortei a orelha.

Eles cuidaram de mim. Eu nunca tive família, mas aqui eu encontrei uma família”, diz.

Quem é acolhido também tem de seguir as regras simples de convivência, como respeitar os horários, não beber, não usar drogas e não brigar. Cada morador tem direito a uma cama, um armário e comida quente.

“Nós produzimos 1,5 mil refeições dia, onde consumimos cerca de 200 quilos de arroz, setenta quilos de feijão, cento e cinquenta quilos de carne, cinquenta quilos de verduras e 140 quilos de legumes. É um volume bem grande”, avalia a nutricionista Denise Barreto.

O Arsenal da Esperança tem uma moeda própria que os acolhidos ganham fazendo pequenos serviços na casa ou juntando latinhas de alumínio para reciclagem.

“Usamos para lavar roupa, para comprar alguma coisa no bazar, como sabonete, pasta e roupa”, explica o acolhido Francisco Canindé Pinheiro.

A origem do Arsenal da Esperança está na cidade de Turim, na Itália. Em uma fábrica de armas desativada foi fundado o Arsenal da Paz, com voluntários e missionários. O arcebispo brasileiro dom Luciano Mendes de Almeida conheceu o trabalho e teve a ideia de trazer a iniciativa para o Brasil.

“Ele sabia deste espaço, que era da antiga hospedaria. Ele pensou que a mesma iniciativa do Arsenal da Paz de Turim podia gerar frutos bons também em São Paulo”, explica Bernardi.

Desde a fundação, há 15 anos, cerca de 37 mil homens em situação de rua já passaram pelo Arsenal da Esperança, em São Paulo. A instituição tem muitas parcerias. O trabalho dos voluntários é essencial.

“Eu sou voluntária, graças a Deus, há 15 anos. A gente está aqui desde o começo trabalhando, limpando e pintando”, diz a voluntária Dorothy da Silva Lessa.

Os produtos doados são separados. As roupas são costuradas, lavadas e passadas. O que está em bom estado vai para o bazar. “Essa verba do bazar é revertida para eles. Tudo vai para a casa. Sempre tem alguma coisa para fazer”, completa Dorothy.

<http://g1.globo.com/acao/noticia/2011/07/arsenal-da-esperanca-da-chance-de-vida-nova-moradores-de-rua-de-sp.html>. Acesso em: 16/07/2015

(x) *Folha de S.Paulo – Cotidiano 07/04/2015*

### **Condomínios pagam segurança para espantar moradores de rua em SP**

Onde antes havia duas dezenas de moradores de rua, agora há só a rua. Ou quase.

Existe também um carro de vigilância privada 24 horas por dia no local. Com ele, dizem os sem teto da região e movimentos sociais, é impossível permanecer por ali – na parte de baixo do viaduto Mofarrej, na Vila Leopoldina, zona oeste de São Paulo.

A saída dessa população do local foi resultado da ação da prefeitura que, antes do Carnaval, a retirou de lá.

A permanência dessas pessoas longe do viaduto, no entanto, é obra da segurança privada paga por condomínios e pela associação de bairro. O objetivo, segundo eles, é impedir a fixação de usuários de drogas no local. A Associação Vila Leopoldina diz que viciados tomaram lugar de sem-teto.

Quase R\$ 40 mil foram pagos para afastar os moradores de rua. A vigilância é feita pela empresa Aster. Além do ponto embaixo do viaduto Mofarrej, outros dois carros da empresa ficam nas ruas Fröben e Baumann.

A Vila Leopoldina passou por forte expansão imobiliária na última década, com condomínios de alto padrão. Ao mesmo tempo, convive com uma pequena cracolândia próxima ao Ceagesp.

No bairro, a notícia da mudança do cenário urbano nesses locais se espalhou rápido. Tão rápido que despertou reações de membros de movimentos sociais, religiosos e até mesmo de vizinhos.

O temor é que esteja em marcha um processo de expulsão não só de usuários, mas também de moradores de rua – muitos deles trabalhadores informais do Ceagesp.

A medida é considerada higienista por alguns. “Eles foram espalhados. Essa segurança tem como objetivo impedir que eles se estabeleçam em alguns lugares do bairro”, afirma o padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo de Rua.

Bispo auxiliar de São Paulo e morador da região, Dom Julio Endi Akamine diz acompanhar o caso de perto.

Entre os moradores de rua, as queixas também se dirigem ao poder público. Segundo eles, o “rapa” teria se intensificado no último mês.

“Vê se dá para ficar aqui assim, desse jeito”, reclama Alcides Souza da Silva, 46, em frente ao que sobrou de seus pertences na marquise de um banco na esquina da rua Fröben com a av. Gastão Vidigal.

Segundo ele, se embaixo do viaduto da Mofarrej não é possível ficar pela ação da segurança privada, na Fröben, é a própria prefeitura que tem impedido sua permanência.

“Não sou ‘noia’, não sou bêbado. Trabalho aí no Ceagesp faz 17 anos”, queixa-se da prefeitura que havia poucas horas lhe tomara “três mudas de roupa”, tudo o que tinha.

Ao seu lado, agitado, outro morador de rua estava inconformado. “Claro que não dá para ficar, eles te tocam mesmo. Vai lá para ver se eles não te tocam também”, diz. “Os caras da prefeitura me deixaram só com essa roupa.”

A gestão Fernando Haddad (PT) diz não ter identificado nenhuma conduta irregular.

### ***Custo***

A associação se reuniu na última semana para “viralizar”; a ação entre condomínios e tentar garantir parte dos R\$ 81 mil a serem pagos à Aster.

Não só moradores apoiam. Na ocasião, o dono de uma banca de jornais reclamou que com ruas inseguras, seu negócio também sofre.

Porém, ainda que os usuários sejam afastados, os moradores correm outro risco: de ter que se explicar à Justiça.

Para o promotor José Carlos Freitas (Urbanismo e Habitação), a ação da empresa de segurança – caso se comprove irregular – pode se enquadrar no crime de usurpação de função pública e no de constrangimento ilegal.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1613102-condominios-pagam-seguranca-para-espantar-moradores-de-rua-em-sp.shtml>. Acesso em: 17/07/2015

(xi) *Isto é independente – Habitação 17/02/1999 atualizado 18/07/2015*

### **“Arquitetura dos excluídos”**

*Moradores de rua buscam alternativas diante dos obstáculos criados nas cidades que os impedem de se abrigar em espaços públicos*

A doméstica desempregada Elizabeth Aparecida Ferreira fez do espaço público sua morada. Aos 46 anos, ela nunca teve uma casa e acaba de ser despejada do viaduto em que se abrigava, em São Paulo. O paulista Sebastião Barbosa dormiu muito ao relento antes de conseguir cavar e transformar um buraco em residência. As portas que já se fechavam para essas pessoas estão ainda mais cerradas desde que nas grandes cidades pontes começaram a ser protegidas por grades, marquises excluídas de projetos arquitetônicos, obstáculos pontiagudos instalados em fachadas, potentes holofotes colocados em prédios para impedir que qualquer ser humano pegue no sono, enfim tudo para evitar que moradores de rua façam desses locais um teto, mesmo que provisório.

Denominado por urbanistas como “arquitetura dos excluídos” esse “movimento” ganha destaque na paisagem metropolitana a cada dia. Sem que se apresentem alternativas de habitação, esse arsenal de defesa do patrimônio serve para empurrar para bem longe de pontos turísticos e do centro um contingente formado só em São Paulo por 5.334 pessoas, segundo a defasada contagem da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, de 1997. “Essas intervenções não são para expulsá-los, mas para preservar o espaço público e privado dos vândalos. O problema é que os moradores de rua vão juntos nesse roldão”, diz o secretário da pasta, Deniz Ferreira Ribeiro.

Essa “cidade” que cresce à margem da cidade formal se torna mais evidente porque O desemprego e a crise econômica ajudam a despejar mais miseráveis nas calçadas. ”Com o desemprego o perfil mudou. Agora são jovens, mulheres e famílias inteiras na rua”, alerta o vigário do movimento do Povo da Rua, Júlio Lancelotti. Nos últimos três meses a procura por albergues cresceu 80%, segundo dados da Pastoral da Rua. Há menos de um ano a Comunidade São Martinho de Lima, na qual o padre trabalha, atendia 150 pessoas diariamente. De dezembro para cá esse número passou para 400. “Não bastam albergues. É urgente uma política pública para essa área”, diz Lancelotti. No Rio de Janeiro, não há nenhuma estatística sobre a população de rua, mas uma das preocupações do prefeito Luís Paulo Conde é desocupar os espaços urbanos. “Rua não é lugar de moradia”, costuma dizer. Em sua gestão, nove viadutos foram desocupados e devidamente gradeados.

*Paredes invisíveis.* Mesmo que a segregação seja resultado muitas vezes de uma política de preservação do patrimônio, a paulista Elizabeth Aparecida e seus companheiros sabem que cercar o viaduto em que vivem foi uma solução velada para afastá-los de uma das regiões mais nobres da cidade, o Ibirapuera. A grade desmontou a “casa” imaginária de três cômodos com muros invisíveis, “cozinha” equipada com fogão e armários, “sala” com sofás e “quarto” com colchões. Fiscais da Prefeitura levaram tudo. “Perdi as contas de quantas vezes isso aconteceu, mas daqui não saio”, afirma. Os obstáculos à ocupação clandestina não se limitam às barreiras de ferro. Em São Paulo onde a iniciativa privada encampou um projeto de revitalização do Centro, o chão de fachadas comerciais e bancárias se transformou em camas de faquir e prédios antigos são iluminados evitando a depredação, mas, ao mesmo tempo, como ficam acesos à noite, impedem que mendigos se acolham. Na estação de metrô Parada Inglesa, os paralelepípedos foram assentados em pé sob o viaduto. Alguns prédios recorrem a chuveirinhos de água, mecanismos contra incêndio, que jorram das marquises à menor presença de moradores de rua.

“Essa profilaxia urbana é um reflexo mundial e não acontece apenas no Brasil”, afirma Maria Cecília Loschiavo dos Santos, pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Em Nova York, lembra ela, a operação tolerância zero também tirou os mendigos de pontos turísticos. Para Oscar Niemeyer, que hoje vê o Plano Piloto em Brasília ser engolido pela miséria das cidades satélites, a arquitetura deveria evoluir em função da técnica e do progresso

social. “Está tudo muito ruim. Teríamos que ser mais humanos. Para retirar os sem-teto das ruas, é preciso oferecer um lugar a eles. Por que querem esconder o Brasil?”

Mesmo com todas as adversidades os moradores de rua encontram maneiras de resistir à exclusão social. Para Sebastião Barbosa, alçapão é porta e porta é janela. Paraplégico sem ter onde se abrigar, escavou durante quatro anos um túnel de cinco metros de profundidade por três de largura embaixo de sua modesta banca em que vende gibis usados. O “homem tatu”, como é conhecido em Sapopemba, bairro da zona leste de São Paulo, caprichou no acabamento. Colocou lajotas, rebocou as paredes, fez uma laje, conseguiu instalações clandestinas de água e luz e equipou a casa com televisão, ventiladores e chuveiro. Tem dois colchões extras. “É para quando minhas filhas vierem me visitar” diz. Ele continua escavando, quer mais um cômodo.

Em Brasília, a dois quilômetros do Congresso Nacional, próximo ao eixo Monumental, o eletricista Edno Silva Santos construiu sua casa numa paineira. Migrante de Porto Seguro que buscava a sorte no Paraná, ele cochilou na parada feita na capital e perdeu o ônibus. Ficou desabrigado, com a mulher e a filha, na época, com seis meses. Por isso, a solução foi morar numa árvore. Montou o piso a 1,2 metro do chão, ao redor do tronco, com três folhas de madeirite. As paredes são de zinco e o teto de madeira. O acesso é feito por uma escada elevadiça, presa por roldanas e cordas. O material de construção foi garimpado nas ruas, enquanto ele recolhia latinhas que vende para reciclagem. “Quando vim morar aqui, pensei: quem é dono da natureza? Deus. Ora, eu sou filho de Deus. Então posso morar aqui”, explica ele, que já foi expulso do local pelo governo do Distrito Federal, mas voltou.

No Rio, Severino Gomes, 47 anos, improvisou um quarto na fenda de uma pedra, próximo à pista de cooper Cláudio Coutinho. Morador de rua há 20 anos, ele acredita ter encontrado o lugar certo, já que dispõe de vista para o mar e está cercado pela mata. Foi também um vão que Geraldo Francisco de Paiva, a mulher, Maria, e as duas filhas transformaram em moradia. O espaço vazio fica debaixo do viaduto e entra-se nele através de uma abertura retangular de um metro de altura, no elevado da Perimetral, que liga a avenida Brasil ao Aterro do Flamengo. Quem passa por ali imagina que a família espreme-se no buraco. Nada disso. As estruturas da Perimetral escondem uma área livre de 75 metros quadrados que eles souberam aproveitar muito bem. Maria Dalva e o marido, José de Jesus, fizeram de um terreno debaixo do viaduto da cadeia pública, na marginal do rio Pinheiros, em São Paulo, uma espécie de chácara. Em frente ao barraco de três cômodos, eles construíram um playground para os sete filhos com direito a um balanço e um carrossel. O antigo quartinho onde a família toda dormia espremida hoje já virou um “closet”. As melhorias são resultado do dinheiro conseguido com a venda das casinhas de cachorro e de bonecas que eles fazem na serralheria que montaram ali mesmo.

*Sobras da metrópole.* A urbanista Suzana Pasternak, professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que estuda há anos o modo de vida dessa população com a ajuda da psicóloga social Elaine Rabinovich, analisa essa ação “sanitária” das administrações e dos comerciantes e as soluções dos moradores de ruas como mais uma prova do aprofundamento do abismo entre as classes. “Fazendo suas casas com as sobras da cidade, eles mostram o lado dramático da apropriação urbana evidenciando uma distância física cada vez menor entre pobres e ricos numa distância social cada vez maior.” É como se a cidade fosse se autodigerindo. E esse processo fere o olhar até dos mais insensíveis. Em um dos canteiros da marginal Tietê, próximo à ponte da Casa Verde, a reportagem de ISTOÉ encontrou um homem recolhido em um tubo de esgoto coberto por um plástico preto. A improvisação, em casos como esse, fica aquém da dignidade humana.

[http://www.istoe.com.br/reportagens/28747\\_ARQUITETURA+DOS+EXCLUIDOS](http://www.istoe.com.br/reportagens/28747_ARQUITETURA+DOS+EXCLUIDOS). Acesso em: 18/07/2015

**“Façamos pouco pelos moradores de rua”**

*Às vezes estão lendo um desses jornais distribuídos gratuitamente na rua (sim, eles querem saber o que rola no mundo). Às vezes ganham um café quente de moradores ou transeuntes.*

Bom dia pra você que amanheceu de mau humor porque está fazendo 15 graus em plena primavera paulistana.

A Taísa, o Tiago e o seu Francisco também amanheceram nessa mesma São Paulo. Eles são meus vizinhos aqui na Paulista, mas, diferente de mim, não dormem dentro de um apêquentinho. Eles dormem ao relento numa esquina, na frente de um Mc Donald's. São moradores de rua na avenida mais importante da cidade.

Mesmo assim, toda manhã, não importa se quente ou fria, eles acordam de bom humor. Sorriem pra mim, me dão bom dia, e fazem festa com o Bob, meu cachorro. Às vezes estão lendo um desses jornais distribuídos gratuitamente na rua (sim, eles lêem e querem saber o que rola no mundo). Às vezes ganham um café quente de moradores ou transeuntes (sim, eles tomam café da manhã). Mas às vezes só estão olhando para as milhares de pessoas que andam pela avenida, contabilizando quantas delas os enxergarão de verdade, quantas os olharão como se fossem apenas paisagem (sim, eles existem, e sentem).

Quando paro pra conversar com eles, algumas dessas pessoas me olham, incomodadas. Tanto as que vão e vem, quanto as que trabalham nos prédios ao lado. Incomodadas por eu atravessar a faixa imaginária que separa esses moradores de rua da sua humanidade, diariamente negada, faixa metafórica e conveniente que separa pessoas por suas supostas relevâncias humanas. Incomodadas porque se eu falo com um morador de rua, é porque ele é visível, então o incomodado se sente despido na sua farsa do não enxergamento.

Me lembro de uma entrevista que eu dei tempos atrás ao lado de um grupo de ativistas contra o sexismo na mídia, do qual faço parte, na qual o jornalista nos perguntava porque o “militante” incomoda tanto. “Porque a gente obriga algumas pessoas a se repensarem, a reverem suas posições, saírem da inércia, e mudar incomoda... porque a gente insiste em lembrar de coisas que todo mundo tenta desesperadamente esquecer, mas que todos sabem, no fundo, que são as coisas certas a serem feitas.”

É muita coisa a ser feita pra mudar a situação de moradores de rua – ou “pessoas em situação de rua” como são eufemisticamente classificados. E já tem muita gente boa, tanto na sociedade civil organizada quanto no governo, agindo para mudar isso, trabalhando em soluções a médio e longo prazo. Podemos nos juntar a elas. Mas individualmente também podemos fazer um pouco. Podemos ao menos reconhecer as suas existências, respeitar suas presenças no local que ficam ou dormem, tratá-los com afeto, saber seus nomes, ajudá-los pontualmente quando possível.

Isso é muito pouco e muito fácil de ser feito por quem tem onde dormir todo dia. Mas é muito, muito, para a autoestima e a dignidade da Taísa, do Tiago e do seu Francisco. É o suficiente para fazê-los acreditar em mudanças e em dias menos frios. E é o bastante para fazê-los sorrir todo dia.

Façamos pouco.

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cccccccccccc-281.html>. Acesso em: 18/07/2015

### **“Escrevia para não ficar doido“, diz ex-morador de rua que virou escritor**

Sebastião Nicomedes de Oliveira, 45, diz já ter feito “de tudo um pouco nessa vida”. Já colheu algodão, foi cobrador de ônibus, trabalhou em restaurante, foi zelador de uma igreja, fabricou placas e letreiros. Mas, só durante o tempo em que morou na rua, ele descobriu um de seus maiores talentos: a escrita.

“Escrever era um desabafo na época. Tinha medo de enlouquecer de vez, escrevia para não ficar doido. Escrever me ajudou a enfrentar as dificuldades da rua e elas não foram poucas”, lembra.

“Eu sempre gostei de ler e costumo ler muito, sabe. Gosto de Machado de Assis, Graciliano Ramos.” Para aqueles que gostam de literatura e desejam escrever bem, Sebastião diz que o segredo é “ler de tudo. Ler jornais, revistas, livros e até gibis. E fazer rascunhos também. Faço isso o tempo todo”.

#### ***Vida na rua***

O escritor foi parar nas ruas depois de um acidente grave de trabalho, em 2003. Enquanto instalava uma placa luminosa – na época ele era dono de uma empresa de comunicação visual –, caiu de um andaime a uma altura de cerca de seis metros. Além das fraturas e uma placa de platina no punho esquerdo, ele ainda enfrentou o sumiço da noiva e a descoberta de que seus companheiros de trabalho o haviam roubado.

Chamado de “poeta das ruas”, Sebastião já publicou um livro de poesias e crônicas, chamado “Cátia, Simone e Outras Marvadas” (2007), e escreveu a peça “Diário dum Carroceiro” sobre a vida de um catador, que foi montada em 2006 e rodou algumas regiões do Brasil.

As duas obras foram escritas nos quatro anos em que Sebastião se dividia entre a rua, albergues e pensões da cidade de São Paulo. Para ele, as inspirações vieram de tudo que observava ao seu redor. “Catando latinha por aí acabei catando lápis e caneta e comecei a escrever. Acabou surgindo aí a ideia do ‘Diário dum Carroceiro’”.

O escritor nasceu em Assis (SP) e só cursou até a 8ª série do ensino fundamental. Diz não ter voltado aos estudos por achar “que não conseguia mais ficar parado na escola”. Apesar do afastamento dos bancos escolares, Sebastião faz questão de ressaltar que acredita no poder da educação.

Atualmente, Sebastião fica dividido entre São Paulo – na pensão de um amigo – e Caraguatatuba, onde conseguiu comprar uma casa. Sua fonte de renda é o artesanato. Porém, não deixou o gosto pela escrita de lado. Ele pretende lançar um novo livro, assim que possível. Seu próximo título também retrata a vida na rua.

“Estou fabricando uns barquinhos de madeira e estou no propósito de vender 200 pra custear a publicação”, conta o ex-morador de rua que não tem editora em vista para seu livro.

Outro projeto que o escritor está envolvido é a organização de um festival de música para pessoas em situação de rua, em parceria com o Sindicato dos Músicos do Brasil. “O festival vai ser a oportunidade que muita gente sonhou. Um presente. O pessoal discute muita política,

querem trabalho, querem moradia, mas eles [moradores de rua] também precisam de lazer e de cultura.”

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/08/21/escrevia-para-nao-ficar-doido-diz-ex-morador-de-rua-que-virou-escritor.htm>. Acesso em: 18/07/2015

(xiv)Uol – Negócios 17/12/2014

### ***Projeto ensina técnicas de venda a moradores de rua de São Paulo***

Vale mais a pena enfatizar as qualidades do produto ou a missão por trás dele? A discussão sobre isso aconteceu na semana passada durante uma palestra na ONG Ocas, que atua com moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A aula, acompanhada pela Folha, foi assistida por 4 dos 15 participantes do projeto. Ministrada pela empresa de consultoria e treinamento IBVendas, o curso teve dois encontros de quatro horas cada um.

A intenção dos encontros, realizados pela primeira vez, era preparar o grupo para vender mais a revista que é produzida pela organização.

Com tiragem de cerca de 5.000 exemplares por mês, a publicação Ocas é vendida pelos participantes do projeto. Eles compram cada edição por R\$ 2 e as vendem pelas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro por R\$ 5. Ficam com o lucro para se manter e ter um capital de giro para comprar mais revistas.

A maior dificuldade dos vendedores da Ocas é lidar com o preconceito que sofrem na hora de vender e não deixar sua confiança se abalar depois de receberem muitos 'nãos', diz Marcel Molina, do IBVendas.

Uma das principais dúvidas dos alunos era qual comportamento adotar quando o consumidor dá uma desculpa para não comprar a revista, do tipo “estou sem troco”. A sugestão é se oferecer para ir com ele trocar o dinheiro em um comércio próximo.

Os vendedores disseram que a capa influencia muito na hora de vender. O cantor Chico Buarque e o fotógrafo Sebastião Salgado foram campeões de vendas. Mas a edição mais recente com o cantor Paulinho Moska está dando mais trabalho.

Cláudio Bongiovane, 65, vende revistas há 12 anos. Morador de albergue em São Paulo, ele conta que foi para as ruas após uma tragédia familiar: perdeu dois filhos, mulher, sogra e mais parentes em um acidente de carro em 2001. Destroçado, largou a casa e todo seu passado.

Após entrar em um projeto social conduzido por um padre, soube da possibilidade de trabalhar oferecendo revistas. Hoje ele busca clientes em locais como livrarias na avenida Paulista e em frente à Pinacoteca.

Bongiovane vende 150 revistas por mês. Sua meta é dobrar este número e alugar um quarto em 2015.

Sobre a dúvida inicial, ele dá sua resposta: “Prefiro destacar a qualidade e a informação da revista em vez de falar do projeto”.

(xv) *Folha de S. Paulo – Cotidiano 12/07/2013*

### **Moradores de rua alugam calçada ao lado de posto assistencial em SP**

Moradores de rua estão loteando e alugando espaços nas calçadas no entorno de um projeto social da prefeitura que fica sob o viaduto Bresser, na Mooca (zona leste de São Paulo). Segundo moradores ouvidos pela reportagem, o pagamento é feito com celulares, drogas ou dinheiro.

O Espaço de Convivência Tenda Bresser é um projeto da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social mantido na esquina das ruas Pires do Rio e Bresser. O espaço tem televisão, banheiros com chuveiros e kit higiene.

O entorno da Tenda Bresser chamou a atenção de moradores de rua interessados no lazer e nas ações sociais, como distribuição de comida, que acontecem com frequência no local.

Os “donos da rua”, muitas vezes aqueles que chegaram primeiro, cobram aluguel daqueles que querem se instalar nas imediações e receber os benefícios. A região está tomada por barracas de acampamento ou improvisadas com plástico, além de colchonetes e cobertores, que também bloqueiam as calçadas.

Na manhã desta sexta-feira, havia ao menos 30 barracas em um perímetro de 500 metros da tenda assistencial.

A **Folha** entrevistou um grupo de moradores de rua que confirmou o aluguel de espaço. “Se quiser montar uma barraca lá tem que pagar. O pagamento pode ser feito com celulares, drogas e dinheiro”, conta um morador do albergue que não quis se identificar. Ele passa parte do dia assistindo TV na tenda.

A concentração de pessoas em situação de rua seria comum numa região central, mas moradores relatam que com a chegada da tenda a sensação de insegurança aumentou.

A aposentada Mariza Soares, 62, que mora há 20 anos no bairro, afirma que são muitos os casos de pessoas assaltadas na região. “Roubam celulares todos os dias.”

A tenda é rota dos alunos da Universidade São Judas, que pegam metrô na estação Bresser-Mooca. Segundo os moradores, não é incomum ver os alunos andando em grandes grupos. “Passar ali a noite sozinho é impossível”, completa Soares.

A região sempre foi marcada pela presença de moradores de rua, que buscam abrigo no albergue Arsenal da Esperança – o maior da cidade.

A presidente do Conselho Comunitário de Segurança Brás, Mooca e Belenzinho, Wanda Herrero, 57, diz que já encaminhou um ofício e um abaixo-assinado dos moradores à prefeitura denunciando o “aluguel da calçada”.

As tendas são um desserviço à assistência social. “O projeto é que está proporcionando essa situação de aluguel da rua”, diz a presidente.

Segundo ela, a região está sendo chamada de “retângulo do horror” pelos moradores.

“Estamos cercados por traficantes, assaltantes e usuários de drogas, que cometem seus crimes e depois se camuflam em meio aos moradores de rua”, diz o empresário Eder Tavarole, 40.

Para moradores, a passarela do Metrô e o pontilhão da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) no bairro facilitam a fuga de bandidos.

“É o lugar perfeito para assaltar e fugir, mas eles voltam. Fui obrigada a dar de cara com o homem que roubou meu celular uma semana depois, passeando pela rua”, diz a analista financeiro Danielle Carneiro de Sousa, 30, que afirma ter sido perseguida duas vezes nos mês passado, no que ela considera tentativas de assalto.

### *Mudança*

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social não quis comentar assunto, mas afirmou que está em busca de um novo endereço para a Tenda Bresser.

Enquanto essa transferência não acontece, a secretaria diz que a população em situação de rua da região continuará sendo atendida no mesmo local, e que no entorno acontecem rondas diárias da Guarda Civil Metropolitana.

O espaço tem capacidade para atender até 300 pessoas por dia, acima de 18 anos, com filhos ou não, das 8h às 19h.

A população atendida é encaminhada para centros de acolhida, incluída em programas de transferência de renda, de capacitação para o mercado de trabalho e auxiliadas na obtenção de documentos e retorno à cidade de origem, diz a secretaria.

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1310054-moradores-de-rua-alugam-vaga-ao-lado-de-posto-assistencial-em-sp.shtml>. Acesso em: 18/07/201

(xvi)RBA – Rede Brasil Atual – Cidadania 07/08/2015

### **Após reunião com moradores de rua, prefeitura de SP vai reavaliar fechamento de tendas**

*Atendidos contestam decisão de fechar dois espaços de convivência na zona leste. Gestão alega más condições e direciona atendimento a outros espaços. Medida motivou ocupação de prédio de secretaria.*

São Paulo – Cerca de 40 moradores de rua acampados no prédio da Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos, no centro de São Paulo, se reuniram hoje (7) com o secretário Rogério Sottili e com a secretária de Assistência Social, Luciana Temer, para pedir que não sejam fechados dois espaços de convivência e acolhida da população de rua mantidos pela prefeitura na zona leste da capital. Os representantes municipais se comprometeram a realizar, durante a próxima semana, uma visita às tendas Alcântara Machado e Bresser-Mooça para conferir as condições do local e negociar novamente com os sem-teto. As estruturas atendem diariamente 400 pessoas.

O fechamento dos locais havia sido recomendado pelo Ministério Público de São Paulo e foi anunciado oficialmente nesta semana pela administração municipal. De acordo com a Secretaria

de Cidadania e Direitos Humanos, as tendas se mantinham desde abril de 2012 em condições precárias e em locais inapropriados, por operarem embaixo de viadutos. O órgão ainda informou que os moradores atendidos pelos espaços serão redirecionados para a Casa Restaura-me e a tenda São Martinho Lima, também na zona leste, que foram ampliadas para receber maior público.

Segundo a moradora de rua e funcionária do espaço Alcântara Machado, Vilma Aparecida, a tenda cumpre sua função de assistência social e é essencial para os moradores de rua que a frequentam. “A prefeitura disse que a situação das tendas era precária e determinou o fechamento. Por isso nós convidamos os secretários a irem lá, a ver de perto o que acontece nas tendas e a importância delas para quem as usa. Não tem nada de precário.”

Vilma costumava ir ao local diariamente para tomar banho e havia sido contratada recentemente como auxiliar de limpeza da tenda. Ela e outros três trabalhadores da Alcântara Machado, também moradores de rua, fazem parte dos 80 funcionários dos dois espaços que assinaram aviso prévio na última terça-feira (5). “Além do atendimento, na tenda a gente acha algo que não tem na rua: carinho e cuidado. Onde vamos encontrar isso agora?”, questiona.

As tendas que serão desativadas operam das 8 às 22 horas e oferecem aos moradores de rua serviços de assistência social e psicológica, oficinas profissionalizantes e culturais, emissões de documentos e auxílio em casos de violência doméstica ou contra minorias. Além disso, os sem-teto também tomam banho e lavam suas roupas no local.

A assistente social Vera Helena, da tenda Alcântara Machado, ainda explica que os espaços guardam documentos dos moradores de rua e também emitem comprovantes de endereço para os frequentadores. “Se a gente vai a alguma entrevista de trabalho e pedem comprovante de emprego, não dá para dizer que moro ali na calçada, eles já me dispensam de cara. Isso acaba com a nossa dignidade”, lamenta Jardel Silveira.

De acordo com os moradores de rua, os espaços Casa Restaura-me e São Martinho Lima ainda não possuem estrutura suficiente para acolher todas as pessoas atendidas pelas tendas. A prefeitura, porém, afirma que foram criadas novas vagas nos locais que, além de serviços de saúde, oferecem também almoço aos frequentadores.

<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/08/apos-reuniao-com-moradores-de-rua-prefeitura-se-compromete-a-visitar-tendas-3098.html> Acesso em: 18/07/2015

(xvii)R7 Notícias – 12/10/2014

### **Próximo a tenda para moradores de rua, espaço esportivo da 3ª idade do Brás vira favelinha**

*Local foi ocupado há cerca de três meses. Morador de rua diz que rotatividade é grande.*

Uma favela, com cerca de 15 barracos, formou-se dentro de um espaço destinado à prática de esportes para idosos, no Brás, zona leste, próximo à tenda (espaço de convivência para moradores de rua) Alcântara.

Criado neste ano pela Prefeitura, o local, sob o viaduto Radial Leste, na rua Piratininga, possui aparelhos de ginástica e grama sintética.

O pedreiro Pedro Benício da Silva, de 60 anos, é um dos moradores do local. Depois de 40 anos morando em Curitiba (PR), ele voltou a São Paulo, e diz que, sem emprego, escolheu a

favelinha por causa da proximidade com a tenda, onde consegue tomar banho de forma gratuita.

– Ninguém mora muito tempo por aqui. Quem arruma emprego, logo vai para um lugar melhor. Eu fico por aqui porque estou desempregado.

Moradores do Brás afirmam que a favelinha começou a se formar há quase três meses. A situação é semelhante à do Parque Dom Pedro, onde há outra tenda. Em setembro, **18 pessoas que viviam em barracos no local foram encaminhadas para hotéis na região.**

O empresário J.F., dono de uma loja próxima ao local há 45 anos, afirma que, após abaixo-assinado, a Prefeitura ficou de fazer a transferência dos moradores da nova favelinha do Brás no início de setembro.

– Nunca vieram. Está tudo igual. Imundo, violento, perigoso e a droga correndo livremente dentro de um projeto da Prefeitura. Não dá para entender como eles [Prefeitura] podem ser coniventes com essa situação dentro de um espaço criado para melhorar a saúde dos idosos da região.

*Tendas serão desativadas*

A Prefeitura afirma que a desativação da tenda Alcântara Machado, assim como a Bresser, é um compromisso da atual gestão – o projeto foi criado durante a gestão Gilberto Kassab (PSD).

De acordo com a Prefeitura, os espaços prestarão serviço até março de 2015, “quando a população em situação de rua será transferida para Núcleos de Convivência que ofertam alimentação e trabalho socioeducativo”.

De acordo com a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social atua diariamente na região, abordando e encaminhando moradores em situação de rua.

A Prefeitura afirma ainda que a Subprefeitura Mooca realiza serviços de limpeza e varrição três vezes por semana no local.

<http://noticias.r7.com/sao-paulo/proximo-a-tenda-para-moradores-de-rua-espaco-esportivo-da-3-idade-do-bras-vira-favelinha-12102014>. Acesso em: 18/07/2015

(xviii) *Blog da Raquel Rolnik – 12/04/2013*

### **Reportagem mostra rotina de moradores de ocupações no centro de São Paulo.**

*A edição deste mês da revista Marie Claire traz uma interessante reportagem sobre a vida dos moradores de ocupações do centro de São Paulo. Confira abaixo. São Paulo ocupada: a rotina de quem vive em moradias irregulares na cidade Nossa editora passou quatro dias e duas noites em três ocupações de trabalhadores sem teto no centro da cidade. Conviveu com ratos, baratas, esgoto a céu aberto, fome e escombros. E também com generosidade, boa vontade, política e regras, muitas regras. Encontrou pessoas que se equilibram entre a falta de um teto e a gigantesca expansão imobiliária da capital mais rica do País.*

O interfone toca. A funcionária da portaria checa as imagens produzidas por câmeras que monitoram a movimentação dentro e fora do edifício. Em seguida, aciona o mecanismo eletrônico que faz o portão se abrir. As correspondências do dia formam uma pilha sobre a

mesa. São cartas destinadas às 237 famílias que moram nos seis andares da construção. No pátio interno, meninos se divertem jogando futebol. Alguém aproveita para ouvir um funk em alto volume, enquanto o silêncio, obrigatório a partir das 10h da noite, não se impõe. No salão de festas, uma mesa cuidadosamente decorada com papel crepom azul e bonecos do super-herói Batman faz saber que um garoto completou 8 anos no domingo anterior.

Tudo lembra um condomínio comum, de qualquer grande cidade do País. Mas o prédio da rua Mauá, 342 é diferente. Assim como outros 30 prédios ocupados por trabalhadores sem teto de São Paulo, o edifício da rua Mauá é palco do embate entre duas garantias previstas na Constituição: o direito à moradia e o direito à propriedade. A luta não é nova – movimentos sem teto surgiram na década de 70, acompanhando a transformação do Brasil rural em um país urbano. Mas é cada dia mais urgente, especialmente em São Paulo, onde há 130 mil famílias sem casa – e 290 mil imóveis não habitados. Ou seja, estatisticamente, o problema não existe. Mas, socialmente, ele transborda. A maior parte dos imóveis disponíveis para comprar ou alugar são inacessíveis para a população de baixa renda – o que explica porque 890 mil famílias moram em locais inadequados. Para elas, os governos federal, estadual e municipal têm políticas como o programa “Minha Casa, Minha Vida” e os conjuntos habitacionais. Mas o ritmo com que a política empilha tijolos é, quase sempre, mais lento do que a urgência dessas famílias. Não ter casa implica em não ser tratado como cidadão. “A moradia não é só uma estrutura de cimento, é um portal para os demais direitos sociais, como educação e saúde”, afirma Raquel Rolnik, urbanista da Universidade de São Paulo (USP). “As pessoas ocupam, porque, se pagarem aluguel, não terão dinheiro para comer.”

#### *A vida entre ruínas*

É difícil pegar no sono enquanto ratos correm de um lado para o outro no quarto e parecem decididos a roer tudo o que veem pela frente. Só pude perceber isso depois de passar a noite em uma ocupação. Deitada num colchão doado, no escuro, eu olhava para o teto. O grunhido dos animais incomodava meus ouvidos. Cada novo movimento acelerava meu coração. O cheiro do lugar, um misto de mofo com fritura de peixe que subia do carpete velho, provocava náuseas. O banheiro estava inundado, resultado de problemas hidráulicos. Para me aproximar do vaso sanitário era preciso ir na ponta dos pés, enquanto um outro rato observava todos os meus passos embaixo da pia. Às 3h30 da madrugada, minha exaustão venceu o nojo.

Dormi por três horas e despertei com o som da rua: as risadas dos travestis que se despediam da jornada e as primeiras conversas da manhã de quem se apressava para pegar o metrô. Acordei com a sensação de que não havia descansado. Na noite seguinte, o cheiro do quarto me pareceu mais fraco. Dormi subitamente. Acordei cinco horas depois, com o barulho do rato derrubando a louça dentro do armário e com a convicção de que o ser humano se adapta às situações mais difíceis. Passei quatro dias e duas noites em três ocupações diferentes no centro da cidade. Convivi com esgoto a céu aberto, fome, ligações elétricas clandestinas, escombros. Assisti a uma garota engolir margarina pura, de colher, porque não havia mais nada a comer. Senti vertigem ao descer por escadas destruídas, sem corrimão, pelas quais as crianças corriam e pulavam sem receio. E encontrei generosidade, boa vontade, política e regras, muitas regras. Havia recém-nascidos e senhoras de mais de 70 anos dormindo no chão. Entre os sem teto, conviviam um publicitário formado, universitários e analfabetos que nunca pisaram na escola. Brancos, pardos, negros, de quase todos os estados do Brasil. Gente que a necessidade uniu. Para cada um deles, o movimento tem um significado diferente.

#### *Quem mora ali*

Quando Tatiane da Silva nasceu, em uma família pobre de Cidade Tiradentes, sua vida prometia ser difícil. Mas superou as piores expectativas. Aos 11 anos, Tatiane perdeu a mãe, morta a facadas. O assassino: seu pai. A partir daí, morou com a tia, o irmão e até com o pai, antes de

ocupar um quarto de 12 m<sup>2</sup> no prédio que o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab cedeu ao ex-presidente Lula, ocupado desde 6 de janeiro e onde poderá ser um museu. “Eu sei que não vai ser por muito tempo, mas por mim eu ficava aqui pra sempre”, diz Tatiane, segurando o filho Daniel, de 9 meses, nos braços marcados pelas feridas produzidas por picadas de insetos que infestam o local. “Pra gente, aqui está ideal. Se fôssemos pagar aluguel, teríamos que tirar muitas coisas da boca do bebê”, afirma. Aos 19 anos, ela tenta ter uma casa pela primeira vez. Mora com o marido e o filho. Nunca havia ouvido falar em movimento de moradia até um dia antes de ir habitar o prédio em ruínas. “Eu e meu marido não tínhamos onde ficar, passamos aqui em frente, disseram que a gente poderia vir, no dia seguinte viemos com as malas.” O fogão e a televisão que decoram o quarto foram doados ao casal. Tatiane não entende da intrincada costura política por trás de debate de habitação, mas resolveu que vai para onde o movimento mandar, até porque não tem opção. “Meu irmão e meu pai nem sabem onde eu estou.”

Quando Marcos Santana Sales, 23 anos, nasceu, seu futuro era fértil em possibilidades. E ele desfrutou delas. Para cursar faculdade, foi para Bahia. Tentou agronomia e biologia. Desistiu. Morou numa fazenda de agroecologia. Cansou. De volta a São Paulo, ingressou no curso de Letras da USP. E trabalha em uma ONG no Capão Redondo. Tem um discurso político articulado, toca cavaquinho com maestria, gosta de andar de skate pelo Centro. Entendeu que não conseguiria estudar e trabalhar se continuasse morando em Guaianazes, extremo leste de São Paulo, onde seus pais têm uma casa. “O dia tem menos horas do que eu precisaria. Eram seis dentro do transporte público, oito de trabalho, quatro de estudos, oito de sono e ao menos duas para me alimentar”, diz. “Fazendo a conta, eu precisaria de pelo menos 28 horas diárias. É impossível. Então, percebi que precisava morar no Centro.” Marcos argumenta que o aluguel de um apartamento em Santa Cecília, área central de São Paulo, raramente fica abaixo dos mil reais, valor que não cabia no seu bolso. Com mais três amigos, ele foi parar em um quarto no 10º andar que, na década de 50, foi o luxuoso Lord Palace.

### *Dureza em hotel de luxo*

Pelo piso de mármore francês por onde desfilaram astros brasileiros como Chico Anysio e Chacrinha, desde novembro do ano passado correm crianças descalças, passam pedreiros, secretárias, operadores de telemarketing apressados, enfim, circulam os mais de 800 moradores sem-teto que ali se alojaram. O lugar, hoje, pertence à prefeitura. “Como as famílias com crianças tinham dificuldade para ocupar os andares mais altos, porque não há elevador, aqui estava vazio. Então viemos”, afirma Marcos. Seus amigos, uma DJ, uma vestibulanda e um estudante de filosofia da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), seguiram a mesma lógica. “Meu pai ficou puto, porque o espaço aqui não é meu, é de outra pessoa e eu estou invadindo. Mas não é assim que eu vejo. Estava vazio, estragando, até fezes humanas havia no chão. Algo que antes era inútil, agora viabiliza a minha vida.”

Dentro do prédio, as regras são as mesmas para qualquer um. Homens não podem andar sem camisa, crianças não podem trabalhar nem apanhar, ninguém entra depois das 22h, a menos que tenha justificativa de trabalho, de estudo ou atestado médico. Visitas não podem ficar para dormir. Menores de idade só entram acompanhados dos pais. Raramente, alguém consegue passar pela portaria bêbado ou mesmo tomar um copo de cerveja em um dos quartos. A transgressão é punida. O infrator fica três dias sem poder entrar no prédio. Bater em mulher e usar drogas dentro da ocupação resultam em expulsão imediata. “Quando as pessoas tiverem suas casas, elas tomam a cerveja que quiserem, agem como bem entenderem. Mas aqui no coletivo não dá, não tem bagunça”, afirma Maria do Planalto, coordenadora da ocupação do Lord Palace, uma espécie de síndica do lugar. “Ninguém aqui precisa de polícia pra resolver nada. É todo mundo adulto e se não se comportar, vai embora.”

Maria do Planalto conseguiu sua casa há mais de 15 anos, por meio do movimento. Ainda assim, não se afastou da linha de frente. Já participou de 20 ocupações e nega receber qualquer dinheiro por sua atuação. É ela quem recolhe a taxa de condomínio de R\$ 90 de cada família. Com o dinheiro, uma soma em torno de R\$ 18 mil, diz custear água, luz, limpeza e manutenções do prédio. Em todas as ocupações que visitei, existem taxas de condomínio. O valor varia. E todas as lideranças negaram receber qualquer tipo de salário. Os movimentos de moradia possuem uma hierarquia bem estabelecida, o que garante que as invasões sejam bem-sucedidas e a convivência entre tantos desconhecidos seja pacífica e organizada. Ao entrar para o movimento de moradia, os integrantes devem frequentar reuniões semanais ou quinzenais de doutrina. Ali, são instruídos a se inscrever em programas de habitação de baixa renda e a como proceder na “luta”.

Se a média dos trabalhadores sem-teto tem pouca escolaridade, as lideranças, por outro lado, demonstraram grande inteligência e formação política. Já haviam lido livros como “Tempo de Guerrilha” (romance sobre os anos de chumbo da ditadura militar) e biografias do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara. Todos os líderes com quem falei eram filiados ao PT, embora com diferentes graus de identificação com o partido. Se antes da eleição, cada um mobilizou seus grupos para panfletar em favor dos petistas, depois da eleição de Fernando Haddad e do descontentamento gerado pela coligação com Paulo Maluf, uma parte não hesitou em invadir imóveis ligados ao Instituto Lula. “O companheiro Lula continua sendo nosso companheiro, mas ele já tem a casa dele. Precisamos providenciar a nossa”, afirma Damião Leite, um dos coordenadores da ocupação na Luz. Sem citar nomes, ele diz que deputados e vereadores petistas ligaram para pressionar pela saída do grupo. “Tentaram resolver na pressão, até porque ia ficar feio para o PT, com a história que tem de pedir o nosso despejo, não é?”

<https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/04/12/reportagem-mostra-rotina-de-moradores-de-ocupacoes-do-centro-de-sao-paulo/>

## 7.2 Bibliografia

ADORNO, R. de C. F. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65612011000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612011000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 06 abr. 2015.

AGAMBEN, G. **O que é um dispositivo. O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó, Argos, 2009.

ALVAREZ, A. M. de S.; ALVARENGA, A. T. de; DELLA RINA, S. C. de S. A. Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, Junho 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902009000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 Abr. 2015.

ALVAREZ, A. M. de S. et al. Pesquisa-Ação-Formação Inter e Transdisciplinar com Pessoas Envolvidas com a Questão do Morador de Rua. **Saúde e Sociedade**, [S.l.], v. 20,

n. 2, p. 300-313, junho 2011. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29792>>. Acesso em: 26 mar. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000200004>.

ARANDA, Walter; ADORNO, R. de C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saude soc.**, São Paulo, v. 13, n. 1, Abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Apr. 2015.

BORYSOW, I. da C.; FURTADO, J. P.. Access, equity and social cohesion: evaluation of intersectoral strategies for people experiencing homelessness. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 48, n. 6, Dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342014000601069&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342014000601069&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 Abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Acesso e intersectorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312013000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 Abr. 2015.

BRASIL. **Política nacional para a população em situação de rua**, 2009. Disponível em: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Política nacional para a população em situação de rua. Princípios**. Proposta Apresentada ao MDS por integrantes da sociedade civil integrantes do GTI. 11 mai 2009. Disponível em: [http://www.psicodrama.org.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Política\\_Nacional\\_Popul\\_de\\_rua.pdf](http://www.psicodrama.org.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/Política_Nacional_Popul_de_rua.pdf). Acesso em: 2 jan 2016.

BROIDE, E.E.; BROIDE, J. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. São Paulo: Escuta, 2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisadores sociais: efeitos de nomeação. In: DORNELES, A.E.; OBST, J.; BORBA, M. (Orgs.). **A rua em movimento. Debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Belo Horizonte: Didática Editora do Brasil, 2012.

BROIDE, J. **A Rua enquanto Instituição das Populações Marginalizadas: Uma abordagem psicanalítica por meio de grupo operativo**. 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Universidade Católica de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. *Atendimento psicanalítico a famílias que vivem na rua*. Anales del XII Congreso Latino Americano de Psicoterapia Analítica de Grupo. Federación Latinoamericana de Psicoterapia de Grupo (FLAPAG), 1996.

\_\_\_\_\_. *Os porta-vozes da cidade*. Paço das Artes e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicanálise nas situações sociais críticas. Violência, Juventude e periferia em uma abordagem grupal**. Curitiba: Juruá, 2010.

BROIDE, J.; SILVA JR, I. Grupos operativos: uma possibilidade de trabalho. In: VIEIRA, M. A.C; BEZERRA, E. M.R.; ROSA, C.M.M. (Orgs). **População de rua. Quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

CANONICO, R. P. et al. Atendimento à população de rua em um Centro de Saúde Escola na cidade de São Paulo. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. esp, Dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342007000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 6 Abr. 2015.

CARNEIRO JR, N.; JESUS, C. H. de; CREVELIM, M. A. A Estratégia Saúde da Família para a equidade de acesso dirigida à população em situação de rua em grandes centros urbanos. *Saúde soc.*, São Paulo, v.19, n.3, Set. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902010000300021>

CARNEIRO JR., N.; SILVEIRA, C. Organização das práticas de atenção primária em saúde no contexto dos processos de exclusão/inclusão social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, Dez. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000600026>.

CASTIGLIONI, M. do C. Poesia concreta em prosa no asfalto: limites da deficiência no espaço urbano. **Interface** (Botucatu), v. 16, n. 43, Dez. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000053>

CASTRO, E. V. de. O índio em devir. In: HERRERO, M; FERNANDES, U. (Orgs). *Baré povo do rio*. São Paulo: Edições Sesc. 2015. Disponível em: [https://issuu.com/edicoessescsp/docs/trecho\\_bare](https://issuu.com/edicoessescsp/docs/trecho_bare). Acesso em: 8 mar 2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: 9 mar 2016.

DELEUZE, G. *¿Que es um dispositivo?* In: BALIBAR, E. et al (Orgs.) **Michel Foucault, Filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.

DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2013, 144p.

DE LUCCA, D. **A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 241 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FELTRAN, G.. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas. Revista de conflitos e controle social**, Vol. 1 (1), 93-148, 2008. 2008.

FIPE. **Censo da população em situação de rua 2015**. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/pt-br/noticias/censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_ **Microfísica do poder**. RJ: Graal, 2000.

FREUD, S. Sobre La dinâmica de La transferência. In: **Edição das obras completas da Amorrortu editores. Buenos Aires**, vol. XII, p. 159-174. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1912/1985.

\_\_\_\_\_. *Trabajos sobre técnica psicoanalítica y otras obras*. In: **Edição das obras completas da Amorrortu editores. Buenos Aires**, Vol. 12. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1911-1913/1986.

FRIAS, M. A. da E. et al. Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais. **Rev. bras. enferm**, Brasília, v. 67, n. 5, Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n5/0034-7167-reben-67-05-0766.pdf>>. Acesso em: 6 Abr. 2015

GARCEZ GHIRARDI, M. I. et al. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 9, n. 18, Dec. 2005. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832005000300014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832005000300014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Abr. 2015.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: Uma questão social?** São Paulo: FAPESP/Educ, 2014.

GLASER, B. G; STRAUSS. A.L. **Awareness of Dying.** Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.

\_\_\_\_\_. **The Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research.** New York: Aldine de Gruyter, 1967

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M.. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232009000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000200015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 Abr. 2015.

GOVERNO FEDERAL. **Política Nacional para a População em Situação de rua.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm)>. Acesso em> 12 mar 2016.

GUBA, L. **Naturalistic Inquiry.** Newbury Park, California: Sage Publications, 1985.

MAGNI, A. A. C.; GUNTHER, W. M.R. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, Mar. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902014000100146&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902014000100146&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 Apr. 2015.

PALAZZO. C. **Pesquisadores trabalham técnicas de reportagem com a equipe da Ponte. 2 fotos.cor.** 17,5 x 13 cm.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROSA, J.G. A terceira margem do rio. In: \_\_\_\_\_. **Ficção completa: volume II.** RJ: Nova Aguilar, 1994, p. 409-413.

SANTANA, C. Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, Ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XCA010814>.

SÃO PAULO. PREFEITURA MUNICIPAL. **Programa de meta da prefeitura de São Paulo 2013-2016**. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/AF\\_FolhetoProgramaMetas.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf). Acesso em: 9 mar.2016.

SEABRA, O.; CARVALHO, M.; LEITE, J.C (Entrevistadores) . **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SOUZA, E. S. de; SILVA, S. R.V.da; CARICARI, A. M.. Rede social e promoção da saúde dos "descartáveis urbanos". **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 41, n. spe, Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342007000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342007000500012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 Abr. 2015.

TELLES, V. **Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o legal e o ilegal**. Trabalho apresentado no 31º Encontro anual da ANPOCS em Caxambu. 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu

VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R.; ROSA C.M.M. **População de Rua: Quem é, como vive, como é vista**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

ZINGARO, F; BONNASSIEUX, M. Les SDF enquêteurs de São Paulo. Info Art TV.25 août 2015. <http://info.arte.tv/fr/les-sdf-enqueteurs-de-sao-paulo>